

A.M. - ... "pode contar com ela para qualquer coisa. Conheço o pensamento da minha tropa, que estava cumprindo minhas ordens, mas que não uma tropa ligada aos comunistas. E mais: essa tropa passa para o seu lado sem o menor constrangimento. Mesmo eu, que me preparei para combatê-lo, em Areal, passo, nesta hora, para o seu lado sem o menor constrangimento." Eu disse: "E eu aceito. Conheço você e sei que você um homem de caráter e a sua atitude a de um homem que tem uma posição firme."

Ele então incorporou-se também minha coluna. Logo em seguida encontrei uma outra bateria, que também se incorporou minha coluna. E assim eu cheguei ao Rio, praticamente com o efetivo dobrado.

A.C. - Eram contingentes do Cunha Melo?

A.M. - Esse rapaz disse: "Olha, o Cunha Melo nos largou na estrada, nós estamos sem comandante, eu não tenho mais compromisso com ninguém."

A.C. - Era normal que o Cunha Melo largasse?

A.M. - Não. Ele devia vir com a tropa até o Rio e aqui dissolver o destacamento. Ele veio com a tropa, formando um destacamento, e deveria regressar com o destacamento.

A.C. - O que era exatamente o Cunha Melo?

A.M. - Renato Tavares da Cunha Melo era general de brigada e esse comandante que veio falar comigo era o coronel Ribeiro.

A.C. - Eram comandados do Cunha Melo?

A.M. - Exato. O oficial que veio falar comigo não era o coronel Ribeiro, era o Tavares. O Ribeiro foi o que veio me comunicar que o Cunha Melo avisava que tinha havido a reunião, que o governo tinha saído etc. Ele foi o segundo emissário do Cunha Melo. O que veio a meu encontro com a tropa que eu alcancei em Pedro do Rio foi o coronel Tavares, comandante do 2o. RI.

Assim, eu encontrei mais um batalhão e, aos poucos, fui incorporando a coluna do Cunha Melo, menos uma tropa que não alcancei. Fui ultrapassando e incorporando toda as outras coluna.

L.H. - O senhor passou pelo contorno?

A.M. - Passei pelo contorno, pessoalmente. Agora vem o primeiro episódio não-militar dessa jornada. Eram cerca de nove horas da noite, e eu estava acompanhando a tropa. Tinha mandado avisar ao Mourão que eu ia descer. Como sempre, foram marcados pontos de passagem para controlar o deslocamento. Desloca-se para esses pontos, para controlar a passagem de cada tropa e ver se a coluna está em ordem, se está no horário, se tem algum problema. Eu estava justamente no belvedere quando chega o carro com o Mourão, o Neder e a Maria, mulher do Mourão. O Mourão estava eufórico com a situação e disse:

"Pois é, Muricy, vamos agora... fazemos isso e aquilo." E começamos a conversar. Contei o que tinha acontecido, o encontro com o Tavares, as ligações... E ele me botou ao par do que tinha acontecido lá em Juiz de Fora, das informações que tinha recebido, de como as tinha recebido... Eu estava justamente falando com ele quando o rádio do carro comunicou que no Rio de Janeiro o Costa e Silva acabara de assumir o comando do Exército, o Castelo reassumindo o Estado-Maior e o Ururaí o comando do I Exército no lugar do Âncora. E aí veio a primeira reação do Mourão e da Maria.

O Mourão esbravejou: "Estão tomando meus lugares! Esse lugar era meu! Eu que devia ser o comandante do 1o. Exército! Sou mais antigo do que o Ururaí!" Eu disse: "Bom, Mourão, não adianta nós estarmos brigando. O que eu acho que temos que fazer, já que há essa situação, nos apresentar ao Costa e Silva no Rio. Ele assumiu o comando do Exército e nós fizemos a revolução dentro do quadro brasileiro de hierarquia e disciplina. Portanto, cabe a nós nos apresentar no Rio." Ele reagiu, mas depois o Neder... E ele convenceu-se a ir ao Rio de Janeiro. Eu disse: "Eu vou com você." Chamei o Ferraro, que era o mais antigo, entreguei-lhe o comando da coluna e dei-lhe ordem que não ultrapassasse o cruzamento da estrada Rio-Petrópolis com avenida Brasil. Naquele cruzamento ele devia aguardar.

Aí o Mourão partiu e eu fui com o Pires, o Caracas e o Alísio para o quartel-general. Quando eu cheguei lá, já estava no pátio o carro do Mourão. Eu me dirigi para o carro, onde só estavam a Maria e o Neder.

A.C. - A Maria uma figura importante e um pouco exagerada, não é?

A.M. - Ambiciosíssima! Ela se dirigiu a mim e disse: "General Muricy, pelo amor de Deus, o senhor v lá em cima ver o Mourão, porque vão embrulhá-lo completamente. O senhor v lá defender o Mourão, senão ele vai ser embrulhado, pelo amor de Deus!" Eu disse: "Está certo, Maria, eu vou."

Subi, fui para o gabinete do Costa lá no nono andar, e encontrei realmente o Mourão com o Costa e Silva, numa conversa amigável. O Costa já tinha tido uma conversa com ele, tinha-o convidado para ir para a Petrobrás e o Mourão já tinha aceito.

Depois, houve reação da Maria, do Denis e do pessoal de Minas contra essa nomeação. Julgavam que essa fora a maneira que tinham tido de afastar o Mourão da situação militar, pois ele se julgava com o direito de ser, até, o novo presidente.

L.H. - Prêmio de consolação!

A.M. - No mínimo ele achava que devia ser ministro, se não fosse o presidente.

A.C. - Mas não estranho? Ao mesmo tempo que ele tinha tantas ambições, mal apareceu a Petrobrás ele se acalmou!

A.M. - É que ele falava, mas sabia das suas limitações. Cada um sabe o seu limite de competência - ou de incompetência. O camarada chega a uma certo limite e sabe que além daquilo não vai. Eu tenho certeza de que intimamente ele sabia disso.

Depois houve um problema quanto promoção do Mourão. Inclusive eu me interessei pela

sua promoção porque eu a achei justa. Eu achei justo o Exército lhe desse a promoção a quatro estrelas. Ele ia cair na compulsória dias depois. E só não caiu porque o Congresso deu. O Congresso que o promoveu a quatro estrelas, não foi o Exército.

A.C. - E ele pode fazer isso?

A.M. - Pode! Inclusive eu tive uma discussão, em altas vozes, na sala do chefe-de-gabinete do ministro. O Mourão conta isso no livro dele. Mas eu achava que ele devia ser promovido. Bem ou mal ele tinha dado partida revolução, tinha assumido responsabilidades, tinha vindo com a tropa. Então, não seria nada de mais que o promovessem. Mas nem o Castelo nem o Costa e Silva o promoveram, levaram a coisa para o Congresso resolver e o Congresso resolveu dar a promoção pelos serviços prestados revolução.

Mas como eu disse, fui ao gabinete e achei essa situação. Desci depois e a Maria veio. Eu disse: "JÁ encontrei uma solução, uma posição tomada, de maneira que eu não posso fazer nada." Aí a Maria disse: "Porque ao Mourão cabia ser ministro, estar no lugar do Costa..." Eu disse: "Bom, isso aí tem que estar no seu lugar, no seu tempo, não vamos precipitar os acontecimentos, eles têm que ser em ordem." O Mourão depois desceu, bravo também, já meio arrependido de ter aceito o posto, sem saber direito o que fazer. Eu disse: "Tenho mais o que fazer. Vou pegar a minha tropa, que deixei na estrada." E fui.

Como a tropa estava marchando, eu passei num quartel de bombeiros, que ficava onde hoje a rodoviária. Dormi ali uma hora ou duas, porque há duas noites que eu não dormia, e depois fui ao encontro da tropa. Quando cheguei, a tropa já estava lá e o Carlos Lacerda estava chegando com o Emílio Ibraim, que era o chefe da ADEG.

L.H. - Para oferecer o Maracanã para a tropa ficar, não é?

A.M. - Exatamente. Ele chegou, me deu um abraço, correu a tropa e me disse: "Olha, Muricy, o Emílio vai lá para o Maracanã. No que você precisar, leve a tropa para lá." Eu resolvi aceitar e fui para o Maracanã com toda a coluna. Mandei que a tropa - que era do Rio - se apresentasse a seus respectivos quartéis. E declarei encerrada a missão, porque não havia mais nada a fazer.

A.C. - O senhor entrou no Rio com quantos homens?

A.M. - Pelo menos com o dobro do que eu saí de lá. Era coisa de uns quatro ou cinco mil homens. Agora, não sei mais, só vendo os dados. Mas o fato que eu saí com uma tropa normal e depois dobrei com as...

A.C. - Um exército, tem mais ou menos dez mil homens?

A.M. - Não. Um exército depende das guarnições. Por exemplo: o I Exército tem muito mais do que todos os outros Exércitos por causa da posição do Rio, da quantidade de tropa. Aqui existe não só a I Divisão do Exército, existe a Brigada Blindada, a Brigada de Pára-quedistas, uma porção de tropas. É muito difícil dizer que num exército brasileiro tem...

Um exército uma área, uma região geográfica, com uma tropa no seu interior. Essa tropa varia de exército para exército. Um exército de campanha também varia de acordo com a finalidade que se dá a ele.

Então levei minha tropa para o Maracanã. E estava justamente terminando a instalar a tropa quando o Juscelino chegou com um grupo de políticos. Eu tranqüilamente saí de perto e deixei que eles tomassem p e vissem a tropa mineira. Eram políticos mineiros. Eu não tinha nada a ver com essa parte política, que não muito simpática, e eu continuava a não ser muito simpático ao Juscelino.

L.H. - O senhor sabe quem mais estava com Juscelino?

A.M. - Não me lembro. Mas os jornais da época anunciaram a ida de Juscelino e de quem estava com ele. E nesse dia, ou no dia seguinte, o Magalhães Pinto chegou e foi lá. E, como ele tinha sido o comandante em Minas, botei a tropa toda em forma para lhe prestar continência. Há no arquivo um retrato, publicado pelo Hélio Silva. Tem aí no arquivo.

A partir daí, dividi o meu tempo entre o Maracanã e o quartel-general, onde ficava a maior parte do tempo.

Inicialmente, a situação no Rio de Janeiro era muito confusa. Quando eu cheguei com a tropa, ainda havia alguns elementos que queriam fazer reações esporádicas. Havia notícias da possibilidade de levantes aqui ou ali. A tropa ainda estava mudando os comandos. O Âncora tinha deixado o comando, o Oromar tinha deixado a vila, o Aragão tinha assumido os pára-quedaistas, o Garcia a divisão blindada, e o Orlando Geisel a Vila Militar. Depois, o Orlando se chocou com o Costa e Silva, por causa do comandante do Grupo de Artilharia, que era um homem de confiança do Orlando, mas não era um homem de confiança do Costa. Então, o Costa quis obrigar a saída do coronel Freixinho que estava com o Orlando. O Orlando disse que não e foi substituído pelo Cintra no comando da Vila Militar. Embora antigo, nesse momento o Cintra era somente general-de-brigada. Logo em seguida foi promovido a general-de-divisão. O Orlando já era general-de-divisão.

Então havia uma situação muito instável no Rio.

A.C. - A situação do Orlando Geisel nesse momento era um pouco difícil porque ele tinha tido aqueles problemas com o Castelo e agora tinha-se atritado com o Costa e Silva.

A.M. - Mas ele e o Costa nunca tiveram muita afinidade. E o fato do Ernesto estar trabalhando com o Castelo no estado-maior tinha amenizado muito as coisas. Mas o problema com o Costa agravou-se por causa desse problema com o Freixinho. O Orlando dizia: "Eu sou o responsável, por que não tenho o direito de escolher os meus comandantes, que são da minha confiança? Não quero saber se são da confiança do ministro ou não. Eu tenho confiança e o ministro que me cobre a confiança." E o Costa e Silva dizia: "Mas eu tenho informações de que esse oficial isso, aquilo..." Ele dizia: "Mas isso não importa, ele da minha confiança." Tiveram uma discussão muito grande, o Orlando botou o comando disposição e o Cintra foi para lá.

Mas estávamos nessa fase de mudança de comandos. Até mesmo as unidades, todas comandadas por oficiais de confiança do governo passado tiveram que ser mudadas. Por tudo isso, nesse momento, o Costa e Silva e o Castelo pediram para que a minha tropa

ficasse no Rio. Eu tinha dito: "A minha tropa não tem nada a fazer no Rio de Janeiro." Mas eles disseram: "Você fica até a situação se normalizar ou equilibrar e aí você pode regressar."

No dia 4 ou 5, recebi sinal verde para regressar a Minas com a tropa, porque tudo estava mais ou menos tranqüilo.

Esse foi um período de muita confusão, principalmente porque se tratava da continuação do episódio. A derrubada de Jango foi muito rápida. Eu já contei que nós pensávamos que ia demorar muito tempo. O único que acertou foi o Golberi, que disse que o governo cairia como um castelo de cartas. O fato que a rapidez da derrubada fez com que tivéssemos que tomar uma decisão sobre nossa continuidade no governo. Tínhamos uma experiência anterior muito longa, em que os militares eram chamados a intervir, entregavam o poder aos políticos e os políticos logo voltavam ao *status quo* anterior. Então, desta vez, os chefes militares tomaram uma posição (e eu estava entre os que tinham essa posição): tínhamos que assumir a responsabilidade da revolução, para dar tempo de mudar o estado de coisas.

A.C. - O senhor pensava exatamente em que experiências?

A.M. - Na experiência das outras revoluções, dos outros movimentos no Brasil. Caiu Getúlio, entregou-se o governo ao Linhares, com a experiência que todos conhecem. Getúlio caiu pela segunda vez e entregou-se o governo ao Café. Veio o outro, entregou-se. Isso foi por toda a vida. E essas coisas só fizeram agravar a situação. Então, chegou o momento em que julgamos que deveríamos tomar a decisão de aceitar responsabilidade de assumir a direção do país.

Isso aí deu origem a uma série de problemas, inclusive uma célebre reunião, que foi promovida pelos governadores. O Costa e Silva queria que eu comparecesse a ela. Eu disse: "Não, Costa e Silva, você manda outro. A essa, não vou." E o Aragão foi, a pedido do Costa.

Nesse momento, ninguém sabia ao certo que caminho tomar, quando surgiu, no meio dessa confusão, a idéia de um ato institucional. Era a revolução se institucionalizando. Foram chamados todos os hermeneutas, todos os juristas. A idéia, se não me engano, saiu de gente de Minas.

L.H. - Foi o Francisco Campos.

A.M. - Eu sei que realmente o Chico Campos e o Carlos Medeiros, que depois foi ministro da Justiça, foram os redatores. Entrei no gabinete do Costa e Silva quando eles estavam redigindo. E quem estava batendo máquina era o então major e hoje general,...

A.C. - Por que foi no gabinete do Costa e Silva e não no do Castelo?

A.M. - Porque o Castelo era do Estado-Maior do Exército e o comandante do Exército era o ministro. Os ministros militares eram o Costa e Silva do Exército, o Rademaker, da Marinha, Melo da Aeronáutica. Foram os três que leram o Ato Institucional número 1 no gabinete de honra do Ministério do Exército.

A.C. - O poder forte, naquele momento, era o Ministério da Guerra?

A.M. - Era. E o ministro era o homem forte do ministério. Havia um corre-corre, entre o nono e o sexto andar, onde ficava o Estado-Maior. Eu vivia do sexto para o nono e do nono para o sexto, para procurar conciliar e evitar... JÁ havia o choque... havia divergências. O nome do Castelo começava a aparecer e havia oposição a ele. Nessa ocasião o nome do Costa e Silva não apareceu de jeito nenhum, mas havia alguns governadores que não queriam o Castelo. Essa coisa estava toda embrulhada quando se resolveu que a solução única seria o ato institucional.

A.C. - O ato institucional foi um preparativo para deixar o problema sucessório para ser resolvido depois?

A.M. - Sim, e para fazer uma espécie de junta militar, constituída dos três ministros militares, com poder de dirigir a revolução até a eleição.

L.H. - Quem nomeou o Costa e Silva ministro da Guerra? Ele mesmo?

A.M. - Ele mesmo se nomeou. Ele era o mais antigo dos generais em serviço. Aliás, o general mais antigo era o Cordeiro, mas ele estava em São Paulo e não tinha função no Exército. Aí o Costa e Silva ocupou o lugar.

L.H. - O Costa e Silva teve um sentido de oportunidade muito grande, não é?

A.M. - Não tenha dúvida. E, principalmente, o *entourage* do Costa e Silva tinha mais ambição do que o próprio Costa, que, pessoalmente, era uma belíssima figura.

L.H. - Quem que compunha o *entourage* do Costa e Silva?

A.M. - Os mesmos homens que foram com ele: o Portela, o Clóvis Brasil, o Sisenio...

L.H. - O Garcia?

A.M. - O Garcia era ligado, mas não era muito do grupo.

L.H. - O Andreazza já fazia parte?

A.M. - O Andreazza nesse tempo estava na Escola Superior de Guerra e eu não sei se nesse momento estava com ele.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - Nesse momento, deu-se posse ao Ranieri Mazzilli como presidente da República, mas, na verdade, ele não devia ter a menor importância.

A.M. - Nenhuma, nenhuma. Ninguém dava bola ao Ranieri.

L.H. - Foi apenas para manter a ficção constitucional.

A.M. - Exato. E ele sabia disso. A realidade que nos meios militares havia uma situação armada em torno do Castelo e contra o Castelo, porque ele era o nome que surgia. Ao mesmo tempo, havia uma preocupação do Cordeiro em não jogar lenha na fogueira. Ele poderia jogar, porque realmente era o mais antigo dos generais e tinha sido ultrapassado pelo Costa. Mas ele preferiu não tomar uma atitude que pudesse criar uma cisão dentro do Exército.

L.H. - No outro dia, quando estávamos conversando antes de começar a entrevista, o senhor fez uma observação, dizendo que o Cordeiro tinha sido o grande costureiro da revolução. Por que o senhor empregou essa expressão?

A.M. - Porque havia grupos que se articulavam em todo o Brasil e o Cordeiro esteve com eles. Ele juntou todos esses grupos. Mesmo na região de Minas, onde nós, propositadamente, não íamos, o Cordeiro unia. O Cordeiro foi o único que se uniu ao Mourão e ao Denis e que conversou com o Magalhães Pinto. Os outros chefes militares, não. O Ademar talvez esporadicamente tenha falado com o Magalhães Pinto. Quem falava muito com o Magalhães era o Pinheiro Sete.

O Cordeiro atuava em São Paulo, ligado diretamente ao Ademar de Barros e a todos os políticos do interior do estado. O Cordeiro se ligava com o pessoal do Rio Grande do Sul, estava em ligação com os generais. O Cordeiro passou pelo Nordeste e falou comigo. Depois ele se afastou um pouco...

[FINAL DA FITA 40-B]

A.M. - ... do Justino, porque também não havia amizade nem sintonia com Justino, assim como não havia sintonia do Justino com o Castelo. Apesar disso, nos últimos dias, o Castelo fez a ligação e o Justino respondeu. Dessa maneira, o Cordeiro foi o homem que mais ligações teve durante a revolução. Principalmente, ele procurou evitar que houvesse precipitação de um grupo em relação a outro. Havia momentos de exaltação, como quando o Peri teve aquela coisa com a CGT e o movimento em São Paulo tomou uma atitude quase que de levante. Mas o Cordeiro esteve acalmando. Ele foi realmente o homem que teve a maior quantidade de articulações dentro do Brasil, por isso que eu o chamo de grande costureiro.

A.C. - Mas isso nos leva a uma situação muito paradoxal, porque enquanto o general Costa e Silva ocupava o ministério da Guerra, que talvez estivesse mais perto dele, o general

Cordeiro estava preocupado com os problemas de unidade da frente sul, e isso o fez sair da arena de decisão num momento muito grave.

A.M. - Esse um dos problemas que nunca ficarão bem esclarecidos, porque havia uma vontade do Costa e Silva com o cordeiro e havia a vontade do Cordeiro com o Costa e Silva. Havia a vontade de outros chefes militares com o Cordeiro, havia a vontade com o Costa e Silva, houve o caso do Orlando, havia certas dificuldades. E o Cordeiro sempre teve a grandeza de espírito de não acirrar a luta. Nunca vi, durante esse período todo, uma atitude do Cordeiro que pudesse ser geradora de um atrito. Inclusive, o Mourão, com aquele jeito dele, poderia ter criado atrito, e o Cordeiro estava sempre procurando acalmar para unir. Foi um trabalho de grande elevação o que o Cordeiro fez, de sempre procurar criar um ambiente de tranqüilidade. E sua grandeza foi colocar-se ao lado do Castelo de corpo e alma. O Castelo era menos graduado do que ele, mas o Cordeiro o apoiou com toda a máquina que tinha. Toda. Nunca ambicionou o lugar e lutou para o Castelo ser presidente. E mais: na eleição do Castelo, estávamos na casa dele, lá na rua Nascimento Silva, estavam o Cordeiro, o Golberri, eu, o Ernesto, o Mamede, os ajudantes-de-ordens, o assistente do Castelo...

L.H. - Mas veja bem, general: desde o início, o Cordeiro cerrou fileiras em torno do nome de Castelo. até o próprio documento *Leex*, desenhava mais ou menos a idéia de que seria o Castelo. O Castelo sabia disso. Então, de certa forma, eu não aventaria a hipótese de uma ingratidão, mas na questão do ministério da Guerra, por exemplo, o Castelo preferiu o Costa e Silva ao Cordeiro.

A.M. - Não! O Costa e Silva era mais antigo do que o Castelo. Dentro da hierarquia, o Castelo tinha que ficar subordinado ao Costa.

A.C. - Mesmo porque ele já estava lá e aí seria preciso tirá-lo.

A.M. - É. Ele assumiu. Houve uma série de dificuldades entre o sexto e o nono andares. Nesse período, eu vivia entre o sexto e o nono andar para botar água fria nas fervuras dos dois grupos que já estavam se criando nessa ocasião. os costistas e os castelistas.

A.C. - O Castelo não tinha condições de desalojar o Costa e Silva? Nem que quisesse?

A.M. - Dentro do espírito de hierarquia o Castelo não tinha como desalojar o Costa e Silva, mais antigo, do lugar de ministro, sem fazer uma revolução. E a tropa ficaria contra o Castelo. Não tenha dúvida nenhuma. A tropa ficaria com o Costa e Silva, porque era questão de disciplina e hierarquia. A revolução tinha sido feita para buscar a disciplina e a hierarquia, e nessa hora, antigüidade posto.

L.H. - Quer dizer que, se o Cordeiro tivesse dado um soco na mesa, em frente ao Costa e Silva, dizendo: "eu sou mais antigo que você," ele teria ficado com o ministério da Guerra?

A.M. - Se tivesse feito isso no momento. Passado o momento, na base de que o Cordeiro

estava sem função, o Costa e Silva se apoderou do cargo. Eu estava fora do Rio na ocasião. Quando cheguei o fato já estava consumado. Depois dos fatos consumados, modificá-los...

A.C. - É uma situação paradoxal, porque, afinal de contas, o general Cordeiro estava sem função porque havia tido uma posição clara e tinha sido punido por isso pelo governo deposto...

A.M. - E não estava no Rio, tinha ido para São Paulo.

A.C. - Para também zelar pela frente militar.

A.M. - Exato, havia o problema militar em São Paulo. São dessas coisas que surgem e que depois...

A.C. - Eu queria perguntar ao senhor sobre essa decisão de dar um conteúdo militar revolução até sanear o processo político. Isso foi resolvido por aquele mesmo estado-maior revolucionário a que o senhor se referiu há pouco: o general Mamede, Geisel...

A.M. - Aqueles mesmos chefes: o Castelo, o Costa e Silva, o próprio Cordeiro, o Ademar, o Ernesto, o Orlando, o Cintra. Todos os generais, entre os quais eu estava, chegaram conclusão de que a revolução não deveria se entregar aos políticos, de maneira a criar novamente o estado de coisas que tinha gerado o ambiente que levou revolução.

A.C. - Podia ser uns oito ou dez generais?

A.M. - Não, não! Multiplique por três, pelo menos. Eram de vinte a trinta.

A.C. - Foi uma reunião ampla, então?

A.M. - Não, não foi uma reunião. Eu falo, outro fala, eu sei o que fulano pensa, e no fim fica sempre um pequeno grupo. Mas esse pequeno grupo está representando uma porção de gente.

A.C. Então, praticamente todos os generais participaram dessa...

A.M. - Mas não tenha dúvida! Todos estavam desejosos disso e diziam isso uns aos outros. Então chegou-se a um impasse: como continuar? Daí a busca de uma solução que pudesse ser constitucional e a idéia e a redação do ato. A revolução partiu, então, para uma eleição dentro da revolução, quebrando todos os cânones existentes. Inclusive, estava-se pensando: o Castelo inelegível. Mas não há nada de inelegibilidade nessa hora! Os adversários do Castelo começaram logo a criar problemas: como ele era chefe do Estado-Maior, teria que se desincompatibilizar durante seis meses. Mas não era possível pensar nisso naquela hora.

A.C. - Quer dizer que esta foi uma decisão do estado-maior da revolução. Foi uma decisão dos generais.

A.M. - Foi uma decisão dos generais da revolução . Era da revolução, pela característica de vir com os chefes militares frente. Então, os coronéis que apareceram estavam ligados a chefes militares e bem sintonizados com eles. Naturalmente, havia áreas em que a sintonia era maior do que em outras. Por exemplo, no Nordeste, a sintonia com o Justino era muito pequena.

A.C. - Quer dizer que o Justino não estava nesse grupo?

A.M. - Não.

A.C. - E o Krueel?

A.M. - Eu não sei direito sobre o Krueel, porque tudo isso se passou aqui no Rio e, como eu disse, eu estive aqui cinco dias. Depois fui a Minas e voltei. Eu estava fora do Rio nos dias 6, 7 e 8 de abril, que foram decisivos. Eu saí daqui, porque logo que eu senti que a posição militar tinha-se consolidado no Rio, eu disse: "Não posso ficar com essa tropa parada." Então preparei a volta para Minas. Regressei a Juiz de Fora, de noite houve uma parada e no outro dia dissolvi o destacamento. No dia seguinte vim embora para o Rio de Janeiro. E daqui não saí mais. Fiquei até para o Nordeste.

L.H. - Essa decisão de manter a revolução e de, como o senhor disse, romper com os cânones anteriores - por exemplo, a inelegibilidade do Castelo era uma questão, afinal de contas, abandonada - alijou as lideranças civis que de certa forma trabalharam pela revolução durante algum tempo: Lacerda, Magalhães Pinto...

A.M. - E houve várias manifestações de desagrado, inclusive, por exemplo, do Lacerda. O Costa e Silva não gostava do Lacerda. Então, nessa reunião, a que eu não quis comparecer, ele mandou que eu fosse, depois mandou o Aragão...

L.H. - Depois houve no ministério da Guerra uma reunião dos governadores em que o Lacerda e o Costa e Silva tiveram uma discussão muito violenta.

A.M. - Foi uma discussão muito violenta, a que eu não assisti. Eu sabia, mas disse: "Não, nessa eu não quero entrar. Para quê que eu vou lá me aborrecer?" Então procurei não entrar, fiquei de fora.

Mas, de uma maneira geral...

A.C. - O que o senhor temia nessa reunião? Ela o afastava um pouco do espírito da...

A.M. - São reuniões que não levam a nada e eu não gosto de perder tempo. Nessa hora em que se tem que atuar, agir, construir, não resolve discutir sexo de anjo.

A.C. - Quer dizer que o senhor não estava disposto a ter que dar explicações sobre uma coisa que lhe parecia óbvia?

A.M. - É lógico! Naquele momento, houve uma decisão de não se voltar àquela mesma coisa. Então procuramos uma solução, não íamos ficar numa constituição que sempre de mostrou ultrapassada, não resolveu os casos anteriores e não ia resolver agora... Então, não adiantava perder tempo.

A.C. - E os governadores queriam uma solução política.

A.M. - Para eles interessava a solução política. Não me interessava estar perdendo tempo com eles, porque eu não iria concordar nunca com eles. Para que eu iria lá.

L.H. - Mas eles próprios já levaram ao general Costa e Silva.

A.M. - Levaram o nome do Castelo, embora a contragosto, porque sentiam que não dava. Com sua sensibilidade política, eles sentiam que o nome que surgia era o do Castelo. Então eles já levaram o nome do Castelo ao Costa e Silva.

A.C. - É uma situação muito curiosa, porque, dentro do quadro geral, a posição mais civilista que se poderia defender naquele momento era o nome do Castelo.

A.M. - Era. Então, eles sentiram que o nome que surgia era o do Castelo. E aí chegou-se ao consenso de que era necessária uma estrutura a mais próxima possível da legalidade. Então, não se fechou o Congresso, não se derrubou o Mazzilli. O comando de ministros militares que editou o ato institucional não fechou o Congresso. Continuou o "seu" Mazzilli, que passou a faixa presidencial ao Castelo. Quer dizer, continuou a mesma roupagem democrática. O Congresso estava aberto e continuou a debater os problemas. Dentro desse quadro, houve um trabalho dentro do Congresso, junto a deputados e senadores, para quem ia votar, quem não ia votar, quem votaria no Castelo, quem não votaria...

A.C. - Quer dizer: não se cancelou a política. Ela permaneceu, sob controle.

A.M. - Mais tarde, procurou-se fazer isso também na doença do Costa e Silva.

L.H. - Porque apareceram mais dois outros nomes, o do general Kruel e o do general Dutra.

A.M. - No caso do Dutra foi uma coisa mais do Cintra. Sendo enteado do Dutra, dias antes da revolução o Cintra conseguiu fazer com que o Dutra lançasse um manifesto, chamando a atenção... Foi logo depois do comício do dia 13. Naquele ambiente tremendo, o Cintra convenceu o marechal Dutra - que era um patriota e tinha uma porção de qualidades - a entrar. Embora ligado ao Castelo, o Cintra achou que o homem para apaziguar o Brasil era o Dutra. O grande padrinho do nome do Dutra era o Cintra. E, naturalmente, os políticos ligados a Dutra começaram a fazer um trabalho em torno do seu nome.

L.H. - O próprio Vitorino Freire, que tinha muita ascendência no senado, nessa hora, começa a articular...

A.M. - Não tenha dúvida. Aliás eu gostava muito do Vitorino. Apareceram esses nomes, mas nenhum desbancou o do Castelo. E nós fomos para a eleição. Veio o ato...

A.C. - Se o esquema tivesse sido o da presidência ao Costa e Silva, certamente o encaminhamento político ao qual o senhor se refere - o Congresso, Mazzilli etc. - não se teria mantido.

A.M. - Não sei. Essa hipótese nunca foi cogitada. Eu não me lembro de o nome do Costa e Silva ter sido cogitado para presidente nessa ocasião. É possível que um ou outro tivesse falado, mas não me recordo de haver um consenso em torno do nome do Costa e Silva. O nome do Costa e Silva aparece depois que ele foi ministro do Castelo.

A.C. - O que está muito claro que o candidato do Costa e Silva não era o Castelo.

A.M. - Nunca foi. O pessoal do Costa e Silva sempre teve uma certa animosidade em relação ao pessoal do Castelo, principalmente os amigos civis do Costa e Silva. Esses que mais se opunham ao Castelo.

A.C. - Quem eram eles?

A.M. - O pessoal ligado a certos empresários, principalmente um homem que se chamava Carl Marcondes Ferraz. Um dia eu disse ao Costa e Silva: "Costa, você tem que se afastar desse homem! Esse homem o desgasta! Esse homem lhe cria problemas! Todo mundo no Exército fala mal dele e ele vive na tua casa! Vive no teu gabinete! você um homem que não pode se dar..." Eu tinha liberdade com ele para dizer isso, mas ele respondeu: "Não, não assim... Muricy..."

A.C. - Qual era o problema do Marcondes Ferraz?

A.M. - Desonestidade.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - Mas havia também o Sebastião Paes de Almeida, não? Através do Andrezza, o Sebastião Paes de Almeida estava muito próximo.

A.M. - Havia. O pessoal que cercava o Costa e Silva era muito ligado ao dinheiro e a interesses de dinheiro. E o Costa e Silva era muito dominado por esse pessoal. Daí as restrições que dentro do Exército se faziam ao Costa e Silva. Mas nos primeiros dias da revolução, o nome do Costa e Silva não surgiu como sendo possível para presidente. Inclusive porque havia a situação do Cordeiro. Todo mundo estranhou a posição do Costa em relação ao Cordeiro. Muita gente achou que o lugar dele não era aquele. Tudo isso criou

um ambiente que não permitia que o nome do Costa surgisse.

A.C. - Queria perguntar ao senhor sobre uma conexão que me pareceu muito importante, que foi a do general Krueel com o general Costa e Silva. Eles eram muito próximos, não eram?

A.M. - Muito.

A.C. - E muito possível que, enfim, o Cordeiro de Farias tivesse ficado numa posição desequilibrada em relação contribuição que tinha prestado revolução. Ficou sem ministério até julho.

A.M. - Ele ficou até a criação... Esta foi uma das minhas preocupações. Inclusive, perguntei ao Castelo sobre a situação do Cordeiro. Ele respondeu: "Não se incomode que eu vou resolver." E eu: "Mas não podemos deixar, porque a situação criada constrangedora para todos nós." Ele disse: "Deixa que eu vou resolver."

A.C. - Isso dá a impressão de que o general Costa e Silva não só garantiu o controle do Rio de Janeiro como estabeleceu um contato muito cerrado com São Paulo, através do Krueel. E isso deve ter dado a ele uma força militar muito grande.

A.M. - Naquele momento não havia a preocupação quanto a força militar, porque imediatamente o Exército retornou hierarquia e disciplina, de maneira que, dentro do quadro hierárquico, cabia a supremacia ao Costa e Silva. Ele era o ministro.

A.C. - Ele tinha forte apoio em São Paulo, com o general Krueel.

A.M. - Mas o Krueel, em São Paulo, tinha uma força relativa. O pessoal da revolução esteve para ultrapassá-lo até a última hora. E os oficiais que se revoltaram em São Paulo até a última hora tinham dúvidas quanto posição do Krueel.

A.C. - Mas eram muito ligados ao Cordeiro

A.M. - O pessoal da revolução era todo muito chegado ao Cordeiro. O Cordeiro que articulou a revolução em São Paulo. Ele esteve em ligação com todos.

L.H. - Vocês foram surpreendidos pelo início do movimento e, de certa forma foram, também pela queda rápida do governo, posto que estavam esperando uma luta mais longa. A quê que o senhor atribui essa queda rápida.

A.M. - Primeiro, a questão fundamental: a opinião pública e o papel da mulher. A opinião pública, levando as mulheres frente de grandes massas, polarizou o povo brasileiro para agir contra o governo. Então, não foi possível ao governo encontrar apoio nas massas.

Segundo lugar: a preparação psicológica dentro do Exército, esse trabalho persistente, de uma porção de anos, numa ação anticomunista. Não foi só anualmente, através das

manifestações do 27 de Novembro, mas também através de uma instrução - estou trazendo documentação - que se prolongou de uma forma intensa, principalmente nos últimos anos, dentro dos quartéis, esclarecendo o que era a guerra revolucionária e preparando para a luta contra essa guerra.

Terceiro: a convicção democrática das forças armadas. As forças armadas brasileiras, enquanto perdurar esse estado de coisas, constituída de homens de classe média. Todos nós temos os nossos parentes, os nossos amigos na classe média, que a que predomina no Brasil e onde o espírito democrático mais sólido. Então, o governo, que vinha num desmando crescente, foi perdendo, aos poucos, o apoio que a disciplina e a hierarquia mantinham dentro do Exército.

Aquela pregação final do Castelo, mostrando que a força militar não uma guarda pretoriana, e sim uma força nacional, que devia obediência ao país e Constituição, aquilo tudo desequilibrou a autoridade do governo.

E, finalmente, eu estou convencido de que Jango sentia que não tinha condição de luta. Ele, pessoalmente, não era um homem de luta, tanto que, no primeiro embate, abandonou o governo e foi embora, apesar de seus assessores quererem combater. Quando Jango chegou ao Rio Grande, o Ladário quis combater. Aqui no Rio, o Âncora, o Oromar e o próprio Assis Brasil quiseram combater, mas o Jango entregou o governo e foi embora. Quando chegou em Brasília, ainda encontrou alguns chefes querendo combater ao seu lado, mas ele abandonou o governo e foi para o Rio Grande. Quer dizer, ele, pessoalmente, não era um homem de briga. Isso também ajudou a sua derrubada rápida. O fato que nós não esperávamos que ele caísse em dois dias.

L.H. - Uma coisa que na época se comentava muito que ficou muito evidente que ele não contaria com apoio. Apareceram três editoriais na imprensa: um, no Estado de São Paulo, dizendo que 32 mais 32 são 64, numa idéia de que São Paulo se levantaria, e dois no Correio da Manhã, um no dia 30 e outro no dia 31. Foi um chamado "Basta!" e o outro chamado "Chega!" O que se comentava muito naquela ocasião era que o Jango, na medida em que tomou conhecimento de que a própria imprensa já estaria inteiramente contra ele, teria decidido evitar confronto.

A.M. - É possível. Ele não tinha o que nós chamamos de valor combativo. Ele não tinha capacidade combativa íntima. E o velho Foch já dizia que a derrota começa na cabeça do chefe. Na hora em que ele se considerou derrotado ele estava derrotado. Ele não teve mais capacidade de luta.

A.C. - O problema da chefia não era só do lado dos revolucionários, era também do lado do governo. Eles precisavam ter chefes.

A.M. - Ele não tinha mais chefes. Jango não tinha mais assessores em quem confiasse. Os telefonemas que ele deu pessoalmente, no dia 31, mostram que ele estava completamente desorientado.

A.C. - A que telefonemas o senhor se refere?

A.M. - Ele telefonou para o Justino, para o Krueel, para o Rio Grande, para Brasília, para uma porção de lugares.

L.H. - E o próprio San Tiago Dantas falou com ele no dia 31 a respeito do Mourão. E ele disse que, absolutamente, não tinha nenhum tipo de informação. Ele estava completamente desinformado.

A.M. - Através da descrição desses telefonemas, sente-se que ele não queria lutar. Ora, quando um chefe não quer lutar, muito dificilmente encontra quem queira morrer com ele.

L.H. - Isso, num certo sentido, foi benéfico para a revolução?

A.M. - Não tenha dúvida. Por exemplo, no meu caso pessoal: fatalmente eu me teria chocado com as forças do Cunha Melo. Teria havido mortes. Quantos? Não houve nada. A coisa passou-se de uma maneira muito tranqüila. Isso foi vantajoso para o futuro do Brasil, porque o Brasil continuou a ser, na parte política, um país sem ódios. Na parte ideológica, continuaram as restrições, mas, na parte política, ninguém tinha ódio de Jango. Jango morreu, mas ninguém tinha ódio. Não gostavam dele, isso outra coisa. Mas ódio...

A.C. - Foi bom o senhor lembrar isso, porque na descrição de sua vinda de Minas para o Rio e de todas essas negociações com o Cunha Melo e com as tropas que vinham, havia muito mais uma dimensão política que propriamente ideológica.

A.M. - Naquele momento o que se queria era afastar o Jango para se poder retomar o caminho democrático. O problema aí era contra o Jango, mas contra ele não havia ódio. Contra o homem não havia ódio.

A.C. - E aqueles que estavam do lado de Jango também não demonstraram nenhum ódio.

A.M. - Porque não tiveram tempo de agir. Todo mundo sabe que Prestes considerava pronta a vitória do comunismo, só faltava...

A.C. - Sim, mas na frente militar, por exemplo...

[FINAL DA FITA 41-A]

A.C. - Na frente militar não havia ódio. A maior prova o encontro de Âncora com o Krueel, lá nas Agulhas Negras. Foi um encontro de camaradas. A maior prova a minha chegada ao Rio de Janeiro, onde encontrei uma porção de companheiros que estavam do outro lado sem o menor ódio.

A.C. - Como aquele coronel que disse: "Eu estou com o general Jair porque devo favores a ele."

A.M. - Exato, não era nada pessoal. Não havia nenhuma coisa direta, não havia ódio. A prova a adesão dessa tropa. Eu saí de Minas com um efetivo e cheguei ao Rio com o dobro desse efetivo. E tenho certeza de que aquela tropa iria combater comigo, sob minha ordem, se fosse necessário. Tudo isso demonstra aquela minha tese: na luta política não há ódios. Isso não quer dizer que não tenha havido no passado, porque na revolução de 1893 houve muito degolamento... [risos]

L.H. - Havia muita gente indecisa que aderiu depois?

A.M. - Muita gente... Mas deixemos os fatos falarem por si. Eu prefiro somente recordar uma coisa: havia os que estavam indecisos e havia os que estavam com vontade e não podiam. Então, depois da revolução, adotei uma postura: a mim não interessava a posição que tinha tido o indivíduo no dia 31 de março e nos dias 1, 2 e 3 de abril. O que me interessava era a postura que o indivíduo tinha a partir do momento em que a revolução se instalou no Brasil.

Havia homens que nos combateram e que estavam integrados no espírito da revolução. E havia homens que vieram conosco e que estavam querendo se aproveitar da revolução, porque estavam fora do espírito da revolução. Assim, eu olhava muito mais o que o indivíduo podia fazer ou estava fazendo do que o que tinha feito no dia 31.

A única figura que eu não suportava era a do indivíduo sem definição, para um lado ou para outro. Sempre procurei me afastar dessas figuras.

Nunca combati, mas também nunca dei apoio. Apoiei muitas vezes homens que me combateram, que divergiram claramente de mim, mas tiveram atitude. Divergir natural, desde que não haja nisso a idéia de destruição da sociedade. Contra os comunistas, eu lutei até o fim. Aos que politicamente me combateram, nunca dei maior importância

L.H. - Na verdade, como o senhor mesmo nos mostrou, durante a Revolução de 30, muitas pessoas, como o senhor, que ficaram com o governo de Washington Luiz na verdade estavam apenas numa posição de respeito ordem, Constituição etc.

A.M. - E em 1964 também. O caso desse coronel típico.

Então nós estamos agora nos primeiros dias da revolução e aí começa um outro período da minha vida...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - ... muito movimentado, mas também muito difícil. A fase no Nordeste foi difícilíssima! Mas, em todo caso... pude vivê-la. Depois vim para o Rio numa fase das mais delicadas, que foi a doença do Costa e Silva. Foi uma fase muito crítica para mim. E depois, finalmente, até terminar a minha vida militar tranquilamente, trabalhando, que é...

16a. Entrevista: 22.04.1981

A.C. - Na última entrevista nós conversamos sobre a Revolução de 64 e sobre os últimos episódios ligados escolha do general Castelo Branco para a presidência da República. Talvez pudéssemos ainda falar um pouco sobre isso, sobre os candidatos que apareceram como alternativas.

A.M. - Eu tenho pouco a dizer, porque, ao chegar no dia 6 de abril, a situação militar já estava consolidada, voltei a Minas com o destacamento e só regressei ao Rio em torno do dia 8 ou 9. Os primeiros dias de abril foram muito intensos. Quando voltei, já encontrei coisa em evolução. E ainda estava-se discutindo muito a questão de como continuar a revolução. Uma coisa tinha ficado resolvida: pela primeira vez os militares iriam assumir a responsabilidade do governo. E, com isso, surgiram alguns candidatos em potencial, como o Castelo, o Dutra e o Magalhães Pinto (cuja candidatura desapareceu logo em seguida, porque não teve receptividade no Rio de Janeiro). O próprio Ranieri Mazzilli teve a idéia de continuar, como tinha acontecido anteriormente, na renúncia de Jânio...

Mas tudo isso foi ultrapassado e encontrou-se, como eu já disse, a solução do AI, a revolução se institucionalizando. Dessa maneira, a escolha de Castelo foi se impondo aos poucos, como a do homem que melhor reunia as condições para prosseguir a revolução, uma vez que ele tinha expressão não só no meio militar como no meio civil. E era acreditado pelo seu passado, porque tinha sido sempre um homem da legalidade. Aquela foi a única vez em que o Castelo saiu do seu comportamento legalista, que ele manteve a vida inteira.

No dia 11 houve a eleição de Castelo. Eu me recordo que foi logo depois que eu voltei de Minas, depois de dissolver o Destacamento Tiradentes. Um pequeno grupo de amigos foi para a casa do Castelo, e lá nós acompanhamos o problema da eleição... Tinha-se que fazer a redação de um documento. O Castelo, naturalmente, estava muito fechado, muito concentrado, e ali do lado estavam o Ademar, o Cordeiro, eu, Ernesto, o Golberi, o Mamede - o grupo mais chegado, daquele célebre estado-maior do Castelo - além de pessoas da família e alguns poucos políticos, de quem eu não me recordo. O fato que o Castelo disse as idéias, o Golberi redigiu a proclamação e eu a bati máquina. A proclamação foi lida logo em seguida eleição.

Pouco depois da eleição o Castelo e o Costa e Silva passaram a se reunir no nono andar do ministério da Guerra, trabalhando mais ou menos juntos. O Castelo saía do Estado-Maior, ia para o gabinete e muitas vezes ele e o Costa e Silva discutiam juntos os problemas para a continuidade da revolução.

Quanto a mim, pessoalmente, tive várias idéias para onde iria. E eu disse ao Castelo e ao Costa e Silva que o meu desejo era comandar o Paraná. Eu, filho do Paraná, nunca mais tinha voltado lá, por causa da doença da minha primeira mulher. Agora, que não havia mais impedimento, eu queria ter o prazer de comandar a guarnição. E eles se comprometeram, assim que houvesse uma oportunidade. O Dario teria que sair, com o tempo, e eu iria

comandar. E eu estava todo satisfeito, quando, pelo dia 15 ou 20 de abril - esses dias foram de uma velocidade imensa - fui chamado ao gabinete. Quando cheguei lá, encontrei o Costa e o Castelo. E o Castelo, muito brincalhão, disse: "Olha, Muricy, você não vai para o Paraná, você vai ter outro filho pernambucano." Ele sabia que Virgínia estava esperando o meu caçula. Eu disse: "O quê que há? Ele me explicou que a situação no Nordeste estava muito delicada. Estava havendo excessos de todo jeito, porque, numa situação explosiva, a reação sempre muito maior, de maneira que ele precisava ter lá um homem de confiança do governo, que ao mesmo tempo conhecesse a área e que tivesse energia sobre o pessoal da área. O homem era eu, e eu deveria me preparar para embarcar.

No Nordeste, segundo eles me disseram, o Justino não tinha refreado suficientemente os excessos e o comandante da região não tinha tido uma atitude muito clara na revolução, de madeira que não havia ação de comando sobre a tropa, que era toda revolucionária. Então, era preciso substituir o comando.

O Castelo me perguntou: "Quando que você pode embarcar?" Eu disse: "Embarco já." Vamos dizer que isso fosse na quarta ou quinta-feira e ele disse: "Indo sábado, você vai bem." E eu me preparei para ir.

Quando eu estava me preparando, os dois me chamaram no Ministério, para me dizer: "Você não vai. O Justino pede para você não ir logo, para não criar uma situação desagradável com o comandante da região, que está saindo, de maneira que você ir mais tarde." E eu perguntei: "E quando que vocês querem que eu vá?" Eles disseram: "Você pode ir nos últimos dias de abril ou no começo de maio." Eu disse: "Bom, nesse caso eu vou com a família." Peguei toda a família e parti para o Recife.

Não me recordo mais, do dia em que cheguei, mas isso deve estar nas minhas anotações. Eu me apresentei e logo em seguida assumi o comando da 7a. Região. Fui recebido por todos os meus velhos companheiros. Todos vieram saber como que tinha sido, como que não tinha sido. E dentro disso eu comecei a tomar p na situação que se encontrava a 7a. Região, principalmente na guarnição do Recife, que era onde eu estava sediado.

Realmente havia informes de muita dureza nas prisões. Eu, por exemplo, me lembro que no Parque de Motomecanização havia muitos presos políticos dormindo praticamente em cima do ladrilho. Uma das primeiras coisa que fiz foi chamar o comandante e dizer: "Colchão, roupa de cama, cobertor para todos! Eu não tenho cama para dar, mas pelo menos quero todo mundo dormindo direito!" E ele: "Mas general..." Eu disse: "Amanhã eu quero isso!" No dia seguinte já estava tudo em ordem.

Uma das primeiras coisa que eu fiz foi correr todas prisões, ver o pessoal que estava preso e corrigir os lugares onde a situação de conforto pudesse ser melhorada, porque as instalações militares nem sempre permitem, principalmente quando há um excesso de pessoas presas, como houve naqueles primeiros dias da revolução.

Mas, voltando um pouco atrás, antes de eu partir, quando eu estava para embarcar, o Castelo me chamou e disse: "Olha, Muricy, você vai encontrar um situação difícil. Principalmente, tome muito cuidado em não se chocar com o Justino. O Justino nos preocupa muito, mas você o conhece tão bem quanto eu. Quero tranquilidade e que você não se choque. Procure resolver os problemas com habilidade, para evitar situações que depois fiquem difíceis para nós." Eu disse: "Pode deixar que eu farei isso da melhor maneira possível."

Realmente, cheguei, conhecia o Justino de outras ocasiões, de maneira que foi tudo muito

bem. Nessa ocasião, eu encontrei no meu estado-maior alguns oficiais novos, que tinham ido para lá no período em que eu tinha-me ausentado do Recife. Entre eles, estava o então major Manoel Moreira Pais, que tinha vindo da Escola de Estado-Maior, onde era instrutor. Ele era o oficial de operações e, na conversa, ele me pôs ao par de duas coisas.

Primeiro, ele me informou como tinha sido a operação militar no Nordeste, que eu ignorava completamente. Realmente isso não está escrito em parte alguma e eu acho interessante que o Manoel Moreira Pais seja ouvido porque ele foi o homem que organizou a questão no final do dia 31 e no dia 1. Ele pode contar tudo que ocorreu no Recife nesses primeiros dias.

Segundo, o Pais me mostrou um projeto de operação psicológica a ser desenvolvido no Nordeste. Ele partiu de uma premissa absolutamente certa, de que a parte militar estava resolvida e não haveria, portanto, problemas nesse aspecto, mas de que nada seria feito se não fosse conseguidas as mentes. E as mentes só poderiam ser obtidas através de um trabalho de ação psicológica, de esclarecimento e de orientação democrática, que permitisse atingir o maior público possível no Nordeste. Em vista disso, ele havia elaborado um projeto de ação psicológica. Esse projeto foi submetido ao general Justino, que o aprovou, mas declarou que a execução seria feita através dos comandos de região. Em vista disso, caberia a mim, como comandante da região, botá-lo em execução nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A.C. - Mas me parece um pouco chocante que, sendo ele major, pudesse estar com essa posição de concentração de poder.

A.M. - Mas ele era o oficial de operações. Dentro do estado-maior, ele era o encarregado do problema de operações. Tendo sido instrutor da Escola de Estado-Maior, sendo um oficial de grande valor, não só moral como intelectual, ele naturalmente se preocupava com esses problemas e apresentou ao seu comandante uma idéia. Isso normal no trabalho de estado-maior! Cabe ao comandante receber a idéia, reunir o estado-maior, discutir o problema e depois aprovar, modificar ou rejeitar qualquer proposição. Mas o oficial de estado-maior estuda os problemas, se adianta aos chefes e propõe soluções.

A.C. - O chefe do estado-maior do Justino talvez fosse um pouco omissos.

A.M. - Mas o chefe do estado-maior do Justino era o Isac Naon, que tinha sido operado de emergência e estava ainda muito enfraquecido. Ele quase morreu, fez uma viagem ao Ceará, a serviço, e lá teve um problema de próstata que o obrigou a se operar de emergência e ele quase morreu. Ele ainda estava muito fraco.

Ao mesmo tempo, como a parte de controle de prisões, de segurança na área, estava com o Exército, a região formou certos elementos para ajudar. E o major Pais estava trabalhando na região e ajudando o Exército na parte de operações. E, nessa parte, ele preparou o plano de operações psicológicas.

A.C. - De qualquer forma, o general Castelo Branco tinha toda a razão de prevenir o senhor quanto às dificuldades possíveis. Evidentemente, a região militar estava tomando uma posição de grande importância.

A.M. - Eu encontrei realmente um ambiente tremendo no Nordeste! E choquei, de saída, várias pessoas. Por exemplo, uma das primeiras visitas que fiz foi Anita Pais Barreto, que tinha sido secretária de Educação do Arrais. Ela tinha sido presa, tinha sofrido. E eu fiz questão que todo mundo soubesse que eu tinha ido visitar a Anita Pais Barreto. Foi um choque! A irmã de Arrais, a Violeta, casada com um técnico social de quem eu não me lembro o nome. O homem estava preso e teve um problema de infecção dentária. E a Violeta tinha relações com a família de minha mulher. Ela, na família, conhecida como Viola. Então, vieram me trazer o problema e eu disse: "Pois não, não tenha dúvida nenhuma." Ajudei muito Violeta e ao seu marido. Eles, aliás, foram de uma ingratidão extraordinária comigo e com toda a família, por minha causa. Ela, mais tarde, voltando a Paris, onde até hoje reside, disse a um de meus cunhados que não tinha mais assunto para conversar com ele. só porque ele era meu cunhado. E eu a ajudei o quanto pude. Mas a ingratidão no mundo... Felizmente, há mais pessoas gratas do que ingratas. Ela foi uma das ingratas que eu conheci.

Eu tinha sabido da questão dos alojamentos, das instalações dos presos. Procurei correr os quartéis onde havia presos, mandei ver. O Pelópidas estava preso no RO. Eu não fui visitá-lo, mas mandei dar todo o apoio, e a senhora dele várias vezes foi lá em casa para pedir certas coisas e eu procurei apoiá-lo. Da mesma maneira, a senhora do Arrais, que era Souza Leão, cunhada do Cid... Eu mandei saber da família do quê que precisava... Essa era a segunda mulher do Arrais.

I.F. - Mas a primeira que era cunhada do Cid.

A.M. - Sim, a primeira que era a cunhada do Cid. A segunda é... como e o nome dela?

I.F. - Madalena.

A.M. - A Madalena se dava com a família da minha mulher, e o que foi preciso eu mandei dar.

A.C. - Era uma família muito católica.

A.M. - Muito! No meio de tudo isso tinha havido problemas com dom Hélder. Na perseguição a elementos anti-revolucionários ou comunistas, penetrou-se no palácio de Manguinhos e foi-se lá dentro efetuar prisões. Dom Hélder ficou muito chocado. Ele tinha chegado ao Recife poucos dias antes da revolução e ainda estava meio fora de contexto pernambucano. Como eu e Virgínia, minha segunda mulher, tínhamos toda a ligação com o meio católico do Recife, muitas vezes dom Hélder ou nos telefonava ou ia lá em casa para pedir uma coisa ou outra, para eu ajudar nisso, naquilo... E eu procurava conciliar ao máximo.

Agora, uma das coisas que mais me chocaram, logo que eu cheguei, foi que encontrei o meio católico do Recife, aquele que era ligado a nós anteriormente, quando eu tinha estado lá no comando da região, praticamente todo contra a revolução. E achando que tinha-se prejudicado a revolução social que estava sendo feito pelos comunistas vamos dizer, pelos

"progressistas" do Nordeste -, com prejuízo da democracia e do problema social que era preciso atender. Eu procurava atender. Inclusive, um dos casais dos nossos grupos esteve preso, a Dosa com o Aloísio. Eu tive que providenciar, ver como que eu ia tirar a Dosa. A Dosa a tal que era prima do Paulo Freire. Depois veio a questão do Paulo Freire.

A.C. - Porque o Pelópidas Silveira estava preso?

A.M. - Ele não era comunista, mas era ligado a Arrais e era contra a revolução. Também o Toinho Baltar estava preso, porque era contra a revolução e considerado de esquerda. E contra o Toinho Baltar havia a acusação de que ele tinha sido o causador indireto daquelas duas mortes que houve no Recife, quando a multidão quis liberar o Arrais que estava preso no palácio, no dia 1. Conforme eu soube mais tarde, Arrais se manteve em palácio. O Justino mandou o 14' RI, sob o comando do Castilhos, e o RO, sob o comando do Ivã Rui, cercar o palácio. Mais tarde, como não havia solução, o Castilhos e o Albuquerque, que era o subcomandante que estava no comando efetivo do grupo de artilharia, porque o Ivã Rui tinha sido colocado na secretaria de Segurança, entraram em palácio e prenderam o Arrais.

A.C. - Isso um caso interessante, porque acho que o Arrais foi o único que permaneceu no posto.

A.M. - Foi. E enquanto isso estava-se preparando um movimento de agitação muito grande na cidade. Isso o Manoel Pais poder contar, porque ele estava lá. O fato que no meio daquela agitação, juntaram-se lá uns quinhentos ou seiscentos manifestantes que queriam ir ao palácio. A tropa se preparou e mandou parar e alguém gritou: "Isso festim!" E a tropa deu uma descarga para o ar, para não atingir ninguém. "Isso festim" e os manifestantes avançaram. Quando avançaram, só houve um jeito, que foi reagir, e dois morreram. aí houve o pânico, a coisa serenou-se...

[FINAL DA FITA 41-B]

A.M. - ... e ninguém pensou mais em retirar o Arrais. Depois eles estiveram se reunindo na avenida Guararapes, na região de Sertã, que era o ponto clássico de reunião da cidade, onde havia comícios e tudo isso. Também foi preciso mandar um pelotão de carros passar lá uma primeira vez; eles não saíram, se juntaram de novo; então, mandou-se o pelotão passar, pegasse em quem pegasse. aí acabou a reunião de uma vez, de qualquer jeito. Felizmente não houve nada, não se atingiu ninguém.

O fato que esse ambiente no Recife continuou. Ainda havia muito ressentimento e muito excesso. Eu, aos poucos, fui procurando acalmar.

A.C. - O senhor também deve ter sido indiretamente atingido por um episódio que comoveu muito a cidade, que foi do Gregório Bezerra. A população estava traumatizada com aquela coisa quase cristã, de *via crucis*.

A.M. - O episódio do Gregório... Ah! Muito! O Vilocque um homem bem-intencionado, mas não tem nenhum controle emotivo. Ele se excedeu de uma maneira brutal, naquela questão do Gregório. Eu ainda estava aqui no Rio, antes de embarcar, quando eu vi na televisão o episódio. Aquilo me chocou brutalmente! E depois eu soube que quando o Gregório chegou no quartel-general, ele estava muito machucado.

A.C. - Porque houve requintes de sadismo!

A.M. - Não tenha dúvida. Nessas horas, as coisas às vezes são do conhecimento, mas...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - Às vezes a coisa foge ao controle dos chefes.

A.M. - Foge... e às vezes o chefe deixa que a coisa se passe. O fato que o problema era grave. Por exemplo, num belo dia entrou no meu gabinete, na região, o diretor do hospital militar, o Pontual, que era muito meu amigo. E me disse: "General Muricy, o cunhado do Arrais" - que era técnico em telecomunicações - "foi levado para o hospital e está com uma costela quebrada. E tudo indica, pelo que ele descreve, que ele foi colocado num pau-de-arara e a costela dele quebrada." Eu disse: "Mas isso não pode ser." Chamei o chefe do estado-maior, que era o Libório, e disse: "Libório, abra uma sindicância já, para apurar quem foi o responsável. Se eu conseguir alguma coisa, eu abro um inquérito." A sindicância o primeiro passo para o inquérito, para comprovar se há elementos para se chegar a um inquérito. Fiz uma reunião no quartel da intendência, que tinha um belo salão, onde eu reuni uns quarenta comandantes de unidade e chefes de organização militar ligados a mim. Foi uma reunião dura. Fiz questão de que fosse com o máximo de austeridade. Deixei que todos sentassem e depois, quando estavam todos sentados, o Libório anunciou a minha chegada, então todos se levantaram e eu entrei sério: "Bom dia, meus senhores. Podem sentar." Sentaram e eu fui rápido: "Meus senhores, acabo de tomar conhecimento de vários fatos deprimentes para nós: este caso, este e este. Quero dizer que mandei abrir uma sindicância. E se eu encontrar elementos que me levem abertura de um inquérito abrirei inquérito. E se for envolvido o meu maior amigo, eu não levo em consideração e mandá-lo-ei para o conselho de guerra, para a auditoria, porque eu não quero mais nenhuma situação de violência dentro da região. Na minha área não há mais! Está terminada a reunião!"

A.C. - Com quem foi essa reunião?

A.M. - Com cerca de quarenta oficiais, comandantes de unidades, chefes de organização dentro da região. E realmente as coisas foram-se acalmando. A área militar foi-se transformando aos poucos num ambiente mais tranquilo. Enquanto isso, no meio civil ainda continuavam os excessos e eu só podia agir indiretamente. Os excessos eram de toda natureza.

Um dos meus primeiros atos, além de visitar a Anita, foi: reunir, no meu auditório

pequenininho, todos os 22 chefes de diretórios acadêmicos. Botei a rapaziada toda e fiquei no meio. Eu disse: "Sei o que pensam os estudantes, porque eu já fui estudante. Sei, porque tenho ouvido dizer. Mas nós vamos conversar. Vocês vão expor o que pensam e eu vou dizer o que eu penso." Discuti com eles quase duas horas, ouvindo o que um queria, o que o outro não queria. Eu disse: "Agora, cada um de nós sabe perfeitamente o que o outro deseja. Agora quero explicar bem: não saiam da lei; se saíram da lei, eu vou dar palmada em vocês. Seja em quem for. Agora, se vocês precisarem de alguma coisa, venham a mim. Se vocês tiverem razão, eu ajudarei em tudo que for possível." Esse *modus vivendi* funcionou até o fim.

Eu já tinha, como eu disse, um grupo de estudantes ligado a mim e que atuava no meio dos estudantes. Alguns deles até hoje estão no MEC. lá em Brasília, ocupando cargos importantes. Outros estão lá no Recife. São rapazes muito bons. Hoje estão formados.

A.C. - Eram pessoas que o senhor tinha conhecido antes, em 1958, 1959?

A.M. - Exato. Era a vantagem que eu levava, porque conhecia muito a região e tinha brigado junto com os estudantes, contra os estudantes usando as mesmas armas deles.

A.C. - Entre esses representantes de diretórios, havia muitos que eram pela revolução.

A.M. - Alguns. A grande maioria era contra. Todos eram a favor de Arrais, de Gregório Bezerra, de Francisco Julião, e havia o problema do campo, das Ligas Camponesas, todos aqueles problemas que nós conhecemos. Conversei muito com eles e estabeleci esse *modus vivendi*: "Se vocês saírem do sério, vão levar palmada."

I.F. - Arrais já tinha ido para Fernando de Noronha?

A.M. - Já. Uma das primeiras coisas que se fez foi retirar os chefes mais graduados para Fernando de Noronha.

Nessa ocasião, já tínhamos começado a fazer a ação psicológica, de que como eu disse, ficamos encarregados. Nessa ação psicológica, o meu auxiliar era o major Pais.

A.C. - O major Pais depois acompanhou o senhor...

A.M. - At hoje. Ele está na reserva, trabalhando comigo na firma onde trabalho. O Pais esboçou um plano, eu discuti com ele alguns pontos e resolvemos elaborar o plano. Fizemos um primeiro contato com a imprensa, dizendo que não íamos exigir nada, não íamos obrigar a nada. O que nós queríamos era a cooperação da imprensa e achamos que essa cooperação tinha que ser em torno de uma só coisa: O Brasil. Então, discuti com todo o pessoal da imprensa.

A.C. - Fez uma reunião formal?

A.M. - Sim. Depois fiz uma reunião com os homens de importância da terra, com o pessoal intelectual. Conversei com eles, com todo pessoal intelectual, discutindo os problemas da

revolução, os problemas nacionais, pedindo a cooperação deles.

I.F. - Quem eram as pessoas?

A.M. - Conversei com o Jordão Emerenciano, que era, aliás, muito amigo do Cordeiro, com o Gilberto Freire, com aquele jornalista muito bom, o Costa Porto. Conversei com o Gonçalves de Melo, historiador, aliás um homem interessantíssimo. Conversei com todos os intelectuais, um por um.

A.C. - O Suassuna estava lá?

A.M. - O Ariano cunhado de um concunhado meu, de maneira que eu tive e tenho até hoje muita intimidade com ele. Mas o Ariano livre pensador, não se apega a coisa nenhuma. Ele veio para o Conselho de Cultura, aqui no Rio, mais tarde, e meses depois pediu demissão, porque tinha medo de viajar de avião. Quando ele organizou a orquestra Armorial e o Médici já era presidente da República, ele fez a apresentação no Grande Hotel e no meio da conversa ele disse: "Eu sou monarquista..." E começou uma brincadeira, porque ele um brincalhão... adora fazer o pessoal rir. O Ariano interessantíssimo, quero muito bem a ele.

A.C. - Como foi a conversa com os intelectuais?

A.M. - Discutimos os problemas nacionais, a situação brasileira, os problemas que a revolução tinha que enfrentar para poder colocar o Brasil no eixos. Naturalmente aquela era uma situação que precisava da cooperação de todo mundo e então era preciso que todos estivessem voltados para um pensamento comum, juntando idéias e boa vontade. E nós não queríamos impor nada a ninguém. Como sempre, achávamos que tudo deveria partir da própria consciência de cada um. No meio dessa reunião todo mundo queria saber o que tinha acontecido na revolução, porque ninguém sabia. Então falou-se na TV Jornal do Comércio e o Fernando Ramos foi conversar comigo, levado pelo Pais.

O Fernando disse: "General, o senhor vai falar na televisão, porque isso de muita importância para esclarecimento do povo de Pernambuco e do Nordeste, onde a televisão muito vista." Então eu fiz aquelas duas palestras.

A.C. - Longuíssimas.

A.M. - Longuíssimas. Basta dizer o seguinte: a palestra era para ser de 15 minutos, num dia, e no outro estava sem tempo determinado. Quando chegaram os 15 minutos da primeira, o diretor que era o Pessoa de Queiroz, estava ouvindo, mandou continuar e eu fui a quase 45 minutos ou mais, no primeiro dia.

A.C. - No livro, há referências a uma hora e meia.

A.M. - E' isso mesmo. Não me lembro mais. Eu sei que foi, foi... quando acabou, todo mundo no Recife tinha ouvido. Foi um sucesso, digamos assim. O resultado que na semana seguinte eu tive que continuar. Foram duas palestras. Ao mesmo tempo, isso foi gravado

em fita e depois datilografado, eu fiz uma revisão ligeira e mandei publicar. Aliás, eu não tinha dinheiro, quem publicou foram lá os amigos pernambucanos. Saiu um fascículo que depois distribuí e ali eu conto essas coisa que eu estou contando agora, até onde era possível, numa síntese de duas horas e meia a três.

Isso então deu uma noção do que tinha havido no Brasil e que eles não conheciam, lá no Nordeste. Isso me fez uma figura conhecida de todo o Nordeste [risos]. Todo mundo me conhecia, porque ficar três horas na televisão chama a atenção de todo mundo. E naquele momento a curiosidade era muito grande. Como consequência disso, o Justino resolveu também fazer uma palestra, contando como tinha ocorrido o problema no Nordeste, o que também ninguém conhecia. Eu mesmo não conhecia. Então foi feita uma outra palestra, na TV, a respeito do movimento militar revolucionário no Nordeste. Aliás, foi uma manobra muito interessante e que o coronel Pais pode explicar, porque foi ele quem montou essa manobra, dias antes de 1 de abril, quando estava-se preparando a ação, o levante. E já havia ligações para que em abril se atuasse, se fizesse um movimento.

A.C. - Nessa entrevista o senhor diz uma coisa que muito importante e que eu imagino que deve ter repercutido muito, em certas áreas do Nordeste. E' que havia uma tentativa de envolver a Revolução de 64 com um compromisso de direita anti-reformista.

A.M. - A respeito disso, inclusive, no final da palestra eu me referi a umas declarações que o Castelo tinha feito no Rio respondendo a um repórter, mostrando que a revolução não foi contra a esquerda, não foi contra a direita, foi principalmente pela democracia. Dessa maneira, ao final eu esclareci perfeitamente, inclusive fiz um chamamento do pessoal que tinha sido contra a revolução, para os bem-intencionados, que, inclusive, eu classificava de várias maneiras, nem me recordo mais.

Naquela ocasião eu dizia que a primeira parte da revolução, a parte material e física de derrubada do governo, estava feita e que então iria começar a parte mais difícil, mais ingloria e mais longa, que era a de reconstrução democrática. E justamente falando sobre isso, falei dos excessos, muito ligeiramente, naturalmente. Na entrevista do Castelo, falava-se de choques entre ele e o Costa e Silva e eu disse: "Existe um presidente da República e sua autoridade de presidente da República. O general Costa e Silva seu ministro da Guerra, conhecendo bem o seu papel."

Mas eu disse: "A revolução não foi feita contra a esquerda. Os chefes militares da revolução vieram todos de uma mesma formação. Na sua quase totalidade passaram pela Escola Superior de Guerra, onde os problemas nacionais são analisados com isenção etc. Os estudos desses chefes, que ficaram incorporados às suas personalidades, não poderiam permitir que eles fizessem um movimento contra as esquerdas. O movimento foi feito contra o comunismo, que da esquerda subversiva." Então, eu falei rapidamente que havia vários grupos: "Um o dos comunistas, que, enquanto comunistas, devem ser afastados da vida de direção. O segundo o dos pelegos, que são os elementos politicamente dominados. O terceiro o chamado dos acomodados. Conheci e ainda conheço, muitos que são acomodadíssimos. E finalmente vem o grupo dos homens de boa vontade, que são chamados de esquerda, mas que são bem-intencionados. Não são de esquerda porque são comunistas, são de esquerda porque estão olhando o aspecto social com óculos muito grandes." Então chamei a atenção para esse pessoal que tinha que ser chamado. Eu disse:

"Muitos desses homens são considerados comunistas sem o serem. há sempre o perigo de generalizações. E esse um cuidado que devemos ter nesse momento: saber diferenciar o homem e ajudá-lo a ser honesto, atuando, porém, de forma diferente daqueles que agiram falsamente. Não conversei com o general Castelo, mas tenho certeza que ele se refere a esses elementos a que agora me refiro e estou de pleno acordo com sua idéia e estarei pronto para também dar o máximo de apoio a esses elementos, porque esses são brasileiros sinceros, embora olhando o problema brasileiro de maneira diferente da nossa."

Depois eu conversei sobre tudo isso com o Castelo. Aliás, o Castelo leu meu trabalho e depois o Ademar e fez um cartão me dizendo: "Você interpretou perfeitamente o nosso pensamento." E o Castelo me disse: "Muricy, você disse exatamente o meu ponto de vista." Essa palestra tem a confirmação do pensamento do Castelo. Eu disse porque conhecia o Castelo e tínhamos trabalhado juntos.

Quando ele deu aquela entrevista, em que ele usou a expressão "esquerda de fancaria" e outras coisa, eu fiz a interpretação. Depois o Lui Viana Filho, que também recebeu um exemplar, me disse: "Muricy, você o teórico da revolução." Eu disse: "Não, não sou o teórico. Sou um homem que teve a oportunidade de dizer algumas coisa que outros poderiam ter dito melhor."

A.C. - Naquele momento o senhor estava perfeitamente afinado com a orientação do Castelo Branco.

A.M. - Mas eu vinha de trabalhar anos junto com um grupo. Eu estava perfeitamente dentro da idéia do grupo. Eu me afastei para ir para Pernambuco.

Essas palestras foram em maio. A revolução foi 31 de março, 1, 2 e 3 de abril, de maneira que quando fui para Recife tudo ainda estava... eu estava perfeitamente dentro do pensamento.

A.C. - Realmente, sua posição era muito delicada, porque por um lado, o senhor não podia considerar todo mundo comunista e indiferencialmente punir as pessoas.

A.M. - Não, de jeito nenhum!

A.C. - E por outro lado, na área que seria revolucionária, havia esse problema, que o senhor mostrou, daqueles que estavam cumprindo seu dever e de outros que estavam se excedendo. Então o seu era um papel de arbitragem.

A.M. - E eu fui para lá com uma certa carta branca do Castelo e do Costa e Silva. Eu não podia dizer isso a ninguém, mas o Castelo pediu que eu resolvesse todos os casos da maneira que eu pudesse. Ele, o Costa e Silva e eu, nós três...

A.C. - Quer dizer, numa reunião, antes do senhor ir.

A.M. - Não, fui receber instruções. Perguntei: "O quê que vocês querem de mim?" E eles: "Calma no Nordeste. Nós precisamos de tranqüilidade no Nordeste e você o homem para dar tranqüilidade." E foi aí que o Castelo me disse: "Mas não se choque com o Justino." E

quando ele disse isso se referia também ao pessoal que se excedia. Então eu tinha que ostensivamente visitar certos elementos, sempre procurar dom Hélder, embora a Igreja já começasse a fazer choques com as áreas revolucionárias, reunir os meus oficiais, reunir os estudantes, enfim, atuar de uma maneira não muito ortodoxa. Nem sempre a gente pode atender as coisas. Por exemplo, eu senti, entre muitas coisas, que era necessário unir os elementos do governo com a Igreja. Era um ponto de partida. Então eu procurei sempre ter muita conversa com dom Hélder, o que eu mantive até 1966, quando rompi com ele. Tive conversas com Dom Basílio Penido, que era e até hoje o prior do Mosteiro de São Bento, em Olinda. Conversei com outros elementos do Clero, inclusive o padre Fernando Melo (Fernando, e não Antônio Melo), que depois se chocou com dom Hélder, teve que vir para o Rio de Janeiro e atualmente está dirigindo um seminário em Nova Iguaçu, se chocando com dom Hipólito. Eu tinha ligação com o Antônio Melo, que era lá do Cabo e que de vez em quando era chamado de comunista. E eu apoiava o Melo o quanto podia. Mas o padre Melo era muito moço e exaltado, de vez em quando ele fazia umas bobagens...

A.C. - Ele meio inspirado, assim meio alucinado...

A.M. - E'. E naquele tempo ele era muito moço, tinha 27, 28 anos, tinha saído do seminário e sido jogado lá no Cabo. Então, ele ainda tinha uma inexperiência de vida muito grande. E de vez em quando fazia umas coisas bem-intencionadas, mas meio doidas. Um dia eu chamei o padre Melo e disse: "Padre Melo, não faça isso, pelo amor de Deus! Senão, eu vou ser obrigado a prendê-lo. E imagine eu, católico, prendendo um padre. Nunca mais posso confessar... você vai me obrigar a brigar com a Igreja?!" E ele: "Não, general..." E eu: "Então vai desmanchar isso."

A.C. - O que foi isso?

A.M. - Eu nem me lembro mais... Eram bobagens, geralmente ocupação de terra. Essas coisas que ainda hoje se vêem. Por exemplo: "A terra sua, então v para lá." Num engenho que não tinha dono ou cujo dono era o Estado, ele botou uma família. Criou um problema. Atualmente ainda há problemas fundiários pelo Brasil afora. Essas coisas apareciam e o padre Melo resolvia pela cabeça dele. Eu então o chamava: "Vem cá, padre Melo... Não pode fazer assim..." E acalmava o padre Melo.

De vez em quando havia o excesso do outro lado. Por exemplo, houve uma ocasião em que o usineiro da Esteliana, o Zé Lopes, teve um choque com seus camponeses e houve um tiroteio, com mortes. Ele agiu violentamente... Não, isso aí foi antes. Mas nessa ocasião ele também tinha agido violentamente contra os seus homens. Mandeí chamá-lo. Era de um lado e do outro.

A.C. - O conflito da usina Esteliana foi no tempo de Arrais, não foi?

A.M. - Houve um conflito no tempo de Arrais e houve depois. já acontecera a vitória da revolução e ele começou a dar uns apertos nos seus camponeses e a fazer exigências e os camponeses começaram a reagir, por excessos do Zé Lopes. Eu soube disso e mandei chamar o Zé Lopes. E a minha conversa com ele foi mais ou menos a seguinte: "Olha, Zé

Lopes, estou sabendo disso." E ele: "Ah, são os comunistas, general." Eu disse: "Olha, você vai parar com isso, Zé Lopes." E ele: "Mas general, como que o senhor quer que eu pare?" Eu disse: "Olha, Zé Lopes, para encurtar razões: se você não parar, eu vou mandar algemar e prender você, e vou passar pela avenida Guararapes, às quatro horas da tarde, pela Sertã, com você algemado, num jipe aberto, para todo mundo vê-lo preso. E por minha ordem! Experimente!"

A.C. - O senhor ia fazer com ele o que fizeram com Gregório?

A.M. - Exato, eu disse a ele: "Faço com você o que fizeram com o Gregório. Não vou sorrir, mas você vai desfilar na avenida Guararapes." Ele perguntou: "E o senhor faz? E eu: "Você tem dúvida?! Vai embora, Zé Lopes." Uns dez anos mais tarde, ele se recordou dessa nossa conversa: "Ah, general, eu me lembro bem da sua conversa." E eu: "Você tinha dúvida de que eu faria?" E ele: "Não tinha, não." E o problema foi solucionado. Gosto muito do Zé Lopes.

Eu tive casos... a minha ação não ortodoxa... o reitor da Universidade Rural tomou umas tantas medidas e eu achei que os alunos tinham razão. Os alunos estavam querendo entrar em greve e as greves eram proibidas. Imediatamente, mandei chamar os alunos, conversei com eles e senti que eles tinham razão. Bati o telefone lá para o...

[FINAL DA FITA 42-A]

A.M. - ... doutor... não lembro o nome. Disse: "Doutor fulano, me disseram que o senhor está fazendo isso e eu não quis acreditar! Achei que era uma coisa tão aberrante que disse 'isso deve ser mentira, m interpretação'. Não assim?" E ele: "E' sim senhor, não assim, não". E eu: "Ah, bom, então estou satisfeito."

A.C. - E se lembra do que era?

A.M. - Nem me recordo mais, estou dando exemplos. Eu lhe disse: "Sou o responsável pela tranquilidade da área. Se o senhor agir assim, vai me tumultuar a área e eu quero a área tranqüila. E os alunos, se reagirem, estarão certos." E ele: "Não, não, o senhor pode estar certo, general, que o senhor foi mal informado." Mas não fui não, era verdade mesmo. Mas ele se corrigiu.

s vezes o meu amigo Lucena, o prefeito, tomava umas medidas políticas e não muito administrativas. Eu chamava o Lucena e dizia: "Isso que você fez, vai desmanchar." E ele: "Mas general, como que eu vou desmanchar?!" Eu disse: "Isso problema seu, você fez. Não vou deixar que você, fazendo e falando, como você fala, em nome da revolução, faça um absurdo desses. Na minha área você não faz."

A.C. - O que ele tinha feito?

A.M. - Por exemplo, uma nomeação maluca qualquer. Criava um cargo e o dava ao fulano

de tal, que era amigo político dele. Eu mandei desmanchar. Ele me disse: "Mas general, eu fico mal!" E eu disse: "O problema não meu. você fez a coisa mal, então vai desmanchar. Como você vai desmanchar, eu não sei, agora que você vai desmanchar, vai mesmo." Porque eu falava duro.

I.F. - O senhor estava lá quando a filha do Arrais se casou? Parece que houve um probleminha. Ele estava em Fernando de Noronha e a menina quis casar logo depois. Parece que o Exército teve que tomar providências para ele vir para o casamento...

A.M. - Foi antes da minha chegada lá. Eu me lembro de falarem nisso, mas eu não tive maiores informações.

I.F. - Parece que o Exército ajudou bastante, mandou buscá-lo para assistir ao casamento da filha e depois mandou-o de volta.

A.M. - Todo mundo procurou ajudar, na maior correção. Houve excessos individuais, separados, e essas coisas assim. Por exemplo, no caso da família Arrais, houve ajuda; o embarque foi providenciado por nós, para eles irem para a Europa tranqüilamente. A Madalena, com todos os filhos, foi permanentemente apoiada. São sete ou oito filhos, ou sete ou oito enteados, era um batalhão. Ela foi apoiada por nós.

A.C. - Como que se deram essas prisões? Numa revolução, o número de suspeitos enorme, há prisões excessivas, as prisões ficam cheias. E depois, como que se faz?

A.M. - Depois foi criada uma comissão central de inquérito, que foi dada ao Taurino, com subcomissões em todos os estados. Eu não recordo mais quem era o delegado do Taurino em Pernambuco. Mas essa área ficou, naquele tempo, com os tenentes-coronéis Bandeira e Ibiapina. Eles que trabalhavam no Exército e tinham o conhecimento de todo o pessoal sabidamente comunista, de esquerda ou suspeito de ser contra a revolução. Todos eles foram presos e interrogados e responderam ao inquérito. Quando o inquérito era resolvido, ele era mandado para o Rio e, conforme o caso, o preso era liberado. Houve o caso, por exemplo, de duas pessoas, uma ligada ao dom Hélder e outra ao Paulo Freire. Verificamos que um determinado programa de TV tinha sido preparado por um seminarista que era muito chegado cúria. E esse programa era tremendamente esquerdista. Então, o encarregado foi preso para investigações e dom Hélder foi falar comigo, no quartel-general.

A.C. - O encarregado do programa ou o representante da cúria?

A.M. - O encarregado do programa! Era esse rapaz, o seminarista. E disse dom Hélder: "Muricy, esse um rapaz em quem eu tenho muita confiança, um rapaz muito bom." Eu disse: "Mas padre Hélder," - eu o chamava de padre Hélder - "como que eu vou fazer? Eu preciso ter uma atitude única, eu devo ter coerência de atitude. Se em casos semelhantes, eu prendi, no seu caso, tenho que prender. Uma vez apurado que tudo que há lá está errado, o rapaz posto em liberdade. A única coisa que eu posso garantir o tratamento bom que ele terá. Isso ele terá, não tenha dúvida nenhuma." Disse dom Hélder: "E' preciso caridade

cristã." E eu: "Mais caridade cristã do que eu tenho? O que eu não posso agir com dois pesos e duas medidas, isso seria contra a minha consciência. Eu ajo de uma maneira."

E' como o caso de Paulo Freire. O inquérito chegou na área cultural e verificou-se que o método de alfabetização Paulo Freire - que teoricamente racional, porque pega as palavras do meio em que o indivíduo vive e sobre elas começa a montar o vocabulário da região e vai ampliando-o aos poucos - utilizava, entretanto, as palavras no sentido de formação de consciência para a luta de classes. Então, isso era uma ação subliminar. E aí o Paulo Freire fugiu e foi para o Chile, quando sentiu que iria ser preso. Dentro do inquérito, estava comprovada uma ação subliminar para a formação de levantes tendo por base a luta de classes.

A.C. - Mas como que se apurava isso no inquérito?

A.M. - Havia várias testemunhas, examinava-se a documentação encontrada, ouvia-se um, ouvia-se outro, comparava-se, confirmavam-se as palavras de um e de outro. Um pouco do que o CPDOC está fazendo agora: me ouve, se não perfeita a minha versão, outro a diz. Três testemunhas fazem fé, de acordo com a lei. Duas testemunhas não fazem, mas três fazem fé, como se fosse verdade. Isso tudo vai formando uma contextura. E o inquérito mostra que Paulo Freire organizava as suas escolas e o seu método para conduzir luta de classes. aí que ele sentiu que ia ser preso e fugiu. Foi para o Chile, depois foi para não sei onde. Inclusive, eu me dava muito com o Paulo Freire, como eu disse anteriormente.

A.C. - Mas no caso da prisão dessa pessoa da cúria que fazia o programa na televisão. No caso, não seria possível apurar sem prender?

A.M. - Num período normal o que se deve fazer. Num período anormal age-se anormalmente. Num período de agitação você não pode agir como num período de tranqüilidade. Normalmente isso que tem que ser feito. Hoje, seria uma questão de agir em liberdade. E' o tal negócio da prisão preventiva. Hoje nós temos o caso dos terroristas. O que fazer como o terrorista? Não a mesma situação. Prender imediatamente a pessoa que acusada ou que suspeita de terrorismo, ou deixar que ela fuja, que ela desapareça, que elimine as evidências? Então, esta a dúvida que surge. Nos momentos de agitação a gente tem que agir com mais violência e mais... eu digo violência moral, mais coerção, mais força, numa ação mais forte do que num período de tranqüilidade. Isso normal. O que não se pode fazer excessos. O excesso que está errado.

Vou contar um episódio: dentro dessas prisões todas, havia uma pessoa que estava sendo procurada: o David Capistrano. O filho dele agora aparece no jornal, era um garoto comunista, foi comunizado pelo pai. Nós estávamos procurando o David Capistrano para prendê-lo, porque ele era um dos chefes comunistas confessos de Pernambuco. Não se encontrava o Capistrano e os encarregados do inquérito, o Ibiapina e o Bandeira prenderam o filho dele que era um garoto de 16 para 17 anos, para que ele dissesse onde que o pai estava. A mulher do David Capistrano foi lá em casa falar com Virgínia. Ela disse: "Dona Virgínia, eu vim falar com a senhora. Sei que a senhora uma criatura muito correta, muito humana e eu quero dizer o seguinte: meu filho foi preso e ele menor. Eu vim pedir para a senhora falar com seu marido para meu filho ser solto. Ele não pode ser preso." Virgínia

falou comigo e eu telefonei para o Ibiapina e perguntei: "Ibiapina, o quê que há com o filho do David Capistrano?" E ele: "General, ele foi preso porque sabe onde que está o pai e nós precisamos encontrar o pai dele." Eu disse: "Mas ele menor." Ele: "Eu sei, general, ele garoto na idade, mas ele não mais, ele comunizado, ele comunista como o pai. Mas nós não o estamos indiciando ele não está preso como comunista, ele está preso pela necessidade de termos uma informação de onde se encontra o David Capistrano." Eu disse: "São três horas. Ouçam esse garoto já! S cinco eu quero notícia de que ele está livre. E ele não vai sofrer nenhum mau-trato. Se ele não disser nessas duas, não dirá nunca mais."

S cinco horas, o Ibiapina me telefona: "General, o filho do David Capistrano está solto. Mas ele tão perigoso quanto o pai." Eu disse: "Paciência. Ele garoto, menor, manda embora."

A.C. - Como que a mulher do David Capistrano chegou dona Virgínia?

A.M. - Todo mundo ia lá em casa. A minha casa era aberta para um lado e para o outro. lá em casa todo mundo ia pedir. Ia pedir pelo preso, ia pedir a favor, ia pedir contra, ia fazer carga. Todo mundo era recebido em minha casa com a maior tranqüilidade. Era uma casa que não tinha guarda. Eu nunca tive guarda na porta. Na minha casa minha mulher recebia, dom Hélder entrava, qualquer um que chegasse entrava e ia dizer o que queria. Era assim que eu tinha que agir. Entravam grupos de estudantes, ou para conversar comigo, ou para levar uma informação, isso não tinha importância. Eu recebia todo mundo. Eu não parava. A minha casa era aberta. Mas vou continuar a contar esse caso do David Capistrano, que interessante.

Eu mandei soltar o garoto. No dia seguinte, a mulher do David Capistrano foi lá em casa falar com Virgínia: "Dona Virgínia, eu vim agradecer senhora a liberdade do meu filho e quero informar que quando nós ganharmos eu não esquecerei disso a respeito da senhora."

A.C. - Que segurança...

A.M. - Ah... tinha absoluta segurança. Foi preso também um comunista que grande pintor e desenhista lá do Recife. E foram apreendidas uma porção de gravuras, as célebres gravuras dos meninos de Recife. Dizem que ele fez aquilo com uma idéia de chocar e chamar a atenção para o problema social. Aliás, muito boas essas gravuras!

A.C. - Não o Abelardo da Hora?

A.M. - Exatamente! Mas foram prender o Abelardo e apreenderam todos os seus desenhos, litografias... Excelentes litografias. Ele fez com essa intenção, realmente, porque a mulher dele disse isso. Mas eu soube disso, fui lá e mandei entregar todas as litografias mulher dele. Ele estava preso, mas eu mandei chamar a mulher e entreguei todas as gravuras. Eu disse: "Isso obra de arte, isso propriedade da família, propriedade dele. Entregue-se mulher."

A.C. - Porque naquele momento também houve os delirantes, que achavam que...

A.M. - Achavam que aquilo era subversivo. Realmente ele fez com uma idéia de arte, mas também com uma idéia de subversão. As figuras dos meninos são realmente chocantes. Eu tenho em minha casa uma dessas litografias. Mas a mulher do Abelardo da Hora foi lá e eu mandei entregar a ela.

A.C. - O senhor estava muito consciente do seu papel, naquele momento. O senhor tinha que fazer...

A.M. - Agora, isso me deu muitos choques com o Justino. Por exemplo, houve uma reunião de bispos da área de Pernambuco, lá no convento. E eu fui conversar com os bispos. Sentei com eles, conversei sobre a revolução, expliquei qual era a idéia dos chefes da revolução, disse que os bispos estavam pensando mal. Comecei a mostrar que o que nós queríamos era a democracia, era isso, era aquilo, nós todos éramos católicos, nosso interesse maior era no país.

Depois, numa reunião com o Justino, ele disse que eu tinha ido lá no Mosteiro de São Bento falar com os bispos e perguntou: "Quê que você tinha que ir falar com os bispos?! E isso na presença de uma porção de oficiais. Eu contei até dez e calei para não criar problema, porque eu tinha o compromisso com o Castelo de não me chocar com o Justino.

A.C. - Qual era posição dele?

A.M. - O Justino... o Justino. Um homem inteligente, mas tem deficiências de substrato moral. De vez em quando, ele fazia umas coisas malucas e era preciso equilibrar de outra maneira.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - O senhor deve ter tido problemas como... ter uma ordem político-militar e não ter como controlar essas pessoas. Era mais fácil para o senhor controlar o prefeito, que estava nomeando quem não devia, do que controlar um ato de um militar.

A.M. - Mas eu não podia fazer tudo isso oficialmente. O pior não era isso, o pior era que eu tinha que agir de forma não-ortodoxa. Era na conversa. Todos eles sabiam da minha amizade com o Castelo, porque o Castelo, numa das primeiras visitas que fez ao Nordeste, para lá no Recife. Todos já sabiam, mas tiveram a prova. O Castelo foi para o Palácio das Princesas. E houve, na parte civil, uma reunião, dada pelo governador, e eu fui com Virgínia. Quando chegamos lá, o carinho do Castelo conosco, principalmente com Virgínia... Ele tinha um carinho extraordinário por todas aquelas senhoras que estiveram perto de dona Argentina nos últimos dias. Não havia vez em que eu viesse ao Rio com Virgínia, sem que ele, sabendo, nos convidasse para jantar lá no Laranjeiras, porque aquela era uma amizade de dona Argentina.

Todo mundo sabia da minha ligação com o Castelo, de maneira que o pessoal aceitava essas atuações não-ortodoxas. Mas eu atuava de um lado e de outro. Os estudantes, por

exemplo. Com eles eu tinha feito aquela reunião inicial. Quando chegou o fim do ano, veio um grupo de estudantes que disse: "General, nós estamos querendo fazer uma viagem, um estágio de estudos em São Paulo, porque temos oportunidade de ir conhecer um centro industrial importante, mas não temos recursos." Eu disse: "Vamos resolver." Passei um rádio para o Edmundo Macedo Soares, que estava dirigindo a Mercedes Bens: "Edmundo, você me garante a estada de 25 estudantes?" Ele disse: "Garanto." Fui para a FAB: "Você me garante o transporte de ida e volta de 25 estudantes?" E o responsável: "Garanto." Eu então chamei os estudantes e disse: "Vocês organizem uma turma de 25 e eu garanto a estada e o transporte para esses. Agora, quando voltarem, eu quero um relatório." Então, fiz uma encenação... "Quero um relatório, quero ler, quero ver o que vocês aproveitaram." Eles foram, passaram um mês, gostaram, passearam - eram gente que nunca tinha saído do Nordeste - e vieram muito satisfeitos.

A.C. - Mas quem eram? Eram estudantes que o senhor conhecia?

A.M. - Não! Eles que escolhiam, eu não interferi.

A.C. - Mas era ação do diretório?

A.M. - Não... Veio um diretório, mas eles que escolheram... Eram da Escola de Engenharia ou coisa que o valha.

Noutra vez, por exemplo, os cinemas de lá, aproveitando-se da revolução, quiseram terminar com a meia-entrada. A meia-entrada pode ser um erro, mas de todo o Brasil. O Brasil inteiro dá meia-entrada para estudantes. Mas os donos de cinema não queriam dar. E os estudantes foram lá falar comigo, porque eles também iam lá cobrar: "General, o senhor disse que quando nós precisássemos viéssemos aqui."

E eu: "Quê que há?" Eles: "Os donos de cinema estão querendo acabar com a meia-entrada." Mandeí chamar todos os donos de cinemas. E eles: "General, o que há que muita gente pega a meia-entrada e passa adiante. O camarada falsifica a matrícula e paga meia-entrada. O resultado que muitas vezes, principalmente aos sábados e domingos, metade ou mais do que está lá dentro na platéia de meia-entrada e isso nos dá prejuízo." Eu disse: "Estou de acordo com vocês, mas quero fazer uma pergunta: quantas cidades no Brasil não dão meia-entrada?" E eles: Não sabemos quantas são." E eu: "Então, enquanto houver no Brasil uma cidade que dá meia-entrada, os senhores vão dar meia-entrada." E eles: "Mas general!" E eu: "Eu sei... mas estou dizendo a vocês o seguinte: enquanto houver no Brasil uma cidade que dá meia-entrada para o estudante, vocês vão dar meia-entrada para o estudante também, senão vamos criar um caso aqui." Eles: "Mas general, um direito..." E eu: "Bom, o que eu posso fazer também o seguinte: eu posso pegar uns duzentos soldados, botá-los paisana, arranjar uma carteira de estudante para todos eles e mandá-los entrar no cinema e provocar uma briga lá dentro. Também posso fazer isso." Eles: "Mas general..." Eu: "Não possível fazer isso? Enquanto houver uma cidade que dá meia-entrada, vocês vão dar meia-entrada." Manteve-se a meia-entrada.

Eram ações que eu fazia na boa intenção. E quando os estudantes fizeram errado - houve uma tentativa de qualquer coisa -, mandei prendê-los. Depois mandei chamar todos os

presos. Disse: "Vocês estavam na reunião comigo. Eu não disse a vocês que eu daria palmada quando vocês merecessem? Vocês mereceram. Agora vão até responder por quê que fizeram aquela baderna. Vão ficar presos." Dois dias depois mandei-os embora... Mas eu não brincava: dava de um lado e dava do outro.

A.C. - Era arbitragem mesmo, não era?

A.M. - E isso com a consciência tranqüila. Quando eu vim para o Rio e assumi o comando da 1a. Região Militar, uma das coisa que eu disse no meu discurso de posse foi que depois de dois anos e meio no Nordeste, a região tinha saído das manchetes dos jornais. Isso uma verdade. Os casos foram desaparecendo e já não havia mais notícia do Nordeste, sinal de que estava tranqüilo.

Nós tivemos, no meio de tudo isso, aquele caso do discurso sobre os excessos nas prisões, sobre maus tratos. E houve aquela comissão de jornalistas. Inclusive, o Castelo mandou o Ernesto, que era chefe da Casa Militar, fazer uma visita às prisões. E ele fez a visita em minha companhia. Corremos todas as prisões. Entre as pessoas que foram cobrir a vista do Ernesto estava Márcio Moreira Alves, que depois escreveu um artigo sobre isso e até faz algumas referências a uma conversa que eu tive com ele, mas faz justiça. Ele queria nos acompanhar e eu disse que, absolutamente, ele não acompanharia. Ele disse: "Mas a imprensa..." E eu disse: "Mas a vista do general Ernesto Geisel não para a imprensa, para informação ao presidente. Ele vai ter acesso a tudo. A imprensa não." Ele botou-se no uniforme de fotógrafo e varou ainda um lugar. Mas... só fomos eu e o Ernesto. Sozinhos. Corremos todas as prisões, para ele ver as condições em que estavam os presos. Inclusive, quando fomos ao forte de Cinco Pontas, estava preso o Gregório Bezerra. O Gregório, em que pese a sua convicção comunista, um homem que tem caráter. Tem caráter! Ainda me recordo que quando nós entramos na cela, ele imediatamente tomou posição de sentido, na altura do p da cama, como no tempo de quartel. E o Ernesto perguntou: "O senhor está sendo bem-tratado?" E ele: "Sim senhor! Agora estou bem-tratado." E o Ernesto: "O senhor precisa de alguma coisa?" Ele disse: "Não senhor! Não preciso de coisa nenhuma!" Seco, mas dizendo a coisa com precisão.

Depois fomos a Fernando de Noronha, vimos o Arrais e outros presos. Corremos tudo, tudo. Esse foi um episódio dentro dos muitos. Mas tudo isso deu celeuma. E aí... o Geisel chegou conclusão... Eu disse a ele: "Ernesto, o presidente Castelo me mandou para c porque sabia que estava havendo excessos. E a ordem que eu recebi foi tranqüilizar e eu estou tranqüilizando. Mas não do dia para noite. E' possível que ainda esteja ocorrendo alguma coisa." Ele disse: "Olha, Muricy, eu acho que nessa situação, em que está havendo essa crítica, essa celeuma no Rio e em Brasília, seria interessante vir uma comissão que pudesse examinar os casos." Eu disse: "Pois não, por mim não há dúvida nenhuma." Falei com o Justino. Aliás, nem sei se ainda era o Justino ou se ele já tinha sido substituído pelo Mourão. Nesse meio tempo tinha ocorrido a promoção do Mourão pelo Congresso. Então, ele foi mandado para o IV Exército e o Justino pegou outro comando, se não me engano de Porto Alegre.

Eu então tive autorização e fiz uma comissão, em que pusemos um representante da imprensa, um da igreja, um da magistratura, um dos meios intelectuais. Pusemos pessoas

completamente isentas e demos carta branca - liberdade absoluta - para correrem todas as prisões e conversarem com todos os presos. E eles fizeram isso.

Um mês depois os integrantes da comissão fizeram um relatório, em que chegaram à conclusão de que inicialmente tinha havido excessos e que esses excessos eram normais nos movimentos revolucionários. Mas que no momento todos os presos estavam sendo bem-tratados. Realmente, havia tantos presos, mas estavam todos bem-tratados e não tinham nenhuma queixa no momento, a não ser quanto às acomodações precárias em que estavam. Bom, mas não era possível fazer aquilo de outra maneira.

Isso saiu publicado nos jornais. Nesse meu arquivo há a síntese do que saiu publicado.

O mesmo Márcio fez mais tarde um comentário a respeito disso. Dessa maneira, tudo isso foi mudando, deixou de haver aquela angústia pelos maus-tratos...

[FINAL DA FITA 42-B]

A.M. - Os maus tratos desapareceram completamente. Sabia-se que havia prisões, mas tudo era feito corretamente, sem excessos. Esses eram alguns aspectos.

Agora vamos a outros aspectos. Esses dois anos e meio meus foram de muita diversidade de atuação.

A.C. - Realmente, como ainda estamos longe daquele modelo sonhado do Exército profissional, que não se envolve na política! Com a revolução houve uma convicção, que o senhor disse ser de primeira hora, de que era preciso fazer política. E tudo que o senhor nos contou hoje é bem um exemplo disso. O senhor, de repente, tem que fazer política. Mas essas pessoas aceitaram? Afinal, o seu compromisso com o general Castelo Branco era, digamos assim, quase secreto. O senhor se impunha pela sua autoridade. O senhor era o comandante da região mas não era o comandante do Exército. Havia pessoas com funções muito mais específicas. Como é que o senhor circulou no meio dessas autoridades sem criar problemas? O caso dos cinemas, por exemplo, ou o caso do Ibiapina...

A.M. - A minha situação no Nordeste era *sui generis*. Eu tinha vivido no CPOR, quando estava em Natal e no Recife, alternando com aqueles mesmos oficiais. Não havia os chefes, que tinham mudado. Mas os oficiais - majores, capitães, tenentes-coronéis e coronéis - eram os mesmos, na sua quase totalidade os meus velhos conhecidos. Eram os homens que tinham conspirado comigo e que tinham a mais absoluta confiança no que eu fazia e dizia. E, além do mais, eram meus amigos, com se vai ver depois, nos episódios que vão se seguir. Eu exagero, naturalmente, mas se eu chegasse para eles e dissesse "nós vamos fazer a revolução dentro da revolução", eles diriam: "Mas general isso é uma loucura!" E eu: "Mas eu vou querer. Vocês querem vir comigo?" Eles diriam: "Vamos. O senhor está fazendo uma loucura, mas nós vamos com o senhor." Era gente capaz de se dedicar... para me acompanhar. Era um conjunto de oficiais - não eram todos - mas havia um grupo de uns cinqüenta ou sessenta de prestígio. Eu podia fazer qualquer coisa, mesmo uma loucura, que

eles estariam do meu lado. Eles acreditavam em mim. Naturalmente, eles sabiam que eu não ia fazer uma loucura, pelo menos consciente. Isso é só para mostrar.

Agora, quantos aos chefes, eu fui para lá e tive que ter muito trato para não brigar com o Justino. Por exemplo, na primeira visita do Castelo ao Nordeste, uma das coisa que ele fez foi ir ao quartel-general e ouvir separadamente, depois das reuniões em conjunto, general por general. Quando chegou a minha vez, ele perguntou: "Como é, Muricy, como é que vai?" E eu: "Castelo, descompondo você mentalmente todos os dias! Porque o que eu tenho agüentado do Justino... Às vezes me dá vontade... Não briguei e não vou brigar. Mas para não brigar com ele eu tenho xingado você à vontade." Ele riu e disse: "Vai continuando, vai continuando."

A.C. - O problema do general Justino eram as situações desagradáveis ou havia realmente em certos momentos confrontos em torno de medidas mais concretas?

A.M. - De vez em quando ele reagia. Quando ele sabia que eu tinha tomado umas tantas medidas, ele vinha: "Mas Muricy, você fez..." E eu: "Você não atribuiu a mim a ação psicológica? Isso aqui está dentro da ação psicológica." Como ele botou por escrito, ele aprovou o plano de ações psicológicas e acrescentou que a execução ficava a cargo das regiões, cabia a mim executar. Então quando havia uma complicação muito grande eu dizia a ele: "Mas Joaquim, isso aqui está dentro daquilo que você me atribuiu. É ação psicológica! Ou não é?" E ele: "Ah, é." E eu: "Então estou agindo dentro do plano que você aprovou." Ele dizia: "Mas você foi lá falar com os bispos, afinal de contas..." E eu: "Mas os bispos não representam uma parte, um segmento da população e com grande força no Nordeste? Eles não têm interesse em atuar psicologicamente nas suas áreas? Então eu tenho que conversar com eles." E aí ele desembestava contra a Igreja. Eu dizia: "Mas você tem que agüentar firme!" E eram esses choques. De vez em quando a coisa... E eu procurava acalmar.

A.C. - O plano de ação psicológica era, na verdade, de ação política.

A.M. - Naturalmente. Eu tinha que atuar politicamente para atuar psicologicamente. O princípio era: conquistar as mentes. E para conquistar as mentes eu tinha que usar todos os meios.

A.C. - Por tudo que o senhor está dizendo, fica muito claro que apesar daquela confusão que foi o período pré-64, houve algum saldo, talvez positivo, naquele trabalho anterior, que foi a convicção de que as coisas precisavam mudar.

A.M. - Isso já era sentido antes e cada vez sentia-se mais. Mas uma coisa é a gente sentir o problema e outra é poder resolvê-lo. Isso é muito difícil.

A.C. - O general Castelo Branco tomou uma medida de cunho reformista...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - Antes da minha pergunta sobre o Estatuto da Terra, eu queria perguntar das suas relações com o coronel Ibiapina e o Bandeira.

A.M. - Ótimas! Até hoje são ótimas.

A.C. - Eles aceitavam perfeitamente a sua missão?

A.M. - Mas não tenha dúvida! Eles achavam que eu era o verdadeiro chefe e que o Justino era o adventista e que não tinha ação. Eu era da região, portanto subordinado ao Exército, mas na realidade todo o pessoal do Estado-Maior do Exército era chegado a mim. Os oficiais vinham a mim, conversavam comigo, se abriam comigo, pediam opinião e eu acompanhava tudo.

A.C. - Em que problemas eles sentiam necessidade do seu amparo? Eles o procuravam para resolver problemas específicos ou para formular linhas de ação?

A.M. - Nunca trabalhei com eles no planejamento de linhas de ação. Tratávamos de casos específicos.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - A ligação com o coronel Ibiapina e com o Bandeira era a melhor possível?

A.M. - Sim. Em 1958 eu os tinha encontrado no Nordeste e já tinha trabalhado com eles na ação para enfrentar a maré montante do comunismo. Então, eu os conhecia bem e eles me conheciam e aceitavam. Embora eu não tivesse uma ação direta com eles, eles me aceitavam como um chefe que conheciam e que procuravam ajudar ao máximo.

A.C. - Que tipo de problemas eles tiveram coordenando esses IPMs etc.? Houve muita resistência?

A.M. - Não, houve os problemas normais dessas ocasiões. Sempre há e sempre haverá problemas, mesmo nos períodos de calma aparente, porque calma absoluta nunca existe. Então as coisas vão surgindo e a gente vai... Muitas vezes eles vinham me trazer problemas e me perguntavam como melhor resolvê-los. Eu dava a minha opinião e eles geralmente a aceitavam. Isso aconteceu inicialmente quando o Justino estava lá, e, depois, quando ele foi substituído pelo Mourão, que era inteiramente desconhecedor da área e que não havia tido uma atuação lá durante a revolução, como o Justino tinha tido. Aí eu tive mais liberdade.

Depois, o Mourão foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar e foi substituído pelo Portugal, que era muito amigo meu e do Castelo. O Portugal me disse: "Muricy, você

conhece isso aqui como ninguém, então vamos trabalhar juntos." Com o Portugal eu tive uma afinidade, um trabalho... Aí, sim, pude fazer o que deveria ter feito desde o início: trabalhar em conjunto com o IV Exército. Inclusive, certas medidas que eu tomei lá na região ele também estendeu para a Bahia e para o Ceará.

I.F. - Nesse plano de ação psicológica, quem o ajudou mais na parte do Exército?

A.M. - Principalmente o major Pais.

I.F. - Ibiapina...

A.M. - Não. Eles entravam esporadicamente. A ação psicológica era principalmente no meio civil. Nós achamos que no meio militar não havia problema. O problema era conquistar o meio civil. Para isso, havia alguns elementos que trabalhavam com o Pais. O Pais era o chefe da minha seção de operações e era encarregado de me auxiliar na parte de ação psicológica. Trabalhávamos junto à imprensa, junto ao rádio, junto à televisão. Quando havia necessidade de um esclarecimento eu ia à televisão. Em todos os aniversários da revolução, eu comparecia à televisão. Eu era a maior vedete... Quando diziam: O general Muricy vai falar hoje, todo mundo ia ouvir o general Muricy. Fiquei conhecido.. Eu me elegeria vereador lá.

A.C. - Esses problemas sob sua responsabilidade eram de Pernambuco? O senhor não tinha alcance sobre a Paraíba...

A.M. - Tinha também, mas menos. O que acontece é que cada uma dessas áreas tinha um chefe. Então, de vez em quando, eu chamava esse chefe, dava orientação, perguntava. Por exemplo, no Rio Grande do Norte, estava o general Antônio Tinoco. Eu ia a Natal ou ele vinha ao Recife, eu perguntava que problemas havia e discutíamos. Eu viajava com o Pais e com o meu chefe de estado-maior, o Libório, um rapaz excelente que morreu do coração. Na Paraíba, o chefe era o Ednardo d'Ávila Melo, um excelente companheiro! Um grande oficial! Foi injustiçado de uma maneira louca! Todo mundo o condena por ter sido violento. Coisa nenhuma! Ele é um homem de coração imenso! São desses problemas que acontecem nas mãos de um chefe e ele tem que arcar com a responsabilidade do que houve.

Lá em Alagoas... Depois eu vou entrar no problema de Alagoas, porque entra aí um problema puramente político na eleição do Muniz Falcão.

A.C. - Eu queria perguntar ainda sobre uma medida muito importante que o general Castelo Branco tomou e que certamente repercutiu de uma maneira enorme em Pernambuco: o Estatuto da Terra. Ela foi bem a prova de que o governo queria resolver esse problema da reforma agrária e isso calou muito fundo nos sindicatos em Pernambuco.

A.M. - Mas como já foi no final do governo do Castelo Branco, não houve... Quando o Castelo consentiu em prorrogar... Ele tinha feito o seu governo por dois anos, mas depois nós sentimos que era necessário que ele ficasse mais tempo. Assim, a muito custo, quase como consequência dele ter cedido numa parte, firmou-se na outra. Quando ele baixou o

AI-2, em que ele prorrogou o seu mandato em um ano, ele procurou fazer nesse ano todos aqueles sonhos que nós - pelo menos grande parte de nós - tínhamos de modificar a estrutura econômico-social do Brasil.

Nessa ocasião, quase toda semana ou todo mês saía uma grande lei, um grande regulamento ou um grande qualquer coisa, e isso tumultuou um pouco o final do governo, porque eram leis e leis. O Castelo queria deixar tudo pronto. Foi um trabalho insano do governo.

Assim, a lei da reforma agrária, o Estatuto da Terra, não chegou a ser propriamente aplicada no governo Castelo Branco. Foi instalado o INCRA, que começou a fazer o cadastro rural já no governo do Costa e Silva. O cadastro rural foi uma das medidas mais importantes. Ninguém sabia o que nós tínhamos em matéria rural. Esse foi um trabalho gigantesco. Mas enquanto estava-se fazendo o cadastramento não era possível tomar nenhuma medida maior. Com isso, a coisa ficou muito pouca efetiva, ficou mais na esperança. E ainda mais: como o cadastro rural exigia uma série de informações que nem sempre os donos da terra estavam querendo dar, criou-se muita má vontade. Foi um cadastro para proprietários que tivessem uma certa cultura. Os dizeres a preencher, para aqueles proprietários de menor erudição, ficavam muito difíceis. Eram dados difíceis de colher.

Isso foi preparado no tempo do Jaul Pires de Castro. O Assis Ribeiro foi o grande teórico. Ele trabalhava no IPE^S foi o homem que lutou pela reforma agrária. Foi ele quem levou o problema para lá. Mas quando se organizou o IBRA, isso foi entregue ao Jaul, que se apoiou no Assis Ribeiro, um ótimo sujeito com quem eu me dava muito. E ele deu ao Jaul os elementos para fazer a reforma. Mas eu acho que a orientação foi um pouco teórica.

A.C. - O senhor tem razão no seguinte sentido: o Estatuto da Terra não podia ser aplicado sem ter o cadastro.

A.M. - Pois é. E o cadastro foi difícilíssimo de fazer. Julgar causas feitas é muito fácil, o negócio é fazê-las, mas eu acho que o cadastro deveria ter sido feito em duas etapas. Numa primeira, buscaria as informações essenciais e na segunda coisas complementares. E tudo foi feito de uma vez só.

A.C. - O Estatuto da Terra previa que certas áreas, de conflito maior, seriam prioritárias. No caso, Pernambuco, a Zona da Mata.

A.M. - Mas nunca chegou a ser executado. Pelo menos, durante esse período em que eu estive lá, não chegou a se implementado. Não ficou na parte propriamente do cadastro. Ainda se discutia o cadastro quando eu saí de lá.

A.C. - Mas o senhor sentiu que houve uma modificação?

A.M. - Houve grandes esperanças. Eu senti grandes esperanças de um lado e grandes aborrecimentos de outro, porque os grandes senhores de terra não gostaram.

Pernambuco ainda tinha uma mentalidade feudal. Os usineiros, os coronéis... A força daqueles coronéis do interior era uma coisa impressionante. Aqueles homens mandavam e

até hoje ainda mandam. Eles ajudam e perseguem. Cada um tem a sua área e ninguém mete a mão lá. Eu conheci o velho Chico Eráclito, lá de Limoeiro. Na zona de Limoeiro só se fazia o que ele queria. Era um homem magnífico, pessoalmente. Mas era um homem tremendo. Politicamente, ali ele era um cacique e estava acabado.

A.C. - O senhor deve ter participado de alguma maneira da resolução do problema dos sindicatos rurais. Muitos deles estiveram sob intervenção, com problemas muito graves. Acho que o padre Melo atuou muito nessa área, para resolver esse tipo de atrito.

A.M. - Eu procurava nunca interferir diretamente. Eu não me envolvia. Quando eu sentia uma coisa gritante, eu entrava. Enquanto eram discussões, eu deixava.

A.C. - Quem ficou a cargo dessa intervenção nos sindicatos?

A.M. - O delegado do Ministério do Trabalho lá no Recife, o Romildo Leite. Eu conversava muito com ele. De vez em quando, ele vinha mim: "General, está havendo isso." Eu dizia: "Na minha opinião, o que deve ser feito é isso." Ele dizia: "Mas nem sempre se pode fazer" E eu: "Vai fazendo o que você puder." O Romildo Leite vivia falando comigo. Ele era um homem bem-intencionado. Ele era um pouco excessivo, às vezes, com esse negócio de comunismo. E eu dizia: "Calma, homem, não começa a chamar fulano de comunista sem ter provas. É preciso ter cuidado com o que é comunismo e o que não é comunismo." O Romildo era um pouco exaltado nesse ponto de vista.

A.C. - Uma coisa muito curiosa é o testemunho de trabalhadores daquela área que iam à região militar pedir proteção.

A.M. - Eles iam lá, eu ouvia, ouvia... Falavam comigo diretamente. Eu recebia todo mundo. Meu tempo se desdobrava, porque eu fazia questão de atender todo mundo. E não me descuidava das minhas obrigações militares. Eu trabalhava como um monstro, dia e noite, porque toda noite ainda ia gente lá em casa.

A.C. - Mesmo um trabalhador mal-ajeitado entrava?

A.M. - Entrava. Era fácil falar comigo. Nunca criei problema para ninguém. Até hoje, em minha casa, quem quiser falar comigo... Hoje mesmo me telefonou um camarada: "General, o senhor pode me receber? Eu sou aquele oficial de justiça do caso do tiro que o senhor levou. Eu falei com o senhor." Eu disse: "Vá lá me procurar, que eu o recebo." É alguém que a gente pode ajudar? Eu faço.

A.C. - Porque nessa área houve muito problema, muito trabalhador rural que foi morto...

A.M. - Quando vinham a mim, eu encaminhava o caso. Chamava geralmente um auxiliar e dizia: "Encaminha para o delegado do Trabalho" ou "Encaminha para a secretaria de Segurança" e ele encaminhava. Eu não interferia, encaminhava para quem de direito.

A.C. - Sua relação com a Secretaria de Segurança era boa?

A.M. - Era. Os secretários de Segurança foram: primeiro, o Ivã Rui, depois não sei quem e, finalmente, o Ferreira da Silva, que foi ferido na explosão, no atentado no Guararapes. É um rapaz excelente, hoje general. As minhas relações com o estado eram muito chegadas até o problema da minha eleição, da minha candidatura.

A.C. - O senhor se dava bem com o Paulo Guerra?

A.M. - Eu me dava por necessidade de ofício e ele me tratava muito bem. O Paulo Guerra era vice-governador do Arrais, mas não era comunista. Às vésperas da revolução fizemos uma viagem. Eu ainda era comandante interino, naquele período em que eu ia e voltava. Em conversa comigo, ele mostrou a sua preocupação com a comunização de Pernambuco. Quando veio a revolução, eu já o encontrei como governador, colocado pelo Justino. Muita gente ficou contra ele, porque ele tinha sido vice-governador de Arrais. Eu dizia: "Não, ele não era comunista." E contava esse episódio da conversa comigo numa viagem em que sentamos lado a lado: "... de maneira que nós temos que apoiá-lo. Vamos aproveitar." E eu apoiava muito o Paulo Guerra, a ponto de às vezes virem me falar: "General, o senhor está reforçando a ação desse homem! Ele não merece confiança." E eu dizia: "Não senhor..."

A.C. - Quem é que falava isso? Eram os militares?

A.M. - Todos os meus subordinados.

A.C. - Militares têm problemas com civis.

A.M. - Não eram problemas com civis. Eram problemas com o Paulo Guerra. Outros elementos eram muito bem... O atual governador de Pernambuco, o Marco Maciel, trabalhava com o Paulo Guerra e era benquista. Ele tinha sido líder estudantil, com uma atuação de uma importância enorme na área democrática de Pernambuco. Eu o conheci ainda líder estudantil, na primeira vez em que estive lá - um grande líder. Outro era o Marcos Vilaça, um rapazinho muito inteligente. Todo mundo gostava muito dele. Havia um outro, de quem todo mundo gostava...

A coisa era pessoal, havia uma reação contra o Paulo Guerra, pessoalmente. Esse problema depois se cristalizou no meu episódio. Dentro desse ambiente é que se dava a atuação lá no Nordeste. Mas a coisa foi se estruturando. Minha atuação junto ao governador do estado era grande. Eu atuava junto ao secretário de Segurança e a diversas secretarias, procurando ter uma ação muito equilibrada. Atuava com a prefeitura. Quando tinha um problema maior eu ia ao Paulo Guerra e expunha: "Governador, está havendo isso... Como é que se pode resolver de uma maneira..." Falava com os reitores. O reitor da Universidade Federal era o dr. Murilo Guimarães, um grande advogado. Eu me dava muito com ele. Eu tinha contato muito grande, de relações de amizade, com todas as áreas sensíveis. Assim eu podia agir. Na área cultural do Recife, eu fui me dando com todos. Sempre interessado com os problemas de história, procurei ajudar na reconstrução dos fortes. Os fortes de Pernambuco, como de todo Brasil, eram um patrimônio em muito más condições, por causa de falta de

dinheiro. O encarregado do patrimônio lá em Pernambuco, muito meu amigo, resolveu me ajudar. E nós dois nos unimos e fizemos a reconstrução, primeiro, do forte do Brum, onde depois foi colocada a Circunscrição de Recrutamento. Depois fizemos o levantamento do forte do Pau Amarelo, que ficou completo. Mais tarde comecei a melhoria do forte de Orange, na ilha de Itamaracá. Quis resolver o problema do forte de Santa Catarina, lá em Cabedelo. Dessa maneira, eu procurava defender a parte histórica de Pernambuco. Havia certos casarões que se queria demolir e eu entrava no meio para evitar, porque aquilo não podia ser derrubado.

Na parte cultural, eu me dava muito - e me dou até hoje - com o Gilberto Freire, o Costa Porto, o Jordão Emerenciano e o Gonçalves de Melo. E houve um momento em que o Gilberto Freire resolveu fazer um seminário; era a primeira experiência do desenvolvimento de uma civilização nos trópicos. Esse trabalho pioneiro do Gilberto Freire se caracterizava por reuniões mensais, em que indivíduos provenientes dos mais diferentes setores da sociedade apresentavam seu depoimento a respeito de problemas comuns do trópico: habitação, alimentação, vestuário, vida social, instalação agrária, a formação das comunidades... E esses debates reuniam umas vinte ou trinta pessoas numa mesa-redonda. Uma pessoa fazia a conferência, outra um debate por escrito os outros entravam no debate oral sobre diversos problemas.

[FINAL DA FITA 43-A]

A.M. - O Gilberto me convidou para participar desse seminário. Fiz parte durante um ano e tanto. Era uma delícia, depois de trabalhar um dia inteiro nos problemas, ia para lá passar duas, três horas. Minha mulher dizia: "Mas você chega..." Eu dizia: "Descansado. Porque o espírito sai desse terra-a-terra, para pensar em coisas que são fora do mundo! Isso é uma delícia!" Eu chegava às oito, nove horas da noite e descansado...

A.C. - Realmente, essas teorias do Gilberto Freire sobre civilização tropical são muito interessantes e relaxantes, porque a pessoa fica um pouco mais confiante de que alguma solução é possível nos trópicos...

A.M. - E o grupo que trabalhava era excelente. Era a elite intelectual de Pernambuco. É um prazer você estar num meio como esse, conversando, e tudo isso.

A.C. - E a sua música?

A.M. - A minha música... Havia o Fitipaldi, que tinha sua orquestrazinha, feita de estudantes, dentistas, médicos, comerciantes, empregados de lojas. Ele fazia a sua orquestra e eu estimulava. E mais: o diretor da sociedade era o Gino Lucchesi, cunhado daquele meu amigo Moraes. Eu vivia com o Gino, arranjando solistas. De vez em quando fazíamos concertos. Eu prestigiava, ia assistir ensaios, estimulava o Fitipaldi. Depois o Fitipaldi veio para o Rio e eu o ajudei. Ele me disse que agora vai voltar para Recife. Ajudei muito o Fitipaldi aqui no Rio. A minha música sempre estava no meio. Mas isso aí é meu lado de

descanso, o que em pedagogia se chama de intervalo ótimo, que é a ocupação dos intervalos com atividades diferentes e recreativas. Para mim é assim, para outros não deve ser.

Esse contato com a sociedade de Pernambuco foi muito confortante, muito estimulante para mim. Ele ajudou muito a viver esse período difícil.

No meio de tudo isso, ainda nesse período, houve dois episódios que eu quero destacar. Um foi o problema da eleição em Alagoas e o outro a minha frustrada - graças a Deus - pretensão ao governo de Pernambuco.

A primeira: quando, em 1965 ou 1966 (não me recordo mais), se foi fazer a eleição para os estados, havia uma preocupação com Alagoas. Em Alagoas, o crime organizado era conhecido. Assassinava-se por política, por problemas pessoais, de família. Havia antecedentes: aqueles problemas dos Mendes, na Assembléia de Alagoas, onde Juraci foi fazer... e foi um tiroteio enorme. Justamente nesse período - 1965 -, um dos candidatos era Muniz Falcão, genro do Mendes, cunhado do Valter e do Robson Mendes.

O Muniz Falcão tinha grande prestígio, pessoalmente era um homem muito bom: raquítico, magrinho, de trato afável. Mas havia o problema da família Mendes que era um perigo. Não interessava ao governo federal que o Muniz Falcão fosse eleito. Os outros candidatos eram o senador Arnon de Melo e o Rui Palmeiras. O governo aceitaria tanto um quanto o outro. Ele não era politicamente contra o Muniz Falcão, mas a família iria acirrar o problema de banditismo em Alagoas. O pessoal ligado ao Muniz Falcão era daqueles de liquidar uma família inteira. Todo mundo conhecia o episódio do Robson Mendes, que "queimou um arquivo" dele: um antigo empregado e a mulher que tinha sido babá do Robson. Num belo dia, o Robson chegou numa cidade daquelas dizendo: "Meu carro pegou fogo, meu carro se incendiou e morreram o fulano e a fulana." Era o casal de velhos empregados da família. E todo mundo diz que foi ele quem botou fogo no carro para matar o casal, porque os dois sabiam demais. Isso é o que ocorria em Alagoas.

A.C. - Já tinha ultrapassado os limites do banditismo tolerável.

A.M. - Exato. Nesse momento, o comandante do IV Exército era o general Lira. Tinha havido uma série de mudanças de comandantes de exército. Eu ficava, como elemento de ligação. O Castelo não queria me tirar de lá. Ao mesmo tempo, desde menino de Colégio Militar, desde 1917, eu e o Lira éramos amigos.

O Lira voltou do Rio e me disse: "Muricy, eu tenho um recado que o Ernesto me transmitiu: o presidente está preocupado com Alagoas." Eu respondi: "Não há dúvida, vou fazer uma inspeção." E fui fazer uma inspeção lá em Alagoas. Cheguei, chamei o comandante do batalhão e perguntei: "Como é que eu posso sentir o problema?" Ele me disse: "Quem lhe pode dar informação segura são A, B, C, inclusive o Arnon de Melo e o Rui Palmeira." E eu conversei com todos. Gosto muito do Arnon, gostava do Rui Palmeira. Ouvi o Arnon e mais alguns elementos de confiança, entre eles o Lamenha, que foi depois governador. Ouvi outras pessoas e voltei. Fiz um relatório em carta, cuja cópia está no meu arquivo. Mandeí dizer, então, ao Ernesto que informasse ao presidente que, dentro do quadro que eu via, quem ganhava era o Muniz Falcão, mas não teria a maioria absoluta. Como tinha sido lançada uma lei eleitoral em que, no caso de não haver maioria absoluta, a Assembléia homologaria ou não o vencedor e no caso de não haver a homologação haveria nova eleição, eu achava que isso poderia ser feito, mesmo com o Muniz Falcão. Aí, de

madrugada, eu recebi um telefonema difícil de entender: "Muricy, olha, mensagem a Garcia: aquele problema tem que ser resolvido." E eu: "Está bem, obrigado." O presidente dizia que eu tinha que resolver o problema, fazendo com que o Muniz Falcão não fosse eleito por maioria absoluta. Era o caminho que o Ernesto, em nome do Castelo, me dava: "mensagem a Garcia."

A.C. - Era código combinado?

A.M. - Não, mas ele disse: "O chefe viu aquele assunto da sua carta. Então, mensagem a Garcia: ..." Eu disse: "Está bem. Pode dizer que eu vou trabalhar por isso." Comecei a ter contatos permanentes, indo a Alagoas, e chamando os políticos de lá para fazer com que na eleição pudesse haver um equilíbrio e, no caso de não haver maioria absoluta, a Assembléia não homologar o Muniz Falcão. Eu ainda me lembro que fui procurar aqueles partidários do pessoal do Muniz Falcão. Eu disse: "Mas se não houver maioria absoluta, não vejo mal que a Assembléia não homologue, porque se não homologar, Alagoas terá a primazia de ser o primeiro estado a aplicar a lei. E o Muniz Falcão vai concorrer pela segunda vez." Era essa conversa mole que a gente faz, conversa com um, com outro...

E realmente houve a eleição e o Muniz Falcão não eleito por maioria absoluta. Aí a coisa se acirrou, porque era preciso fazer com que a Assembléia não homologasse o eleito. O grande apoio que eu tive foi do Lamenha, que era deputado estadual, presidente da Assembléia. Eu tive informação de que ele era um homem seguro, firme, e conversei claramente com ele. Disse: "Lamenha, ao governo não interessa a subida do Muniz Falcão. Não pelo Muniz Falcão, mas pelas condições de Alagoas. O governo está interessado em acabar com o banditismo em Alagoas, de qualquer maneira. Então, quero saber se você me apoia." E ele: "Pode contar comigo." Eu disse: "Então você vai trabalhar a Assembléia. Ele: "Com quem eu devo falar? E dentro da Justiça Eleitoral, com quem se pode falar?" Então, através do Lamenha e de outros elementos, inclusive o Lira, visitamos todas as autoridades e cada vez que conversávamos com uma delas deixávamos uma insinuação do interesse na não-homologação.

A.C. - Como é que o Muniz Falcão reagia a isso?

A.M. - Ninguém dizia nada para ele, cada um tinha maior cara de pau que o outro. E aí tinha-se que solucionar o caso. Havia a hipótese de se fazer logo uma nova eleição. E havia ainda a possibilidade - porque havia saído o AI-2 - de fazer uma intervenção por um período determinado. Eu opinei - não sei se escrevi ou se vim ao Rio e conversei - dizendo: "Acho que a melhor coisa é a intervenção. Bota um indivíduo estranho a Alagoas, para poder solucionar o caso e pacificar o estado." Aí ficou-se no "quem é, quem não é" e eu disse: "Eu tenho um elemento para botar lá: o Tubino." Naquele período em que fomos um para cada lado, ele foi para a Circunscrição de Recrutamento em Maceió e lá fez grandes amizades. Era um homem integrado na sociedade, apesar de não ser Alagoas. O Castelo aceitou e nomeou João José Batista Tubino como interventor. E Tubino ficou um ano.

A.C. - Ele esteve no IPÊS também.

A.M. - Sim. Era auxiliar do Golberi e o substituiu quando o Golberi saiu.

A.C. - O que eu não entendi bem é por que foi sustada a idéia da nova eleição.

A.M. - Porque era preciso não tumultuar. A não-homologação criou, naturalmente, uma situação política difícil. E se houvesse uma nova eleição, ainda naquele estado de espírito, talvez aumentasse a agitação na área, principalmente pelo pessoal partidário do Muniz Falcão, que se considerava lesado nos seus direitos, já que a vitória deveria ter sido homologado e não tinha sido.

Então, esperava-se que se esse pessoal subisse, o banditismo aumentaria de uma maneira brutal em Alagoas.

A.C. - Quem teve o segundo lugar, o Rui Palmeira ou o Arnon?

A.M. - Não me recordo. A disputa seria entre o mais votado dos dois e o Muniz Falcão.

Nesse período, de vez em quando eu ia a Alagoas. Cada vez que eu ia, Virgínia ficava preocupadíssima. Vou contar uns episódios para mostrar o problema. Um secretário de Segurança chegou em casa, saltou do carro, foi morto por dois pistoleiros. Havia um coronel, comandante da polícia militar, um rapaz de que eu gostava muito. Um soldado entrou no gabinete dele, descarregou a arma e matou o comandante. Um garoto, de dez ou doze anos, brincando com um amigo, pegou uma arma - coisa que acontece - pensou que estava descarregada, apontou, atirou e matou. Dias depois, esse menino foi achado morto num canavial, com as mãos cortadas e os olhos furados. Numa cidade, não me recordo o nome, por questões políticas, foi assassinado um deputado, chamado Astriclíneo. Numa das minhas visitas a Maceió, eu estava quase indo para o aeroporto quando me disseram: "General, a viúva do deputado Astriclíneo está querendo falar com o senhor." Era uma menina de uns vinte anos. Ao lado dela estava a cunhada, outra garota dos seus 18 ou 19 anos, em final de gravidez, que me disse: "General, pelo amor de Deus, proteja meu marido! Mataram o Astriclíneo e vão matar o meu marido, porque eles eram politicamente ligados e eu quero que o meu filho nasça com o pai vivo." É duro. Eu disse: "Menina, vai com Deus que eu vou resolver teu caso." Mandeí chamar o secretário de Segurança de Alagoas, que era um oficial meu. Eu tinha em cada estado - Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte - um homem meu como secretário de Segurança. Os secretários de Segurança eram homens da minha confiança. Eu tinha escolhido junto com o governador. Eu ia ao governador e dizia: "Vamos escolher juntos." Geralmente os governadores diziam: "General, o senhor escolhe o homem." E eu botava gente de minha confiança, gente muito boa.

A.C. - Já era o início desse processo que depois se consagrou.

A.M. - Sim, porque era uma atribuição mista, do governo do estado e das forças armadas.

A.C. - Já no governo do Castelo, isso foi estabelecido definitivamente como regra, não foi?

A.M. - Foi. Eu então chamei o Ivanildo e disse: "Você é o responsável pela vida desse rapaz, desse deputado. Ele não vai morrer." Eu tinha dito à moça: "Minha filha, seu filho vai nascer com seu marido vivo." Dei essa responsabilidade para o Ivanildo e o garoto nasceu. Isso era Alagoas. E para evitar que isso continuasse, tínhamos que tomar essas medidas, que não eram do temperamento do Castelo nem do meu. Mas acima de tudo estão outros valores que temos que preservar.

A.C. - Onde o Muniz tinha mais apoio? Na capital? No interior?

A.M. - Em toda parte.

A.C. - E por que era tão popular assim?

A.M. - Família antiga, donos de engenho, de empresas... Tinha muita área, muito camponês, de maneira que a atuação dos Muniz era muito grande. E assim eles atuavam. Eu vi muita coisa interessante nesse Brasil.

O nome do Muniz Falcão não foi homologado. E foi para lá o Tubino, que ficou um ano na interventoria. Durante esse ano acabou-se o banditismo. Não houve um caso. Porque o Tubino foi com carta branca. Eu, na região, dei todo apoio a ele: "Quem é que você quer trazer para te ajudar?" Dei todos os nomes que ele pediu, e o resultado é que Alagoas ficou em paz. Quando ele deixou a interventoria, eu procurei de novo o Lamenha e disse: "O presidente está querendo um homem para botar no governo do estado, um político do estado. Quero saber o seguinte: você mantém o estado de Alagoas na tranquilidade que está agora? Esta é a minha pergunta." Ele disse: "O senhor pode confiar, general. Seguirei o mesmo caminho. O general Castelo não terá o menor problema de banditismo em Alagoas. Serei enérgico, não permitirei e vou seguir a trilha do general Tubino." Eu fui, então, ao Castelo e disse: "O homem para continuar é o Lamenha." E o Castelo o designou para lá.

A.C. - O Ivanildo era coronel? Como o senhor o escolheu?

A.M. - Ele era tenente-coronel. O Ivanildo era o chefe da minha turma de estudantes. Naquelas coisas antigas de estudantes, tinha uma turma que fazia... se um estudante pichava um muro, eu mandava um dos nossos pichar também, e o Ivanildo era o homem que dirigia esse grupo de estudantes.

A.C. - Ele era pernambucano?

A.M. - Era, mas estava em Alagoas.

A.C. - Quer dizer que desde 1958 ele estava com o senhor.

A.M. - Sim. Lá no Nordeste, toda aquela gente vinha comigo desde 1958. Ele era tenente-coronel do Exército e trabalhava no estado-maior.

A.C. - A Secretaria de Segurança passou para o Exército.

A.M - Era o respeito absoluto à lei. A tranqüilidade começou a entrar no estado de Alagoas. Como conseqüência, ocorreu um fato que eu acho que é único na história: quando o Tubino deixou o governo de Alagoas, ele e eu fomos homenageados num grande ginásio de esportes e recebemos o título de cidadão de todos os municípios de Alagoas. Município tal: diploma para um e para outro... Eu tenho em casa um monte de diplomas de cidadão de todos - sem exceção - os municípios de Alagoas. É o único caso que eu conheço. Porque há o cidadão...

A.C. - E o Muniz Falcão não reagiu? Ficou quietinho?

A.M. - Não só não reagiu como o irmão dele, que era presidente do Tribunal de Justiça, também se comportou muito bem. Eu tive uma conversa com o irmão dele, que era um homem com qualidades. Eu disse: "Eu quero tranqüilidade. Nós não temos nada contra seu irmão, pessoalmente. Mas o senhor conhece a família do seu irmão. O que o governo quer é tranqüilidade, e só. A nós não interessa politicamente se o senhor tem mais votos ou se outro tem mais votos: nada disso. O que interessa é que Alagoas possa trabalhar."

Então temos aqui o episódio Alagoas. Há umas cartas e uns relatórios sobre isso no meu arquivo.

O outro episódio desse período é a questão das primeiras viagens do Costa e Silva, da candidatura Costa e Silva.

Quando o Castelo firmou a posição que dava mais um ano para a sua presidência, surgiu naturalmente o problema de substituição. Eu estava lá em Pernambuco olhando o panorama a quilômetros de distância. E comecei a sentir, através das pessoas que passavam por lá, qual era o clima no Brasil. Senti que o problema dos *entourages* de Costa e Silva e Castelo aumentava dia a dia. Os choques vinham crescendo e houve aquele episódio da manobra lá em São Paulo, onde o Costa e Silva fez uma declaração política que repercutiu em todo o Exército.

Já estava armado o problema da eleição. No Exército, havia reações contra os nomes de Israel Pinheiro para Minas e Negrão de Lima para a Guanabara. Inclusive, havia agitação e até a tendência de fazer certos movimentos. Eu fiquei preocupado, peguei um avião e vim para o Rio. Já sabia dos problemas entre as duas correntes. Tinha intimidade com o Costa e Silva e com o Castelo. Fui primeiro ao Costa e Silva e disse: "Costa, eu estou sabendo disso." E ele: "Mas Muricy,..." Eu disse: "Você não pode brigar com o Castelo, você tem que ajudar." Ele disse: "Mas eu não vou brigar com o Castelo, sou amigo dele e apoio. O Castelo é o presidente e eu fico do lado dele. Mas são os amigos dele, o *entourage* e, principalmente, o Golberi." Eu não sei, mas desde aquela ocasião a má vontade com o Golberi era uma coisa incrível. Disse o Costa e Silva: "Não é tanto o Ernesto, mas é o Golberi, aquele amigo!" E eu disse: "Não é!" E tive uma discussão enorme com o Costa e Silva sobre o ambiente. Ele disse: "Havia até o desejo de fazer um levante. Eu é que segurei." Foi um discurso na Vila Militar, se não me engano. Ele continuou: "Conseguí segurar, mas estava-se querendo fazer um movimento contra o Castelo e eu nem sei se o Castelo se agüentaria". E eu: "Mas você tinha que fazer era isso mesmo." E tivemos uma conversa de dois indivíduos que se estimam e que são muito francos um com o outro. Conversamos francamente, eu saí e fui para o Laranjeiras falar com o Castelo. Disse:

"Castelo, estou tomando conhecimento disso, estou preocupado. Você e o Costa não podem brigar!" E ele: "Quem é que disse que eu vou brigar com o Costa? Sou colega e amigo dele desde menino e não vou brigar agora por causa de uma coisa dessas. Eu confio nele." Os dois estavam sempre muito chegados. O que disserem de diferente não é verdade.

Depois desci e ainda estive conversando com o Golberi e com o...

[FINAL DA FITA 43-B]

A.M. - ... e o Ernesto, que trabalhavam na mesma sala. Nós três discutimos o problema da eleição e, principalmente, da sucessão. Eles ainda estavam bravos comigo porque lá longe eu tinha chegado a uma conclusão: ainda havia muita efervescência dentro do Exército e, por

isso, não havia possibilidade de se colocar no comando, na presidência, um homem que não fosse militar. Um civil não agüentaria. Isso influenciou depois no problema do Pedro Aleixo. Mais tarde vou contar o episódio.

Eu cheguei à conclusão de que se o presidente fosse um civil, não se agüentaria. E dentro do Exército, comecei, lá longe, a olhar os chefes militares. E cheguei a uma conclusão: gostando ou não gostando, o único chefe militar que tinha força para segurar a tropa era o Costa e Silva, como aliás ele segurou, nesse problema e na manobra que houve em Bauru, se não me engano.

Nessa ocasião, o Cordeiro passou pelo Recife e me perguntou: "Como é que você está vendo o problema da sucessão do Castelo?" Eu disse a ele claramente. Ele fechou a cara, porque ele e o Costa e Silva não se estimavam. Principalmente ele, que tinha muita mágoa do Costa e Silva e com razão, aliás. O mais antigo era ele, o lugar era dele, essas coisas todas. Ele não gostou. Eu disse: "Bom, Cordeiro, este é o meu ponto de vista e eu tenho que ser franco e honesto. Eu olho o Brasil. Eu não vejo quem é que possa ir para a presidência e segurar os nossos companheiros, a não ser o Costa e Silva, com todos os defeitos que ele tenha."

A.C. - Aliás, sua posição é exatamente a mesma do Daniel Krieger: "Eu sou amigo etc., mas não é nem por isso, é porque ele pode segurar a tropa."

A.M. - Era o indivíduo capaz de dar tranqüilidade, porque o problema do Brasil era ter tranqüilidade para trabalhar. Numa hora difícil como aquela, o Brasil não podia entrar em choques, em efervescências. Aí, quando o Cordeiro passou, eu fiz um carta ao Ernesto e ao Golberi e dei o meu ponto de vista: "Aqui de longe, na província..." Eles não me disseram nada. Na primeira vez que eu fui ao Rio com esse problema...

A.C. - Por que eles certamente não gostaram.

A.M. - Eles não gostavam do Costa e Silva. Inclusive, eu sou muito franco, era e sou muito amigo deles e disse: "Estive com o Costa e Silva, que disse que vocês é que fazem o

Castelo ficar contra ele. Ele disse que quer bem ao Castelo. Especialmente você, Golberi, não é tanto o Ernesto." Conteí tudo isso. Nessas coisas eu sou muito claro.

A.C. - E qual era o problema? O senhor chegou a alguma conclusão?

A.M. - Cheguei: em torno do Costa e Silva havia um grupo, chefiado principalmente por Portela e Andreazza, que eram inimigos figadais do Geisel e do Golberi. Por inveja, por qualquer coisa: não vamos entrar no mérito do problema. Eram homens que viam a capacidade grande demais dos outros, e eles eram pequenos. O indivíduo quando é pequeno não gosta de ver ninguém muito alto, não gosta que ninguém se projete no seu verdadeiro valor.

A.C. - Não havia brigas mais antigas, como aquela que o senhor muitas vezes nos conta, do Orlando com...

A.M. - Não! Mesmo porque, aquelas eram brigas que não tinham maior profundidade, tanto que depois se acertaram. Mas com esses dois a coisa era mais profunda. Era luta.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - O senhor atribui esse acirramento aos *entourages* mesmo.

A.M. - À competição de *entourages* e, principalmente, pequena capacidade intelectual. O Andreazza é inteligente, mas pouco culto. E o Portela não é inteligente nem culto. Agora, Golberi e Ernesto são ambos cultos, inteligentes e batalhadores. Os outros também são batalhadores.

A.C. - Fica muito claro que a equipe do Castelo era realmente de Sorbonne, de gente preparada.

A.M. - Era de gente de grande cultura, inclusive os amigos mais chegados do Castelo. Basta ver a capacidade do Cordeiro, do Ademar e dos outros amigos do Castelo e ver a dos amigos mais chegados do Costa e Silva.

A.C. - Como dizia o Cordeiro, era gente de jogo... Mas isso fica por minha conta.

A.M. - E por minha também.

A.C. - O que era essa efervescência militar? E como o senhor percebeu lá de longe que isso não estava funcionando bem?

A.M. - Como sempre fui um homem muito eqüidistante, eu era amigo do Castelo e do Costa e Silva. Eu me ligava com os *entourages* do Castelo e do Costa e Silva. Os meus

companheiros de revolução, os que vieram no meu destacamento, eram contra a posse de Israel Pinheiro em Minas e de Negrão de Lima no Rio. E eles se abriam comigo: "General, não podemos compreender que um homem contra a revolução vá governar Minas." Quando cheguei aqui ao Rio, eles pediram uma reunião no gabinete do ministro. Eu tive uma reunião com cinco companheiros, todos eles violentíssimos contra a posse dos... prontos a fazer até uma revolução para impedir a posse. Esses eram homens que tinham presença.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - ... pessoas que tinham prestígio. Eram representativos. E como tinham toda a confiança em mim, abriam-se comigo.

A.C. - Eram generais?

A.M. - Eram coronéis.

A.C. - Quer dizer que havia uma vontade do Exército de aprofundar o corte, a cirurgia da revolução?

A.M. - Não tenha dúvida. E o trabalho em que eu me meti foi de evitar a cisão da revolução. Eu sempre lutei pela unidade, que para mim é fundamental até hoje. E dentro dessa orientação eu fui até o episódio da substituição do Costa e Silva, que eu vou contar depois. A tese principal: unidade.

Então, dentro desse quadro, veio o problema Costa e Silva, que realmente se impunha pelas circunstâncias. Então, a contragosto, os meus próprios amigos tiveram que acabar aceitando. E nós vemos aquele episódio do Costa e Silva, quando ele fez a viagem de propaganda ao Norte, em companhia do Pedro Aleixo. Eles foram ao Nordeste. E deu-se o atentado.

A.C. - Ele andava muito com o Rondon Pacheco também.

A.M. - Mas o Rondon andava menos, foi depois.

A.C. - Não, o Rondon andou em viagem, em peregrinação com ele.

A.M. - Gosto muito do Rondon... O fato é que um dia nós recebemos a notícia... Sílvio Ferreira da Silva; este é o nome do secretário de Segurança de Pernambuco que eu não conseguia lembrar... Quem o colocou na secretaria fui eu.

Mas então, se não me engano, em 1966 deu-se o episódio de Guararapes. Nós estávamos em Pernambuco e recebemos a notícia de que o Costa e Silva, em viagem eleitoral, iria sair, passar pela Paraíba e vinha para Pernambuco. Eu tomei todas as providências para a recepção. Era um Brasil calmo, onde ainda não tinha havido um caso de terrorismo. Inclusive, naqueles estudos de guerra revolucionária, quando se analisava o problema do

terrorismo, uma das afirmações feitas naquela ocasião era: "No Brasil não existe uma tendência terrorista, não se conhecem histórias de terrorismo nem existem perspectivas de que isso venha a acontecer." Depois a coisa mudou. E eu, por circunstâncias, assisti aos dois primeiros casos de terrorismo no Brasil.

Eu mandei tomar as providências para a recepção do Costa e Silva. Afinal de contas, era um companheiro, ex-ministro da Guerra. Ele já tinha saído do ministério e o Castelo tinha chamado o Ademar para substituí-lo. O Ademar saiu da Petrobrás para o ministério.

Quando o Costa chegou à Paraíba, o tempo estava muito fechado e ele resolveu vir de João Pessoa para Pernambuco de automóvel. Mas nós não sabíamos. A chegada estava prevista para mais ou menos às nove horas e eu me dirigi ao aeroporto, onde já havia muitos companheiros, todo o mundo civil estava esperando o Costa e Silva. Quando eu estava chegando à parte central, houve a explosão da bomba. Eu ainda estava do lado de fora da porta, o ar trepidou, vidros quebraram, vi fumaça, gente correndo. Eu corri logo e a primeira pessoa que encontrei foi o Sílvio Ferreira da Silva, secretário de Segurança, caído, com a mão e a perna arrebentadas. Ele me disse: "General, eu vou perder minha perna!" Eu disse: "Não vai não, Sílvio, vamos providenciar." Eu entrei mais um pouquinho e vi o almirante Nelson Fernandes que era diretor da Chesf. Um estilhaço pegou-o por trás e levou toda a parte posterior da cabeça. Ele estava caído no meio do chão. Mais adiante, o Edson Régis, que era chefe do Gabinete Civil do estado, segurava os intestinos, sem poder... estava arfando e depois caiu. Outro ferido era o Raposo, queimado da cabeça aos pés. Um outro acabou perdendo a perna, aquela coisa. Eu aí fui chamando o pessoal e tomando providências. Mandeí fechar todas as saídas da cidade, para impedir que o criminoso... e comecei a tomar providências. Estávamos perto do hospital da Aeronáutica, mandei fazer uma ligação para lá e recolhemos todo o pessoal no hospital. Ficamos sob aquele impacto. Uma coisa trágica! Realmente, o terrorista é o pior dos criminosos, porque, além do mais, é covarde. E covarde porque não se tem como encontrá-lo. É difícilimo! Eu fiz tudo para encontrar o autor ou autores e eu tinha toda a força para atuar. Ninguém tinha mais do que eu: eu tinha a polícia do estado, a minha segunda seção, todos os elementos possíveis, ligação dentro do estado de Pernambuco e não encontrei o terrorista.

Foi usado cano de aço de uns 30 ou 40 cm de comprimento e 5 cm de diâmetro, tendo nas pontas dois tarugos aço, para vedar. Um desses tarugos pegou a cabeça do almirante, o outro o ventre do Edson Régis. O cano foi recheado de explosivo, ligado a um despertador e colocado numa mala, perto do lugar onde ficavam os jornais. Alguém colocou a bomba ali e foi embora. Era o lugar onde o Costa e Silva deveria passar, obrigatoriamente, com as autoridades. A bomba foi regulada para explodir na hora em que o Costa e Silva deveria passar. E ele não foi atingido porque o carro veio por dentro. O pessoal ficou ali e eu cheguei antes, mas só vi... eu estava chegando lá.

A.C. - Ninguém morreu, afinal?

A.M. - Morreram o almirante e o Régis. O Sílvio conseguiu se salvar. Ele não perdeu a perna, mas perdeu os dedos. Ele hoje trabalha... ele foi para os Estados Unidos, fez uma operação e... Hoje é excelente general. Ele perdeu os dedos da mão direita. A perna estava toda esfacelada, mas o médico colocou os ossos no lugar e conseguiu salvar a perna. Um

guarda perdeu a perna, mas está vivo também. O outro, o Raposo, ficou queimado da cabeça aos pés, mas se salvou. Houve uns dez ou doze feridos.

A.C. - Foi uma coisa catastrófica!

A.M. - Foi uma coisa bárbara! Eu estava saltando do automóvel quando senti a explosão, que foi lá dentro e eu estava na porta. Senti o ar sacudir, uma explosão violentíssima.

Aí nós fomos ao encontro do Costa e Silva. Relatamos o fato e ele resolveu que só se faria uma reunião muito íntima no Clube da Aeronáutica. Foi só o que se fez. Ele estava interessado em ver se descobríamos quem era o terrorista, mas não conseguimos de jeito nenhum. É este o episódio do Aeroporto de Guararapes.

A.C. - Isso deve ter repercutido de uma maneira brutal dentro do Exército.

A.M. - Muito! Era o futuro candidato a presidente. Naquele tempo a candidatura ainda não estava bem consolidada, mas todo mundo sabia que seria ele. O fato repercutiu brutalmente.

A.C. - Isso reforçou a candidatura dele?

A.M. - Ah! Reforçou!

Vamos conversar mais um pouco e vai ficar faltando falar da minha candidatura pernambucana - frustrada, graças a Deus - e do meu choque com dom Hélder.

I.F. - O senhor disse que assistiu a um outro atentado também?

A.M. - O outro foi no dia do segundo aniversário da revolução. Foi quando soltaram duas bombas em Pernambuco: uma na casa do general Portugal - e eu estava lá dentro - e outra nos Correios e Telégrafos...

I.F. - Foi antes do atentado ao Costa e Silva ou foi logo depois?

A.M. - Foi no dia 31 de março de 1966, quando eu briguei com dom Hélder. Tudo veio junto.

Essas duas bombas eram relativamente pequenas. A do correio foi maior... Eu estava com o Portugal...

A.C. - Não se conseguiu apurar?

A.M. - É a coisa mais difícil. Quando eu vejo aí essa OAB começar com... Não se achou... Não se acha! Eu tinha toda a força para achar, queria achar, meus companheiros queriam achar e não achamos. Recife é uma cidade pequena e não se achou. Então, quando eu ouço dizer: "Ah, porque a polícia..." Vá achar! Eu que o diga: Vá achar! Se não houver denúncia, se não houver gente de dentro que informe, duvido que se ache. Duvido. Eu tenho dois casos em que eu mesmo procurei achar os responsáveis e não consegui nada.

A.C. - Se bem que naquela época o senhor não tinha os instrumentos de serviço de informação eficientes como existem hoje, não é?

A.M. - No Recife eu tinha tudo! Eu tinha um serviço de informação importantíssimo.

A.C. - Até que ponto o *entourage* do Costa e Silva não estava se conflitando com o general Geisel e Golberi pelo fato de que eles queriam um encaminhamento diferente para a questão política? Não havia uma luta política aí?

A.M. - Mas eles cederam, depois de certo ponto, porque viram que não havia saída, tanto que no final do seu governo o Castelo tomou uma decisão: botou o Golberi no Tribunal de Contas e o Ernesto no Superior Tribunal Militar, para saírem da área do Costa e Silva. Foi um cuidado que o Castelo teve.

Essa é uma parte da história a que eu assisti. Vamos continuar num outro dia.

A.C. - Eu gostaria de falar na próxima sessão sobre o problema do governo Castelo. Acho que às vezes, como o senhor diz, essa intervenção cirúrgica da revolução foi um processo muito doloroso, com muitas hesitações, muitas tentativas de resolver... Queria discutir os atos institucionais...

A.M. - Quando terminar essa parte aqui, nós entramos no assunto. Depois, em setembro, eu vim para o Rio, e o Costa e Silva assumiu em março de 67. Eu vim comandar a 1ª. Região Militar. Depois fui promovido e fui para a chefia do Departamento do Pessoal. Era lá que eu estava quando se deu a transmissão do governo.

17ª Entrevista: 29.04.1981

A.C. - Vamos hoje prosseguir em nossas conversas sobre a sua permanência em Pernambuco e falar um pouco das ramificações políticas dessa permanência.

A.M. - Antes de entrar na parte política, quero fazer referência a duas questões na área propriamente militar. Uma refere-se à parte assistencial. Eu tive uma grande satisfação no meu comando nesses dois anos e meio. O problema de vida dos oficiais e dos sargentos sempre me preocupou muito, uma vez que são homens que vivem transferidos e, portanto, encontram dificuldades de alojamento, casa etc. Eu mesmo, quando cheguei, como tenente-coronel, a Cachoeira para comandar o grupo, não encontrei casa para alugar. Eu tive que ir inicialmente para uma pensão e depois ocupei a casa de um capitão que foi transferido. Era uma casa de frente de rua, com uma porta e uma janela. E eu era tenente-coronel, comandava o grupo, tinha obrigações sociais que eu não podia satisfazer, devido às condições de moradia.

Mas, para resolver esse problema que sempre preocupava os chefes militares, eu tive a ventura de ter como chefe do serviço de obras o coronel Éleri, que acabou general. E eu fiz um planejamento com o Éleri. Fui ao Rio de Janeiro, conversei com o diretor de obras, que

era um rapaz muito bom, um grande técnico, e conseguimos verbas para fazer casas. Fizemos um planejamento e eu pude ver nascer várias áreas de vila militar, que isolam muito os militares da população civil. Sou partidário de pequenos grupos residenciais espalhados dentro da cidade. E com isso eu obtive um bom resultado. Construí muitas casas no Recife, em João Pessoa, Maceió, Natal, Caruaru, Guaranhuss e outras cidades. Este é um aspecto muito grato a minha passagem pelo Recife, ter podido ajudar os meus companheiros.

A.C. - Como é que se faz isso? Resolve-se facilmente? Tem-se que pedir recursos de outro tipo ao governo?

A.M. - Para os oficiais há um certo número de casas. Elas são classificadas e distribuídas pelas unidades e pelas funções. Há funções que exigem mais a permanência próxima do oficial ou que ele fique bem instalado. Existe, de qualquer maneira, uma casa para o comandante, para o ajudante-de-ordens, para o comandante de bateria, e às vezes os tenentes sobram. Então tem-se que resolver o problema dos tenentes. O tenente nem sempre é casado. Há então o problema dos solteiros, uma porção de coisas em que se tem que estar pensando. Também se tem que dar um apoio aos sargentos. Embora eles tenham uma permanência maior nas guarnições, também têm o problema da transferência e isso é muito delicado. Os sargentos não têm uma movimentação tão rápida quanto a dos oficiais. A própria lei do movimento obriga à movimentação dos oficiais. Eles não podem ficar mais de dois anos numa guarnição.

A.C. - Isso está ligado também às promoções...

A.M. - A finalidade disto é obrigar o oficial a ser do Exército brasileiro, em lugar de ser do Exército regional. O indivíduo que fica muito tempo numa região acaba vivendo os problemas da região e se esquecendo que existe um Brasil. Lembram-se quando eu falei no caso do Assis Brasil, que ele era muito bom general gaúcho, conhecia bem o Exército no Rio Grande, mas não conhecia o resto, porque não teve oportunidade de morar e viver noutras guarnições? Então é da lei do movimento...

A.C. - É uma lei de depois de 1930, provavelmente.

A.M. - Foi de depois de 1930. Ela obriga o oficial à movimentação: ele não pode ficar mais do que um certo número de anos numa guarnição. E também limita certas funções de comando. O oficial fica numa função de comando por dois anos e depois é substituído. Com isso obriga-se o oficial a ter vários contatos e a conhecer bem o Exército.

A.C. - E evitam-se as panelinhas, provavelmente.

A.M. - Não é uma questão de evitar panelinhas, mas principalmente de fazer o oficial conhecer outras áreas do Brasil. É importante, porque depois que se começa a subir, abarca-se um horizonte cada vez mais largo.

A.C. - Mas isso, sem dúvida, é um princípio muito interessante. Seria difícil entender a função que o Exército teve depois de 1964 sem essa rotatividade. Essa coisa que o senhor contou de Alagoas: o Exército chegou lá e resolveu o problema. Na medida em que a pessoa está muito incrustada naquele lugar, isso é mais difícil.

A.M. - Muito mais. O indivíduo que vem de fora, num golpe de vista, tem uma impressão melhor. Eu digo sempre e recomendava aos meus subordinados que todas as vezes em que eles fossem assumir um comando, que chegassem ao quartel, vissem tudo e anotassem. Na primeira impressão, o indivíduo vê coisas com que depois ele acaba se acostumando e não enxerga mais. Uma mancha na parede: um indivíduo que entra numa sala imediatamente a vê. Se ele ocupa essa sala por dez dias, no décimo dia não vê mais: a mancha esta incorporada à parede. Então, quando a gente chega deve anotar tudo. A primeira impressão é muito mais fiel do que as outras, porque o hábito vai fazendo o indivíduo incorporar os erros às estruturas.

A.C. - De quem dependia essa construção de casas?

A.M. - Da verba do Exército, distribuída às regiões. E dentro das regiões, a construção era coordenada pelo comandante da região, com o seu serviço de obras e a fiscalização do departamento de obras do Exército. Mas eu tinha todas as ligações possíveis com o ministro, com as autoridades do departamento de obras e com os encarregados de construção. E eu transformei vários oficiais, que tinham mais pendor para isso, em mestres-de-obra, para economizar dinheiro e...

[FINAL DA FITA 44-A]

A.M. - ... poder de cinco casas fazer seis. Muitas vezes se faz isso. Mas foi uma felicidade para mim poder ter cooperado para melhorar a situação.

A outra experiência no campo militar que eu julgo muito interessante é a do problema dos pelotares. Verifiquei aquilo que, desde Euclides da Cunha, já vem escrito: o sertanejo é um forte. Realmente, o homem do Nordeste é de uma capacidade, de uma resistência imensa. Ele é pequeno, é magro, aparentemente não tem físico para agüentar muita coisa, mais é um homem que anda léguas o dia inteiro. E dentro dos diversos estudos de contenção de problemas de segurança interna, fizemos um experiência no Nordeste. Eu não sei hoje, como é que ela está. Foi aproveitada, mas não sei até que ponto. Constituímos, em cada corpo de tropa, um pelotão especializado em ações de choque. Essas ações não seriam na guarnição, e sim em qualquer área da região. Para isso, eu tinha contato com a FAB. O pelotão era reduzido, de 24 homens - em lugar dos 32 que deveria ter - para poder ser transportado com rapidez para qualquer canto da região e atender a uma emergência. Todas as unidades organizaram os seus pelotares - pelotões que vão pelo ar. Se o nome não é bonito, pelo menos é expressivo. Nesse período houve dois exercícios de maior envergadura, muito interessantes.

Num, imaginou-se uma situação em que terroristas ou guerrilheiros teriam conseguido ocupar Paulo Afonso e estavam se preparando para destruir a usina. Então era preciso retomar Paulo Afonso com rapidez. Dentro disso foi imaginado o lançamento de pelotares na região de Petrolândia. Petrolândia é uma cidadezinha pequena, em Pernambuco, que fica a cerca de 40 km de Paulo Afonso. Eu mandei que cada homem levasse dois cantis de água. E aí eu vi a resistência. Era um dia de verão brutal, de sol quentíssimo. A água dos cantis ficou quente a ponto dos homens não poderem beber. Mas eles fizeram esses 40 km em menos de dez horas, chegaram a Paulo Afonso e desfilaram com ar marcial lá na cidade. E mais: tiveram que beber água em cacimba; a Aeronáutica deu a indicação de onde havia algumas cacimbas, porque os homens não agüentavam beber a água do cantil. Verificamos que o que serve nessa região não é o cantil de metal que há no exército, mas o cantil de couro de boi, como usa o sertanejo. Foi um exercício interessantíssimo, porque não é brincado, em menos de dez horas, andar mais de 40 km e ainda desfilar, no fim de tudo isso, com garbo marcial.

O outro exercício foi também uma hipótese de ação guerrilheira no Cariri. Um certo número de pelotares foi jogado sobre as serras que dominam o Cariri. Ficamos em ligação com a aviação, para podermos localizar o avanço da tropa. Houve uma hora em que a aviação sobrevoou e pediu que sinalizassem a posição. Cada homem faz a sinalização, colocando no chão, à sua frente, um pequeno painel branco, de 40 cm por 40 cm. Aquela coleção de painéis brancos mostra ao aviador as linhas atingidas pelos elementos do primeiro escalão. E o rapaz disse: "Mas não é possível! Esses homens não podem estar aí! Eles devem estar muito mais atrás!" Isso é para mostrar como o homem do Nordeste anda. São uns andarilhos tremendos.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Essas duas experiências são muito interessantes, mostrando a capacidade de resistência do homem nordestino. Isso é o que eu ainda queria falar, do ponto de vista militar.

A.C. - Quer dizer que foi nessa época que se iniciaram esses simulacros de combate à guerrilha?

A.M. - Não, desde que se começou a estudar a guerra revolucionária fizeram-se exercícios para combater a guerra revolucionária. A guerra revolucionária tem uma parte na cidade e uma no campo: a guerrilha urbana e guerrilha rural. Quando houve o episódio de Caparaó, utilizou-se toda a técnica. Quando houve o episódio da guerrilha do Araguaia, utilizou-se a técnica.

A.C. - As operações antiguerrilhas no Exército começaram antes de 1964?

A.M. - As operações não, mas os estudos sim. Os estudos vêm de antes de 1964.

A.C. - Quer dizer que essas foram as primeiras operações.

A.M. - Não sei. Em toda parte os comandos estavam interessados.

A.C. - Sim, mas aquele momento eram as primeiras.

A.M. - No Nordeste, na área da 7ª Região, foram as primeiras. Já tinha havido exercícios de quadros, no tempo em que o Castelo comandou. Eu não disse que ele fez uma manobra de quadros, na qual só os oficiais e sargentos eram encarregados da parte de direção, não entrava a tropa. Agora era com tropa. Depois outros exercícios foram feitos, sempre com essa finalidade. O Exército se preparava. E o que eu quis chamar a atenção foi para a resistência do homem nordestino. É impressionante.

A.C. - Eu queria voltar com o senhor ao atentado em Guararapes. Isso deve ter tido uma repercussão muito grande entre os militares. O senhor conversou com outros generais? Como foi isso?

A.M. - A indignação foi completa. O povo brasileiro - e eu chamo povo brasileiro aquele que é realmente brasileiro, não é o bandido que se finge de brasileiro e faz terrorismo... Entre as técnicas da guerra revolucionária estão o terrorismo sistemático, seletivo, e o terrorismo acidental, como em Gurarapes: pegue quem pegar, morra... é para meter pânico. O outro é o seletivo: "eu mato fulano, eu mato sicrano, que me interessa matar." Nós estudávamos isso e havia essa declaração mais ou menos corrente, dentro do Exército: o povo brasileiro não tem formação guerrilheira e nós não teremos esse problema do terrorismo no Brasil. Como a gente se ilude! A guerra ideológica leva o homem para qualquer coisa e transforma o homem num animal. Esses atos de terrorismo ainda hoje mexem comigo. Eu estou afastado da ativa, mas cada vez que eu vejo um indivíduo que mata indiscriminadamente um homem, uma mulher, criança ou velho, somente pelo prazer de matar... Inclusive porque me dá é raiva! Eu não me apavoro, o que me dá é raiva! Então eu acho que é contraproducente. Eu não compreendo. E em todo mundo, esse é mais ou menos o pensamento. O Exército não acoberta o terrorismo, seja de que tipo for. É uma coisa que está contra a nossa formação.

Nós, militares, temos uma ética, que vai ao ponto de adversários, ao terminar uma batalha, se confraternizam. Quando acabou a batalha de El Alamein, os chefes italianos e ingleses fizeram um grande jantar, em que comentaram os episódios em que estiveram juntos, em lados opostos. Quando a 148ª Divisão Alemã se rendeu, seu comandante apresentou-se com o primeiro uniforme e cheio de medalhas para se entregar ao general Falconieri. Há uma ética que nós obrigamos, ensinamos e procuramos inculcar. Quando esses padrões éticos são quebrados, isso mexe com nossos nervos.

A.C. - É curioso, porque o terrorismo é anônimo, ele não permite esse reconhecimento mútuo. Inclusive, eu imagino que nessas grandes batalhas, um inimigo é respeitado.

A.M. - Quando a gente vê, como eu vi ali no aeroporto de Guararapes, companheiros feridos, o almirante morto, o Régis segurando os intestinos, gente morrendo, nessa hora não

se sabe que reação teria se pegasse um terrorista. É imprevisível. Porque isso repugna de tal maneira que a reação é violenta. Depois a gente tem que ficar se acalmando, raciocinando. Além disso, esses atos têm uma dificuldade imensa de serem localizados. Então, quando eu vejo, como ontem ainda, o presidente da OAB declarar que foi um ato de terrorismo de direita, eu digo: "Prove! Pode ser de direita ou de esquerda, é terrorismo." Não existe terrorismo de direita ou de esquerda. O que há é um indivíduo que quer amedrontar. Por que isso? Não sei. Enquanto não houver prova, eu considero leviandade dizer o que disse ontem o presidente da OAB. Ele acusa o governo de estar protegendo o terrorismo de direita. Pode ter sido. Mas quero a prova.

A.C. - Mas o problema é que o terrorismo e o atentado político são fenômenos hoje mundiais. Veja esse problema com o presidente Reagan.

A.M. - O caso do Reagan é um problema psicológico mais do que um problema político. Mas o caso dos bascos, o caso da Irlanda no Norte, as *Brigadas Vermelhas* na Itália, aquele grupo do *Baader Meinhof*, na Alemanha, tudo isso são sintomas muito graves. A humanidade está doente. Eu considero o terrorismo uma doença. A humanidade está doente, para gerar monstros. Porque isso é monstro. E a humanidade que gera monstros dessa forma está doente. São casos teratológicos, não tenha dúvida.

A.C. - É um atestado de que há uma impossibilidade de conciliar as coisas, uma impossibilidade de entendimento.

A.M. - Eu sou contra a pena de morte, mas para um terrorista não. O terrorista é um homem que não merece nada. Sou contra a pena de morte, mas acho que um indivíduo que mata sem saber a quem... Há momentos em que a gente está marcado e sabe. Eu estive marcado para ser seqüestrado e morto. Mas eu tomei uma posição e enfrentei.

Mas então, voltando a nosso Pernambuco, ainda nesse período há três episódios que quero relatar.

Um foi um episódio muito doloroso. Numa das idas do presidente Castelo ao Recife, nós estávamos jantando na casa do comandante do Exército e o Castelo me disse: "Muricy, o Cintra está condenado." Eu: "Não me diga, Castelo!" Ele: "Está, não dura muito. Eu fui visitá-lo e não pude ficar olhando para ele. Quando eu saí, ele disse: 'Castelo, eu devo estar muito mal, você não teve coragem de me olhar nos olhos'." Ele realmente estava muito mal e morreu. Essa foi uma notícia que me entristeceu muito.

I.F. - Ele teve câncer, não foi?

A.M. - Foi câncer.

Outra coisa foi o episódio com dom Hélder, no segundo aniversário da revolução, e também o do lançamento das bombas, no dia 31 de março de 1966.

Estava se aproximando o 31 de Março e nós estávamos organizando as cerimônias que seriam realizadas naquele dia, segundo aniversário da revolução. Entre as cerimônias estava prevista uma missa campal. Inicialmente pensou-se em fazer com os jovens capelães do Exército, mas achei que seria mais grandioso e solene convidar o bispo local, que era dom

Hélder, para celebrar a missa. Naquele momento o comandante do Exército era o Portugal, que estava no Rio. Nas vésperas, houve a procissão da Semana Santa. Eu acompanhei, porque é um hábito do interior as autoridades acompanharem as procissões e é uma ofensa não acompanhar. Em todas as guarnições em que eu servi, fazia questão de acompanhar as procissões, junto ao bispo. Eu estava ao lado de dom Hélder e lhe disse: "Dom Hélder, nós estamos com vontade de celebrar uma missa campal no segundo aniversário da revolução, e queria saber se havia inconveniente que essa missa fosse celebrada pelo senhor." Ele disse: "Não... não há dúvida..." E eu falei: "Mas eu não posso convidar, porque eu não sou o comandante da guarnição, que é o general Portugal, que está no Rio. Mas assim que ele vier, eu vou falar com ele e, se ele aprovar, far-se-á o convite oficial."

Façamos um parênteses: já havia um ambiente de tensão entre o Exército e a Igreja no Nordeste, a Igreja de dom Hélder. Esse ambiente era, entretanto, oficialmente contornado. Dadas as minhas ligações anteriores e as de minha mulher com dom Hélder, nós tínhamos toda a intimidade com ele. E ele não me disse nada, nem que sim nem que não, apenas concordou comigo.

Quando o general Portugal voltou do Rio, eu falei com ele. O general Portugal concordou e mandou o chefe do Estado-Maior, o general Campos de Aragão, fazer o convite oficial a dom Hélder para ser o celebrante da missa. O general Campos de Aragão foi convidá-lo e veio com a resposta positiva, de que ele celebraria a missa de ação de graças. Depois, surgiu a versão de que nessa conversa o Campos de Aragão teria sido um pouco áspero com dom Hélder, como que fazendo alguma ameaça. Eu não sei direito até hoje como foi isso. O Aragão diz que não, que ele tratou dom Hélder secamente, mas transmitiu o convite do comandante do Exército e não fez ameaça.

A.C. - Por que secamente?

A.M. - Porque havia um ambiente de hostilidade contra dom Hélder! A Igreja estava permanentemente em choque, porque já havia dom Lamartine e outros. A Igreja já vinha de trás... Ao tempo ainda de Arrais, antes da revolução, quando houve um comício de Prestes a favor de Arrais, a única rádio que transmitiu foi a de Olinda, que era da Cúria. Eu procurei falar e veio dom Lamartine Soares, que disse: "General, eu queria explicar..." Eu digo: "Não tem explicação!" E ele: "Mas nós queremos ser equidistantes." Eu perguntei: "Mas a Igreja pode ser equidistante do comunismo?! As outras rádios não quiseram e o senhor, que é a da Igreja, é que vai irradiar o comício?! Ah, eu não entendo, dom Lamartine! O seu catolicismo é diferente do meu. Eu não sou bispo, o senhor é. Mas eu tenho a impressão de que o meu catolicismo é melhor do que o seu, porque eu acho que se a Igreja não apoia o comunismo não pode estar ajudando a instalar o comunismo. Este é o meu ponto de vista." Tivemos uma discussão um pouco áspera. Mas isso foi anterior à ida de dom Hélder. Dom Lamartine era o assistente de dom Hélder.

A.C. - Isso me espanta um pouco, porque a história da Igreja de Pernambuco nesse período é de uma luta contra o Partido Comunista: nos sindicatos rurais, em toda aquela coisa, havia uma tentativa visível de barrar o comunismo!

A.M. - Eu já contei a posição dos católicos do Recife, que queriam resolver o problema social apoiando os comunistas. Eles achavam: "Os comunistas querem resolver o problema e têm mais condições que eu... então eu vou apoiar os comunistas, quer dizer, resolver através dos comunistas." Por quê? Eu acho que é uma distorção de mentalidades. É uma distorção de pontos de vista. Esta é a causa. Não tenho dúvida da qualidade de pessoas como Anita e Lurdinha Pais Barreto, que contavam aquela história da prostituta: se ela viesse ajudar um homem atropelado... Nem da qualidade do Germano Coelho, que disse: "Antônio Carlos, eu vou ficar ao lado dos comunistas, porque vou trabalhar mais do que eles e vou mostrar que posso." Eu disse: "Germano, é uma ingenuidade sua! Os comunistas usam métodos que você não usa, eles vão te enterrar." Como enterraram.

Então, essas coisas que a Igreja fazia repercutiam, e os militares queriam romper logo com dom Hélder. Segurei enquanto pude a situação da Igreja e de dom Hélder. Eu vivia feito algodão entre cristais, segurando.

A.C. - Esse convite a dom Hélder deveria ser feito pelo chefe do Estado-Maior ou pelo comandante?

A.M. - Por um ou outro. O chefe do Estado-Maior é o *alter ego* do comandante. Basta dizer o seguinte: o chefe do Estado-Maior é um homem que assina por ordem. Diz: "Por ordem do senhor comandante..." Ele pode assinar e dar ordem em nome do comandante. O chefe do Estado-Maior tem que ser de tal maneira integrado com o seu chefe que deve agir dentro do pensamento do chefe, mesmo quando não está próximo dele.

A.C. - Isso significa que o comandante, em geral, faz uma escolha pessoal?

A.M. - Mas claro. O chefe do Estado-Maior, o ajudante-de-ordens e o assistente são os três únicos homens que o chefe escolhe.

A.C. - O que é o assistente?

A.M. - O assistente-secretário.

A.C. - E o que é o assistente-secretário?

A.M. - Os generais de quatro estrelas têm, junto a si, um oficial que resolve uma porção de problemas que materialmente iriam roubar tempo do comandante. Por exemplo, eu tenho que redigir uma ordem. Chamo o meu assistente e digo: quero uma ordem assim. Ele vai, redige, me traz, eu aceito, modifico... Mas não vou mais pensar em sentar e escrever. Ou eu vou precisar ter alguém que vá ver uma coisa determinada, porque o chefe do Estado-Maior não pode ir porque tem várias atribuições: tem que coordenar as seções,... O assistente vai lá, volta e faz um relato. É uma espécie de assistente-secretário... não tem outro nome.

A.C. - É um supersecretário!

A.M. - E', gozando de toda a confiança do chefe e normalmente sendo um homem selecionado, porque o chefe vai escolher para seu assistente-secretário um coronel que tenha... curso de Estado-Maior, experiência, muitos anos de vida militar, que veja os problemas de uma outra forma que o ajudante-de-ordens, que é um capitão, não vê.

A.C. - Ele corresponde aos diretores de seção no Estado-Maior? É coronel?

A.M. - É diferente... A função dele é a de um homem chegado à autoridade. O ministro tem dois assistentes. São homens que estão numa transição entre o coronelato e o generalato, homens que estão convivendo de perto com as autoridades.

A.C. - Eu tinha pensado que deve ser uma função muito educativa, que no fundo prepara para o generalato.

A.M. - Dá conhecimento da vida do general. O assistente-secretário tem uma função importante. Por isso é que é de confiança e de um chefe de certo escalão. O general-de-divisão e o de brigada não têm assistente, têm um ajudante-de-ordens. O de exército tem dois, porque os encargos são imensos! O ajudante-de-ordens trabalha dia e noite.

A.C. - Quantos generais-de-exército, de brigada e de divisão há?

A.M. - Aí há problema que nunca publiquei, mas já disse por escrito ao chefe do Estado-maior: o Exército, como todas as grandes instituições, sofre da Lei de Parkison, que leva à macrocefalia. Eu acho que é possível manter a eficiência do Exército reduzindo-se o número de generais.

Agora mesmo, nesse momento, eu leio no jornal que o comando do Colégio Militar do Rio de Janeiro voltou a ser de coronel. Durante 24 anos era comando de general. Eu pergunto: por que o comandante do Colégio Militar precisa ser general? Isso é a Lei de Parkinson aplicada ao Exército, levando a uma macrocefalia. O ideal seria uma pirâmide, em que o número de generais-de-brigada fosse praticamente a metade do conjunto dos generais e o número de generais-de-exército fosse de 1/6 a 1/8 do número dos generais-de-divisão. Tem que ser um funil apertado. Já era, no meu tempo, hoje não sei mais. A proporção, antigamente, para passagem de coronel para general era de 650 coronéis para uns cinquenta generais-de-brigada.

A.C. - Mas depois de 1964 havia uns cem generais.

A.M. - Bota aí uns cinquenta e poucos generais-de-brigada; os de divisão e de exército vão dar mais ou menos oitenta. Não é mais do que isso não. Hoje deve estar em torno de cem. É a macrocefalia de que eu lhes falei. Então, no Colégio Militar, de repente, por uma circunstância qualquer, houve necessidade de resolver um problema e puseram um general. Durante 24 anos o Colégio Militar foi comandado por um general, que poderia fazer melhor serviço na tropa. Agora a posição voltou para um coronel.

Eu não digo nunca quais os efetivos hoje, mesmo porque me afastei. Há dez anos que eu estou fora. Não sei mais como é a estrutura.

A.C. - Mas essa Lei de Parkinson...

[FINAL DA FITA 44-B]

A.C. - ... o senhor, que já pensou muito sobre ela, certamente terá alguma interpretação. Talvez seja o fato de que há uma demanda da corporação para os postos de maior importância. Sempre é uma frustração para um coronel não se tornar general.

A.M. - Os problemas são complicados, nada é simples. Existe - e eu como chefe do Estado-Maior, mais tarde me aprofundei nisso - a necessidade de organizar o que se chama um plano de carreira. O militar, como qualquer um, deve ter um horizonte, deve sentir que está marchando em direção desse objetivo. Se eu fecho, desestímulo. Então eu tenho que fazer uma carreira em que o indivíduo suba. Se eu, de repente, chego a um ponto em que tenho todo mundo abaixo de quarenta anos - como chegou na Argentina, em que todos os generais estavam com

quarenta e poucos, cinqüenta anos - como sobem os demais? Então vêm os problemas da compulsória, da cota mínima da "expulsória," das diversas maneiras de um oficial ser atingido pela "expulsória", para poder-se manter um fluxo e dar oportunidade a outros oficiais. Regular esse fluxo é que é o difícil. Porque se há vantagens, como houve, que se limite o número de anos que um general fique na ativa - o Cordeiro esteve quase quarenta anos como general e hoje o limite é de 12 anos -, em compensação isso faz com que certos chefes de grande valor sejam afastados, ainda podendo prestar muitos serviços. Então, tudo tem os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. Assim, eu prefiro não condenar, apenas citar os fatos e deixar as reflexões para um debate mais profundo, nos lugares adequados. Até onde ir a idade-limite de compulsória? Até onde limitar a promoção?

A.C. - Sempre há uma alocação que vai privilegiar ou os mais velhos ou os mais novos.

A.M. - Exatamente. Atualmente, se não se atinge o número de cotas mínimas de vagas no ano, saem os generais e os coronéis mais velhos. Será que os mais velhos são os melhores? E têm mais saúde do que os mais moços? É a pergunta. É muito difícil.

A.C. - A experiência de um e o vigor de outro... é muito difícil!

A.M. - É difícil. A gente tem que tomar uma decisão e sobre ela se firmar. Esta é que é o meu ponto de vista. Soluções perfeitas não há.

A.C. - Mas então voltemos a dom Hélder. A minha preocupação era saber se o chefe do Estado-Maior tinha autoridade para convidá-lo.

A.M. - Pois é. Ele foi convidar e organizamos toda a cerimônia.

Eu tinha a responsabilidade da organização. No dia 31 de março, o general Portugal estava na sua casa e eu na minha; vamos dizer que a cerimônia fosse às nove horas. Antes das oito, passei em casa do Portugal. Quando eu entrei, ele me recebeu dizendo: Muricy, leia isto." Era um bilhete de dom Hélder para o general Portugal. No dia 31, pela manhã, uma hora e pouco antes da cerimônia, ele dizia: "Por uma questão de consciência, eu achei que não devia celebrar a missa."

A.C. - Em cima da hora?...

A.M. - Sem a menor explicação... Esse bilhete deve estar... comigo não ficou. Mas o sentido era este: por uma questão de consciência ele se recusava a celebrar a missa que estava programada para uma hora depois. Aquilo foi uma bofetada que nós recebemos. Principalmente eu, que me dava com ele, achei que foi desprimoroso uma hora antes ele avisar que não ia celebrar a missa...

Tivemos que tomar providências rápidas, voltar à idéia anterior de pegar o capelão-chefe para celebrar a missa. Felizmente, o capelão tinha formação militar, estava na hora e tudo correu... Mas isso transpirou e durante o dia inteiro se comentou o fato dele ter-se recusado.

A.C. - Inclusive porque ninguém, àquela altura, escondia que era dom Hélder quem ia celebrar.

A.M. - Estava no programa: "Missa celebrada pelo arcebispo do Recife!" E nessa hora em que eu estava com o Portugal explodiu a primeira bomba. Jogaram, do edifício ao lado, a bomba no quintal da casa do Portugal. Ela quebrou várias vidraças e nós corremos, mandamos cercar o quarteirão, mas não se encontrou o autor. E a ação foi imediata. Nessa mesma ocasião - deviam ser oito horas da manhã - nos Correios, ali na Guararapes com a rua do Sol, houve outra explosão. Todo o *hall* dos elevadores ficou com os vidros estilhaçados. Foram duas bombas. E também não se encontrou nada.

I.F. - Ali no edifício dos Correios ainda existia o Círculo Militar?

A.M. - Era onde estava o Círculo Militar.

A.C. - Então foi nitidamente um ato de agressão contra o Exército.

A.M. - Tanto um quanto o outro foram contra a revolução, sendo que na casa do Portugal era para atingir os que estavam lá. O Portugal estava sozinho, a senhora dele estava no Rio de Janeiro. Na casa estávamos nós, com os nossos ajudantes-de-ordens e mais algumas poucas pessoas. Foi uma explosão violenta. Felizmente jogaram a bomba de maneira que ela causou estragos nas janelas, no jardim e no reboco da casa, mas foi toda a parte externa, não houve nada no pessoal. Poderia ter havido.

E então realizou-se a cerimônia. Como eu disse, eu era o homem que falava no rádio e na televisão. Então, nesse dia, à noite, eu estava escalado para falar sobre a revolução, num discurso na televisão. Dei a entrevista falando sobre a revolução e terminei a minha fala citando os casos. Primeiro, a covardia dos atos de terrorismo, que eu não compreendia.

Então disse o que eu pensava, que isso não modificaria o nosso caminho, que estávamos com o caminho traçado e que agissem como agissem, nós não mudaríamos o ritmo nem a direção em que caminhávamos.

Depois disse: "E finalmente, nós temos a lamentar a atitude assumida pela mais alta autoridade católica do Recife, recusando-se, sob um pretexto pueril, a celebrar a missa."

A.C. - O senhor resolveu converter essa posição de fraqueza numa posição de força, censurando abertamente aquela atitude.

A.M. - Eu tinha que esclarecer o povo, porque toda a cidade do Recife sabia da explosão e do não-comparecimento de dom Hélder. Então, eu tinha que dar uma explicação.

Para os terroristas, fui muito incisivo. Para dom Hélder, somente lamentei a atitude tomada em cima da hora, a falta de elegância dele ter-se recusado com um pretexto pueril. Na cidade, todo mundo sabia que quem evitava o choque entre a Igreja do Recife e o Exército era eu. Então, eu ter dito aquilo foi... Depois até me aborreci, fiquei preocupado, fui procurar dom Basílio Penido, que era meu confessor, lá no convento de São Bento, e disse-lhe: "Dom Basílio, eu não sei, tenho dúvidas se eu fiz bem em dizer aquilo na televisão." Dom Basílio disse: "Você fez bem em dizer. No mais, você tem que compreender dom Hélder..." Procurou justificar dom Hélder, mas considerou a minha atitude normal.

A.C. - E, como católico, como o senhor via esse problema? Afinal de contas, dom Hélder era a mais alta autoridade eclesiástica.

A.M. - Eu sempre separo o problema da Igreja do problema do sacerdote. Eu sou da Igreja. O sacerdote pode ser o pior do mundo, mas, quando está investido da autoridade sacerdotal, ele é um sacerdote. Na hora em que ele acaba, é um homem como eu. E no caso especial de dom Hélder, nós tínhamos amizade antiga, tínhamos toda a liberdade de dizer as coisas um para o outro. Eu conhecia muito o homem dom Hélder, além do sacerdote. Há um ano e meio atrás, fui padrinho de casamento no Recife, e quem celebrou o casamento foi dom Hélder. Eu compareci com toda... Não falei com ele, mas tive todo respeito com o celebrante. Quer dizer: eu respeito o sacerdote, mas o homem não. Infelizmente, sou obrigado a dizer que não tenho a menor consideração por dom Hélder como homem, porque ele se mostrou falso, não só dessa vez, como de outras.

Ainda há pouco tempo, a revista *Veja*, o *Jornal do Brasil* ou coisa que o valha, fez um artigo sobre dom Hélder. Nesse artigo, ele declara que eu o teria procurado para falar sobre a célebre missa do segundo aniversário da revolução e que ele teria batido na minha perna e dito assim: "Muricy, cresça e apareça." Isso é mentira! Dom Hélder, bispo, mentiu. Se ele disse isso, ele mentiu, porque nunca mais falei com ele. Desde o dia em que eu o convidei, preparando o caminho para fazer o convite oficial, nunca mais falei com dom Hélder. Então, dom Hélder declarar que eu depois disso fui procurá-lo para conversar com ele e que ele bateu na minha perna...

A.C. - Depois da missa?

A.M. - Ele declarou que depois dos episódios fui procurá-lo no palácio de Manguinhos para resolver o problema, para evitar um choque, pedindo que ele voltasse atrás, e que ele me disse: "Olha, Muricy, cresça e apareça," batendo na minha perna. Está escrito no jornal. Isso foi há quatro ou cinco meses atrás. Isso é mentira. Dom Hélder é um mentiroso, e isso pode ficar registrado: é um mentiroso.

A.C. - Quer dizer que o senhor nunca mais o procurou?

A.M. - Nunca mais o procurei. E mais: em várias ocasiões tenho cruzado com dom Hélder, em aeroportos ou em aviões e ele foge de mim. Sempre com aquele jeitinho, magrinho, miudinho, de cabeça baixa... passa por mim e nem olha. Num avião, ele ficou sentado dois bancos atrás de mim, procurando que eu não o visse... Ele deve ter muita dor na consciência. Eu não tenho a menor dor na consciência. Eu sempre tive atitudes muito claras. E, nesse problema de dom Hélder, eu sofri, porque tive que romper com uma pessoa por quem eu tinha gratidão, pelo que ele tinha feito por minha primeira mulher. Dentro desse drama todo, eu me lembro que ele ficou ao lado da minha mulher, na fase final da vida dela. Ele ia à minha casa dar comunhão à minha mulher. Quando ela morreu ele ficou do lado do caixão, foi ao enterro, fazia um calor louco e ele ficou ali ao lado. Eu não esqueço isso, apesar de tudo. Mas tive que agir, não tive mais condições de falar com ele. Esse era o episódio de dom Hélder.

A.C. - Eu queria perguntar ao senhor sobre esta sua função, justamente nesse período, de intermediação com o Exército e a Igreja. Em que consistia exatamente esse papel de acomodar as coisas?

A.M. - Como eu mostrei, eu já tinha uma ligação muito grande com os meios católicos do Recife e, naturalmente, com os sacerdotes desse meio. E procurava ajudar. Por exemplo, eu apoiava constantemente o padre Fernando Melo - não é o Antônio Melo - que era o vigário de Boa Viagem e muito chegado mim. Eu procurei ajudar o padre Crespo.

A.C. - Em que, exatamente?

A.M. - Em evitar certas explorações. O padre Crespo era muito malsinado, muito acusado. Como o padre Melo, acusado de esquerdismo. Eu não via esquerdismo no padre Crespo, de jeito nenhum. Por isso, eu procurava conter os excessos dos companheiros, porque muitos companheiros vêem o problema de uma maneira diferente e um tanto radical. Eu procurava justamente conter os radicalismos.

A.C. - Às vezes isso é um pouco estereotipado, não é? O fato dele estar ajudando aqueles trabalhadores passava como uma posição de radicalismo.

A.M. - Exato. E eu sempre tive um pensamento completamente diferente. Então, procurava tranquilizar, criar um ambiente favorável ao trabalho do padre Crespo, como fazia com o padre Melo. Inicialmente, procurei ajudar dom Hélder. Depois é que tive que romper com ele e não tomei mais conhecimento. Inclusive, quando houve esse casamento, o pai da

noiva, que era aparentado nosso, disse: "Antônio Carlos, eu quero avisar que quem vai celebrar é dom Hélder." Eu sabia e respondi: "Não tem importância. O sacerdote é dom Hélder. Mas dom Hélder, fora do ato, não existe para mim." Como, de fato: ele ficou ali, eu não falei com ele nem ele comigo, o que foi agradável para todos dois.

E assim termina meu episódio com dom Hélder, com essa última declaração dele, de dois meses atrás. Antes, ele tinha feito outra declaração mentirosa. Disse a um repórter que ele era considerado um homem comunista porque queria agir em favor dos pobres. Disse que eu teria declarado qualquer coisa... coisa que nunca houve! Ele relata uma conversa dele, dom Hélder, comigo, que nunca existiu.

A.C. - Nessa mesma entrevista?

A.M. - Não, numa outra. Tudo isso deve estar no arquivo que eu dei. São dois atos mentirosos. Então, dom Hélder é um bispo, mas o homem é mentiroso. Era isso que eu tinha a dizer. Em memória de minha primeira mulher, não quero dizer mais do que isso.

A.C. - E a política? O senhor já nos sugeriu várias vezes que havia muitos problemas entre o Paulo Guerra e o Exército. Por quê?

A.M. - Paulo Guerra era vice-governador do Arrais. E todo elemento ligado a Arrais era suspeito para o Exército. Até que ponto estaria comprometido com Arrais e com as idéias de Arrais? Dessa maneira, sobre o Paulo Guerra havia uma suspeição. Eu não tinha essa suspeição, porque eu havia tido vários contatos com ele e ele tinha, inclusive no tempo de Arrais, se mostrado firme nas convicções "democráticas". Ele era um politiqueiro tremendo. E era anticomunista, preocupado com os problemas do campo. Aliás, ele era grande fazendeiro, tinha muitas propriedades em Pernambuco e na Paraíba. Era um dos maiores fazendeiros da Paraíba.

A.C. - As fazendas dele eram na Paraíba?

A.M. - As maiores eram. Lá na Paraíba ele tinha duas fazendas imensas. Ele tinha uma grande criação de cavalos de raça, gado de primeira, era um grande fazendeiro. Tinha uma fortuna, muito dinheiro.

A.C. - Tinha indústria também?

A.M. - Acho que não. Não me lembro. O fato é que eu tinha o melhor contato com o Paulo Guerra. E justamente porque conversava com ele, eu sabia que ele, eu sabia que ele absolutamente não era comunista, nem ligado aos comunistas. Mas a oficialidade, que não tinha o contato, guardava sempre a impressão: foi vice-governador do Arrais. Então havia a primeira má vontade. Segundo, quando eu cheguei lá no Recife, o Justino já tinha colocado o Paulo Guerra como governador. O Arrais tinha sido preso e o Justino, sabendo que o Paulo Guerra não era comunista, que era um homem da terra e tudo isso, botou-o como governador.

A.C. - Por iniciativa própria ou consultando o Castelo?

A.M. - Resolução da área. Não sei de quem, deve ter sido do Justino.

A.C. - O senhor acha que não foi decisão da revolução.

A.M. - Não. Foi decisão da revolução da área. Na área, independente daqui, porque tinha-se que fazer a substituição imediata do Arrais, que foi preso no dia 1 de abril. Era preciso que no mesmo momento houvesse um governador. Então, o vice subiu e ficou. Eu procurava prestigiar o Paulo Guerra e principalmente também dizer aos companheiros: "Não é assim, o Paulo Guerra é político. Como político, ele age com a politicagem. Ele quer voto. Mas ele é democrata, ele procura corresponder, inclusive ele é um grande proprietário, não pode estar pensando em comunismo." Eu procurava criar um clima favorável. E assim fui vivendo todo o período, com relações de amizade com o Paulo Guerra.

A.C. - Mas havia descontentamento militar em relação a certas medidas do governo ou era coisa vaga?

A.M. - Era uma coisa vaga. No mais, como político, ele agia politicamente, ou melhor, "politicadamente". Ele tratava do problema do delegado, do problema da professora, nisso ele era mestre. Depois vou contar o episódio da eleição da Arena, em que ele forçou a decisão. Vou mostrá-lo politicamente. Ele era um politiqueiro.

A.C. - E os militares se rebelavam contra isso?

A.M. - Sim. Inclusive, ele apoiava certos elementos porque lhe davam voto. Havia um célebre deputado ou vereador, o Zé Bodinho, que era um grande comerciante em carne de bode - por isso chamado Zé Bodinho - e um grande sonegador de impostos. Mas era protegido do Paulo Guerra, porque o Paulo Guerra queria votos do Zé Bodinho e do pessoal dele. Então, toda a oficialidade ficava indignada, por ver o apoio que ele dava ao Zé Bodinho. Toda essa coisa criava um ambiente contra o Paulo Guerra. Mas por enquanto era só nesse aspecto. Ele sempre me tratava pessoalmente muito bem. Nunca tive queixa dele nem da sua família numerosa. A mulher dele chama-se Virgínia como a minha segunda mulher. Têm 14 filhos, um batalhão de crianças.

E a coisa marchou até que chegou a época das eleições estaduais. Nessa ocasião, um grupo de deputados estaduais resolveu que quem deveria ser candidato era eu. Eu disse: "Não, absolutamente, eu não dou para política. Eu quero ficar no meu canto, como militar, trabalhando aqui. Eu estou produzindo para o Brasil e não quero me fixar." Mas aí começou a injunção: "General, o Nordeste precisa ter em Pernambuco um governo que seja da revolução! O senhor veja o que está fazendo Paulo Guerra... São medidas contrárias... É aquele modo de fazer política que é o aproveitamento da politicagem. É preciso mudar esse estado de coisas. Para isso, é preciso um homem que tenha força e o senhor tem essa força. O senhor é um homem hoje radicado no Nordeste..."

E eu comecei a sentir que, realmente, um homem como eu, independente, completamente despreocupado com o problema... teria uma atuação que poderia se irradiar pelos demais

estados e formar um ambiente capaz de ajudar a revolução no Nordeste. O clima no Nordeste já estava muito mais tranquilo, não havia aquela agitação. Começaram a fazer pressão e chegou um momento em que eu resolvi conversar com os companheiros. Para isso, vim ao Rio de Janeiro.

Procurei alguns amigos e expus o caso. Disse: "Estão querendo lançar meu nome. Eu não desejo, mas os argumentos são esses..." E entre eles o Orlando Geisel disse: "Muricy, eu acho que o seu nome teria essa grande vantagem: realmente, você, para nós, seria uma grande tranquilidade no Nordeste. É um elemento num estado politicamente forte e importante. Tudo que se faz no Recife irradia facilmente pelos demais estados."

Voltei ao Recife e, como a eleição era indireta, pedi que se verificasse a situação dos deputados, qual era a posição a respeito do meu nome. Fez-se um levantamento dentro da Câmara estadual, pelo qual eu teria a maioria quase absoluta, seria uma coisa tranquila. Eu disse: "Mas eu não quero criar polêmica." E eles: "O senhor não cria polêmica. Todos os grupos se unirão em torno do senhor." E eu comecei, de fato, a receber visitas de pessoas que mostravam que a Arena, que era naquele tempo o partido do governo, seria unificada e aceitaria de muito bom grado o meu nome. Aí eu vim ao Rio, procurei o Castelo e expus-lhe o problema. O Castelo não desejava militares nas sucessões estaduais. Ele só perguntou uma coisa: "Muricy, você tem certeza que une?" Eu disse: "As informações que eu tenho são de que realmente o meu nome une a Arena e, principalmente, permite que a revolução se fortaleça no Nordeste." Ele

disse: "Bom, você resolva." Ele não disse nem que sim nem que não. Disse: "Você resolva."

Eu sabia que o pensamento dele era evitar... Nesse momento já estavam sendo lançados os nomes do Justino no Rio Grande do Sul e do Krueel em São Paulo.

Eu voltei para o Recife e, na minha chegada o Paulo Guerra veio conversar comigo. Veio me sondar. Eu fui muito franco com ele e disse a minha posição. Depois, os outros políticos também vieram: os deputados estaduais...

A.C. - O Paulo Guerra veio dar a posição dele ou não?

A.M. - Não, ele veio sondar. Ele não disse nada,...

[FINAL DA FITA 45-A]

A.M. - ... mas, nessa conversa, o Paulo Guerra sentiu que eu não seria um homem para fazer ações políticas em acompanhamento ou reforço a suas opiniões políticas. Eu seria completamente independente. Então, ele resolveu dar um jeito de evitar a minha... Mas não queria ficar em choque com os chefes da revolução. Ele sabia da minha amizade com o Castelo e com o Costa e Silva, que era ministro da Guerra, sabia do prestígio que eu tinha dentro do Exército. Então, ele ficou nesse dilema: ora me fazia festa, ora eu sentia que ele escorregava. Aqueles deputados vinham a mim e queriam saber: "General, o que é que o senhor pensa do problema tal?" Eu sempre dizia: "Penso assim." E isso era muito diferente da política que eles costumavam fazer.

Ao mesmo tempo, dentro do panorama geral brasileiro, havia a intenção do Castelo de não botar militares nos governos dos estados. Mas ele dava a liberdade, não cerceava. Ele não queria que a revolução impusesse nomes. Queria dar liberdade aos partidos para escolherem os nomes. Naturalmente, a maioria da Assembléia sendo da Arena, seria a Arena que iria eleger o governador. Então, haveria uma convenção da Arena para a escolha do nome.

Quando essa convenção estava próxima, a coisa começou a ferver. E apareceram os intrigantes junto ao Costa e Silva. Os intrigantes se chamam, principalmente, Portela e Andreazza. São intrigantes! Eles criaram um ambiente em torno do Costa e Silva, e o Paulo Guerra ficou sem saber o que fazer. Foi conversar com o Costa e Silva, que disse: "Eu não vou forçar o nome do general. Quem for escolhido pela Arena será o escolhido. Eu não tenho interesse que seja o general Muricy ou que não seja." E deu liberdade de ação ao Paulo Guerra, que voltou para o Recife e preparou a célebre convenção da Arena.

Eu tive depois informação de que, na convenção, à medida que o tempo ia correndo, o Paulo Guerra fazia pressão para votarem contra o meu nome. Então, apareceram os nomes possíveis entre os militares: Costa Cavalcanti, Bandeira, que ainda era coronel... Mais tarde, apareceram os nomes do Eraldo Gueiros e, finalmente, do Nilo Coelho, que foi o escolhido.

A.C. - Já é um fato significativo que as candidaturas militares tivessem se multiplicado, porque isso também criava uma certa confusão.

A.M. - E o Castelo não desejava ter nenhum militar. Mas o Paulo Guerra me dizia que sim, e por trás fazia que não. Isso era onde eu não o perdoava.

A.C. - O que me parece um lance politicamente muito aprimorado, foi a multiplicação das candidaturas na área militar, porque isso também confundia bastante. Era o Bandeira e o Costa Cavalcanti...

A.M. - Não tenha dúvida. O fato é que o problema surgiu, mas acabou depois entrando o Nilo Coelho.

A.C. - Mas o Andreazza e o Portela estava provavelmente com interesse no Costa Cavalcanti, não?

A.M. - Não sei, talvez. São muito ligados, são da mesma turma, contemporâneos. Mas o fato é que eles eram contra mim. E eu não sei nem o motivo, porque todos os dois me tratavam muito bem. Mas as intrigas que eles fizeram foram...

A.C. - O senhor, naquela época, era caracterizadamente uma pessoa da confiança do general Castelo.

A.M. - E do Costa e Silva também. Eu era ligado aos dois grupos. Era dos poucos elementos que não era nem de cá nem de lá. Eu, pelo coração, era mais ligado ao Castelo, pelo fato de haver uma amizade mais antiga, não no tempo, mas mais cerrada. Com os companheiros do Castelo, eu tinha uma intimidade que não tinha com os companheiros do

Costa e Silva. Eu tinha muito mais ligação com o grupo do Castelo. Mas era amigo dos dois lados. Tinha toda liberdade com o Castelo e com o Costa e Silva.

A.C. - Mas, falando em bom português, o senhor não era da panelinha deles.

A.M. - De nenhum dos dois, embora fosse amigo. E eles confiavam totalmente em mim. Sempre tive do Castelo e do Costa e Silva as maiores provas de confiança.

Mas aí apareceu, para contemporizar, o nome do Nilo, que ficou. E veio a célebre convenção. O comandante do Exército era o Portugal. E eu tive informação de que os deputados que tinham declarado que votariam em mim iriam voltar atrás e que eu seria derrotado fragorosamente. Alguns me disseram: "Muricy, eu acho que você não deve assistir". Eu disse: "Eu vou assistir de corpo presente."

A Arena se reuniu na casa do Monsenhor Arruda Câmara, que era deputado. A eleição da Arena foi uma farsa, porque, naquela tarde, o Paulo Guerra tinha reunido todos os seus homens e tinha dito, para um, por exemplo: "Você vai votar, em primeiro lugar, no Costa Cavalcanti; em segundo lugar, no Muricy, em terceiro..." para outro tinha dito: "Você vai votar no general Antônio Carlos da Silva Muricy..." Cada um tinha uma forma diferente de apresentar os votos, para poder ser cobrado. E fez a ameaça de perseguir quem não votasse de acordo com aquela chapa. E a perseguição do Paulo Guerra era para arrebentar politicamente qualquer um em Pernambuco.

Então eu assisti esse espetáculo.

A.C. - E como é que o senhor soube disso?

A.M. - Serviço de informações... pessoal ligado, que estava dentro do palácio e que me avisou: "Houve essa reunião, houve isso e vai haver isso." E eu fui assistir. E realmente, foi: "Fulano de tal!" E o fulano dizia: "Voto no general Muricy, no general não-sei-o-quê e no sicrano." O outro mudava a ordem. Cada um votava de uma forma diferente.

A.C. - Mas o voto era aberto?

A.M. - O voto era aberto, público, mas controlado.

A.C. - Mas eu pensei que todos esses detalhes... Isso deveria ser secreto!

A.M. - Não, não! Era secreto... Mas na contagem dos votos é que saía: general Muricy, Costa Cavalcanti e fulano. O outro: Costa Cavalcanti, Muricy e não-sei-o-quê. Outro... Era assim para o Paulo Guerra poder controlar se tinha votado de acordo com ele. Mas isso você tem razão, o voto era secreto.

Naturalmente, isso me chocou, mas eu sabia que ia acontecer. Mandei logo preparar um relatório. Houve uma celeuma na região, o pessoal que já não gostava do Paulo Guerra começou a se agitar. Eu fui novamente obrigado a acalmar o pessoal. Peguei um avião e vim para o Rio de Janeiro. Entreguei o relatório ao Castelo. Eu avisei ao Castelo que vinha ao Rio e houve uma reunião em que estavam ele, o Ernesto e eu. Contei os fatos todos e o Castelo me disse: "Muricy, o que você quer que eu faça?" Eu disse: "Nada. Eu não quero

me confundir com o Justino ou o Krueel. Eles querem, eu não quero. Eu fui para lá para ajudar a revolução, apenas. E se não querem que eu ajude a revolução, eu não vou brigar. Não vou admitir que façam agitação contra a revolução por minha causa!" E ele me disse: "Então volte e veja, porque a área está agitada." Eu disse: "Está, Castelo, mas você pode deixar que eu seguro".

I.F. - Nessa convenção já venceu o Nilo Coelho?

A.M. - Acho que não. Se não me engano, foi depois. O Nilo veio mais tarde como um *tercius*, para equilibrar. Aliás, foi muito bom. Eu gosto muito do Nilo. Ele é um homem que tem grandes qualidades.

A.C. - Isso confirma um pouco essa minha idéia de que a intenção era lançar vários candidatos militares para criar confusão, porque aí já ninguém sabia mais onde estava a revolução.

A.M. - Talvez. Eles procuram, inclusive, jogar uns contra os outros. Como eu não queria nada para mim, eu estava ali somente para ajudar a revolução, eu nunca tive ambições de ser político.

A.C. - De fato, jogaram.

A.M. - E são as circunstâncias que obrigam. Eu é que me iludi, pensando que os políticos pernambucanos quisessem alguém...

A.C. - E, com isso, perderam todos os candidatos militares e entrou o Nilo Coelho. Foi um lance muito hábil.

A.M. - Como lance político, foi. Mas como lance moral, foi uma imoralidade.

Então, logo depois da minha conversa com o Castelo, no mesmo dia ou no dia seguinte, voltei ao Recife. Houve uma reunião no Círculo Militar, onde me ofereceram um almoço. Eu agradei, e um oficial, se não me engano o Sílvio de Melo Calim fez a saudação, mostrando a minha atitude. De noite, uns 15 oficiais foram à minha casa e disseram: "General, nós vamos tirá-lo de lá de qualquer maneira." Eu disse: "Vocês podem ir, eu não posso impedir. Mas vocês se preparem para me enfrentar, porque eu vou estar do lado dele, armado e pronto para atirar em vocês. Então vocês vão atirar em mim e eu vou atirar em vocês. Porque eu não admito que a revolução seja desviada de seu caminho por uma questão de interesse pessoal. Se vocês querem tirar o Paulo Guerra, vão sabendo que vão me encontrar ao lado dele, de revólver em punho para enfrentá-los e matar ou morrer. Vocês resolvam." E eles: "Mas general..." Isso se prolongou na varanda da minha casa até quase meia noite, mas segurei.

Depois o Castelo mandou a Recife o Dilermando Monteiro, que era da Casa Militar, para saber o que realmente tinha se passado. Eu dei todos os dados possíveis ao Dilermando e aí terminou o meu incidente, a minha veleidade política de ser um dia governador. Graças a

Deus não fui. Continuei a minha vida militar e pude completar a minha carreira dentro do Exército.

A.C. - O Costa Cavalcanti talvez também tenha se decepcionado com os resultados.

A.M. - Decepcionou-se muito. Ele sempre falava muito mal do Paulo Guerra. O fato é que ele teve conhecimento, como eu tive, do...

A.C. - Ele foi prejudicado também, não foi?

A.M. - Foi.

A.C. - Ele esperava que, nessas circunstâncias, sendo uma pessoa mais da área política, talvez tivesse...

A.M. - Ele já era político. Era deputado. Eu estava na minha função militar. O Bandeira estava na sua função militar.

A.C. - Quer dizer, ele era um híbrido.

A.M. - Ele se chocou muito e ficou magoado com o Paulo Guerra. Todos os recortes de jornal sobre isso estão no meu arquivo.

A.C. - Em suma, o senhor acha que nesse episódio a revolução saiu tosquiada.

A.M. - Queimou-se um pouquinho. E eu, principalmente, aprendi uma lição: a gente só deve ter ambição, aceitar certas missões - aliás, eu não tive ambição - em que tem certeza que vai se dar bem.

A.C. - Não sei se a sua impressão foi essa, mas tenho a sensação de que para os oficiais, os militares, os generais que fizeram a revolução, num certo sentido era importante se manterem fora desse jogo, porque ficava mais fácil, talvez, interferir.

A.M. - Não. Os meus companheiros achavam que deviam ficar lá para garantir a revolução do Nordeste, porque ninguém acreditava nos homens que estavam lá.

A.C. - Mas sem se imiscuírem nesse jogo político. Dentro do Exército e não fora dele.

A.M. - Não, eles achavam que dentro do governo de Pernambuco eu poderia atuar muito mais.

A.C. - Sim, mas isso não deu certo.

A.M. - Não deu certo, graças a Deus.

A.C. - Não deu certo essa experiência, talvez.

A.M. - Talvez. Quando analisamos os fatos que ocorreram conosco, temos sempre uma certa parcialidade. Naturalmente nós vivemos muito um dos lados do problema. Então, analisamos e observamos aspectos muito pessoais. Eu procurei sempre despersonalizar ao máximo, nesse caso. Mas, mesmo assim, naturalmente, certas coisas ficaram. Por exemplo, cortei relações imediatamente com o Paulo Guerra. Nunca mais falei com ele. Ele esteve muito tempo doente, morrendo de câncer; eu soube que ele, já no fim da vida, condenado, fez uma declaração a meu respeito, dizendo que me apreciava apesar do meu rompimento. Disse que eu tinha sido um dos homens em cujas atitudes ele tinha tido maior confiança e que lamentava ter rompido comigo. Bom, um homem que estava condenado à morte, que já não esperava coisa nenhuma da vida, dizer isso... E eu nunca mais o tinha procurado... Eu não digo que é uma satisfação, mas é uma coisa confortadora. O mais está aí, tudo escrito. Vão ver aí muito recorte de jornal, muita especulação.

A.C. - Quando trabalharmos mais esse material que o senhor nos deu, talvez possamos voltar a algum ponto.

A.M. - Quando examinarem o arquivo, muita coisa vai surgir, complementando essas idéias. Agora é o essencial. E acredito que assim não tenho mais nada para dizer da minha atuação no Nordeste.

Nesse período, o Costa e Silva veio a se desincompatibilizar.

A.C. - Antes disso, eu gostaria de perguntar ao senhor sobre o governo Castelo Branco e essa primeira experiência da revolução.

A.M. - Nesse momento o Costa e Silva se desincompatibilizou. O Castelo, então, chamou o Ademar para o ministério.

Ah, a única coisa que eu disse ao Castelo, quando fui levar o problema da "eleição" da Arena, foi: "Castelo, uma coisa eu peço a você: não saio de Pernambuco. Isso me magoou, mas eu não posso sair de Pernambuco. Vou ficar lá, pelo menos o período necessário para que isso seja amenizado. Enquanto estiver quente, eu fico lá." E foi o que aconteceu. Eu fiquei até o momento em que o Ademar foi para o ministério. E aí ele disse: "Muricy, vou tirar você. Você já está com dois anos e meio, o Nordeste já está calmo, você vem para o Rio agora." E aí eu me preparei para ir para o comando da 1ª. Região Militar. Encerrado o Nordeste.

A.C. - É na Vila Militar?

A.M. - Não, no quartel-general. Na vila é a 1ª. Divisão do Exército.

Vamos, então, ver o problema do governo Castelo Branco. O Castelo era um homem profundamente legalista, profundamente democrata. Ele acreditava na força da lealdade e no poder das idéias. Ele sentiu, como nós tínhamos sentido, já de anos atrás, nos estudos da Escola Superior de Guerra, que havia uma distorção nos problemas de estrutura do Brasil, principalmente na estrutura governamental e política. Nos estudos feitos na Escola Superior

de Guerra, tinha-se chegado à conclusão de que o presidente era um homem mal-informado. Todos os antigos presidentes da República viviam presos pelas informações de seu *entourage* imediato.

Na escola, havia-se levantado a idéia de um órgão de informação para que o presidente pudesse atuar verdadeiramente, sabendo o que tinha que fazer. E esse órgão ainda não tinha um nome. Pensava-se que isso seria uma atribuição da secretaria do Conselho de Segurança, seria um órgão para a coleta de dados e de fornecimento de sínteses ao presidente, para que ele pudesse atuar.

E aí, um dos primeiros atos do Castelo foi a criação, não do SNI, mas de um órgão que tinha um outro nome, anteriormente. E ele chamou o Golberi para organizar. Eu acho que este é um dos pontos importantes da revolução.

A.C. - Quer dizer, esse serviço era uma coisa muito embrionária, pequena... antes de 1964.

A.M. - Era um serviço de uma necessidade fundamental. Entretanto, foi criado num período de revolução, ele foi confundido por muita gente com um serviço de controle, de FBI, de elemento meio policesco, meio... Ameaçavam... "O SNI..." Até hoje ainda tem gente que ameaça com o SNI. O SNI não tem essa finalidade, nem tem a menor atuação nos fatos.

A.C. - Não tem o menor poder executivo?

A.M. - Não tem o menor poder executivo. Sua ação é de informação, não só ao presidente, como aos órgãos de informação de ministérios e órgãos de assessoramento mais altos. Informa aos chefes, aos ministros, para que eles também possam atuar perfeitamente informados. É para quebrar aquela redoma que colocavam em torno do presidente e dos ministros, que ficavam vendo com os olhos dos seus auxiliares imediatos. Então, aparecia aquela figura do ministrinho, o homem que fala em nome do ministro e que decide, muitas vezes, em nome do ministro. Informa mal, intencionalmente ao ministro, para obter certos efeitos. E isso acontecia também com o presidente da República, por mais bem-intencionado que fosse. Se ele é mal-informado, age mal. O órgão de informação foi, então, um dos aspectos que o Castelo introduziu na nossa estrutura.

Quanto ao outro ponto, o Castelo sentiu que havia necessidade de mudar a nossa estrutura. Naturalmente, com seu espírito legalista, ele procurou limitar o seu período. Para isso, ele desencadeou uma série de decretos para reestruturar o Brasil. Se pegarmos os atos governamentais do ano de 1966 até o final do governo do Castelo, quase semanal ou mensalmente havia uma lei, um ato, uma resolução ou um código de processo, procurando, num curto espaço de tempo, reestruturar o Brasil.

A.C. - Inclusive a Previdência Social.

A.M. - Houve o caso da Previdência Social, a criação do Ministério do Interior, cujo primeiro ministro foi o Cordeiro. Mas tinha outro nome, inicialmente.

I.F. - Ministério Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais.

A.M. - Foi. Havia uma porção de órgãos soltos. O número de órgãos diretamente subordinados ao presidente da República era fabuloso. Era preciso dar ao presidente da República liberdade. Se o presidente da República fosse cumprir exatamente as obrigações que lhe cabiam, ele não faria mais nada do que assinar papéis.

Houve, então - não sei se foi no fim do governo Castelo ou no começo do governo Costa e Silva, mas foi preparado no tempo do governo Castelo -, o Decreto-lei n.º 200, em que se reestruturou a parte administrativa do Brasil. Foi um decreto de um valor extraordinário. Não está inteiramente válido quanto à execução, mas o Decreto-lei n.º 200, para mim, é uma das coisas mais impressionantes que a revolução já produziu. Analisado a fundo, ele modifica até mentalidades.

A.C. - Qual é?

A.M. - É o que dá atribuições aos ministros, descentraliza a estrutura administrativa, regula a vida administrativa do país. Foi feito pelo Hélio Beltrão, que foi o chefe da comissão. Agora ele está desburocratizando... O Hélio foi presidente da comissão que trabalhou...

A.C. - É capaz de já ter sido no governo Costa e Silva.

A.M. - O decreto talvez tenha saído, mas os estudos começaram no tempo... Eu acredito que o decreto tenha saído com o Costa e Silva, mas o estudo foi iniciado ao tempo do Castelo.

Eu não me recordo mais, mas me lembro que o número de decretos-lei saído nessa ocasião foi enorme, porque o Castelo queria estruturar.

E aí já se começou a sentir necessidade de uma reformulação na Constituição, que não estava mais adequada ao problema brasileiro do momento. A Constituição de 1946 tinha-se mostrado atrasada. Havia necessidade de modificá-la. O Castelo procurou modificar através desses decretos e depois o Costa e Silva teve necessidade de fazer isso através de um projeto de reorganização, que era o que ele estava pretendendo fazer quando ficou doente.

O outro aspecto do governo Castelo é de ordem pessoal. Ele era absolutamente despreocupado com a sua pessoa. Ele olhava...

[FINAL DA FITA 45-B]

A.M. - ... com independência o seu papel de primeiro magistrado do país. Não queria saber se agradava ou desagradava. A ele o que interessava era procurar acertar. Ele nunca teve um ato que fosse de demagogia, de querer aparecer. Ele era o que era, gostassem ou não gostassem. Esta era a característica do Castelo, e assim ele ficou até morrer: um homem completamente independente. Ele era simples no modo de ser. Na vida familiar, absolutamente simples. Quando eu chegava lá, a primeira coisa que ele dizia era: "Muricy, tem canjiquinha." E eu ia pegar canjiquinha lá com a Romana.

Esses são os aspectos do governo Castelo que eu acho fundamentais.

A.C. - Foi uma reestruturação da ordem administrativa, econômica...

A.M. - Foi... E depois, o estabelecimento da hierarquia. O Castelo tinha um certo modo de agir. Por exemplo, chegava um chefe qualquer - naturalmente, todo mundo se achava com responsabilidade na revolução e desejava consertar o país -, e ia conversar com o Castelo sobre o problema lá do Nordeste. E começava: "Ah, porque o Paulo Guerra, porque o João Agripino, porque não-sei-quem..." o Castelo ia ouvindo e dali a pouco perguntava: "E lá o seu comando? Como é que vai? E como vão fulano e sicrano?" Quer dizer, ele puxava para a área da responsabilidade do interlocutor e abandonava os assuntos que não diziam respeito a esse interlocutor. Ele botava cada um no seu respectivo lugar. Ele só se abria num meio muito íntimo. Se não tivesse inteira liberdade, ele não conversava sobre assuntos que não fossem...

A.C. - Mesmo nesse episódio da sua candidatura, ele foi muito sóbrio, não é? Não disse absolutamente nada.

A.M. - Muito sóbrio. Ele ouviu e só disse: "Você tem certeza que une?" Eu disse: "As informações que eu tenho são..."

A.C. - No fundo foi uma advertência que ele fez ao senhor: "Não se iluda!"

A.M. - Mas ele não fez pressão para... Quem fez pressão foi, indiretamente, o Costa e Silva, pela ação do Andreazza e do...

A.C. - Aí no caso não foi pressão contra o senhor, foi apenas uma advertência.

A.M. - No caso do Castelo, foi uma advertência. Ele não desejava, mas também não queria prejudicar. Ele somente alertou. Talvez ele tivesse outras informações que eu não tinha naquela ocasião, de que os políticos não queriam meu nome. Esse é o episódio. Os pormenores são muito difíceis de coordenar depois. E assim termina a minha temporada. Há alguma coisa mais sobre o Castelo?

A.C. - Eu quero conversar ainda sobre muita coisa do governo Castelo, um pouco com base nos problemas que o senhor já levantou. Ficou muito fixado na minha memória a sua observação de que, uma vez terminada a revolução, nos primeiros dias de abril de 1964, sentiu-se imediatamente que os militares estavam convencidos da necessidade de uma cirurgia na vida política brasileira. Quer dizer: não era mais possível arriscar aquelas experiências de 1955, nem de 1961... Havia uma espécie de consenso difuso na oficialidade militar de que era preciso realmente levar adiante a solução desse problema. Realmente o senhor fez uma observação que me parece das mais importantes e elucidativas de todo o período iniciado em 1964. Parece-me que, por peculiaridades muito pessoais - e todas elas talvez até num sentido muito exaltante para o general Castelo Branco -, o Castelo, de uma certa forma, se encontrava dissonante desse projeto. Ele acreditou e tentou um diálogo muito grande com o meio político.

A.M. - Como homem que vinha pensando no problema há muito tempo, também ele chegou a conclusão de que não era possível consertar as coisas em tão pouco tempo. Tanto que ele limitou a dois anos o seu mandato, depois deu, a contragosto, mais um e disse que depois disso não queria mais continuar. Ele estava convencido de que naqueles dois anos não haveria tempo de consertar o país, mas que naquele período o Brasil deveria ficar nas mãos dos militares. Disso, ele estava convencido. Se ele pusesse em funcionamento a máquina política, não sairiam os atos que modificaram o Brasil.

A.C. - Certo, mas o que eu quero dizer é que ele, no fundo, foi sendo convencido aos poucos e, num certo sentido, talvez tivesse uma visão menos profunda dessa cirurgia do que a de outros setores. Digamos assim: uma tentativa permanente de dialogar com o Congresso, de resolver os problemas através da Arena, de evitar os militares em postos de governo...

A.M. - Aliás, diga-se de passagem, havia os partidários de se fechar o Congresso, de se fazer uma ditadura clara. Mas sempre a maioria tranqüila achou que o Congresso era uma válvula, por vários motivos: primeiro, porque era um meio de haver debates; segundo, porque era um meio de se discutir certos aspectos. Além disso, mostrava-se para o exterior que o Brasil tinha um Congresso funcionando, que a ditadura militar não era uma ditadura militar na acepção americana de caudilho, de um chefe personalista. Esse foi um cuidado extremo que houve até hoje na revolução. Todos os grandes chefes militares fizeram questão de que as eleições dos presidentes tivessem uma forma de apoio parlamentar e que esta forma atingisse periodicamente os chefes militares, para que não houvesse continuidade.

Então, eu digo nessas minhas palestras que a grande característica da revolução brasileira é ela não ter um chefe carismático, e sim uma série de chefes, todos eles desprendidos, havendo uma passagem de bastão que mostra que não tem ninguém querendo ser ditador. Os chefes militares eram absolutamente contra um ditador. O governo foi forte, mas não foi militar, na acepção normal de governo militar, aquele em que os militares atuam em todas as áreas do país.

A.C. - Mas o senhor disse que houve quem quisesse isso.

A.M. - Principalmente os civis.

A.C. - O senhor pode falar sobre esse assunto?

A.M. - Um deles era o Carlos Lacerda. Era francamente partidário de uma ditadura militar, logo de início.

A.C. - E como é que ficava o nome dele para a presidência?

A.M. - Ele julgava que os militares o queriam.

A.C. - Julgava que ele seria o eleito natural.

A.M. - Estava certo disso. Depois ele rompeu com o Castelo e... engraçado, o Castelo desejava o Lacerda. Numa das vezes em que eu vim com minha mulher ao Rio de Janeiro, fomos jantar no Laranjeiras e no meio da conversa... Virgínia, como toda mulher brasileira, faz perguntas indiscretas, virou-se para o Castelo e disse: "Presidente, como é que o senhor agüenta o Carlos Lacerda?" Ele disse: "Mas não, dona Virgínia, ele faz jogo de platéia... Isso que ele diz é para poder atender ao pessoal que quer que ele diga isso, mas depois ele vem falar comigo e é outra coisa. Ele é diferente." Mas ele se mostrou francamente um admirador de Carlos Lacerda, apesar de todo o ataque que Carlos Lacerda de vez em quando fazia. Depois a coisa cresceu e houve o rompimento. Mas me lembro bem desse jantar, em que Virgínia fez uma pergunta direta.

Eu estou convencido de que o Castelo tinha um sonho: fazer do Lacerda o seu sucessor.

A.C. - Mas quando o senhor diz que o Lacerda desejava isso - e eu acho que o senhor tem toda a razão -, o senhor tem evidências de que realmente ocorreu isso, esse desejo...

A.M. - Eu assisti a várias conversas com grupos de militares em que ele disse: "O que é preciso é uma ditadura!" Ele era francamente partidário de uma ditadura: "Não pode é continuar! É preciso fazer uma ditadura para mudar tudo." Eu não sei se ele queria uma ditadura com ele... ou sem ele, mas queria uma ditadura. E a ditadura só não foi feita porque os chefes militares de maior responsabilidade se opuseram completamente. Então, o Brasil teve um governo forte. Dizem: "Ditadura." E eu digo: "Não, governo forte, dirigido por militares, sem ser um governo militarista, sem ser um governo militar," porque o Castelo e todos nós queríamos botar cada um na sua função e dar força aos civis.

18ª Entrevista: 04.05.1981

A.C. - General, antes de ser promovido, o senhor foi transferido para o Rio de Janeiro, em 1966?

A.M. - Em setembro, o ministro do Exército já era o marechal Ademar, que tinha sido chamado pelo presidente Castelo. Já tinha havido espaço de tempo suficiente para acalmar aquela situação, depois da minha fracassada - e felizmente fracassada - indicação para o governo do estado. E deu-se a vaga da 1ª. Região Militar, no Rio de Janeiro. Eu já estava há dois anos e meio fora do Rio, o Nordeste estava tranqüilo, conforme o compromisso que eu tinha tomado com o Castelo, e fui nomeado então para a 1ª. Região Militar.

Saí de Recife em setembro e vim assumir aqui no Rio. Esse período da 1ª. Região Militar foi muito curto, porque já no fim de novembro fui promovido a quatro-estrelas e nomeado para o Departamento Geral do Pessoal. Assim, minha passagem pela 1ª. Região Militar foi de muito pouca atuação.

A.C. - O general de quatro estrelas comanda exércitos e departamentos?

A.M. - Ou chefia departamentos, podendo ainda exercer a chefia do Estado-Maior do Exército ou, esporadicamente, do EMFA, ou o comando da Escola Superior de Guerra, se couber ao Exército o comando, porque a Escola Superior de Guerra e o Estado-Maior das Forças Armadas é comandado por rodízio entre as forças. Então, quando o comando toca ao Exército, é de um general de quatro estrelas.

A.C. - E as diretorias?

A.M. - Há as diretorias que são de general-de-divisão e há as que são de general-de-brigada. Geralmente há diretorias e há subdiretorias. As subdiretorias são sempre de general-de-brigada. As diretorias podem ser de general-de-divisão ou general-de-brigada. Além disso, há os casos das vice-chefias dos departamentos e do Estado-Maior, que são de generais-de-brigada. Há os subchefes do Estado-Maior do Exército, que são generais-de-brigadas, há os chefes de gabinete dos quatro-estrelas que são generais-de-brigada. Há ainda a possibilidade da chefia do gabinete do ministro ser de general-de-divisão.

A.C. - De que dependem as diretorias? Do EMFA...

A.M. - Há os quatro exércitos. Os departamentos têm um certo número de diretorias e subdiretorias. Cada departamento tem um número... Por exemplo, no Departamento Pessoal há a Diretoria de Movimentação, a Diretoria do Pessoal da Reserva... Eu me recorde que, quando estive lá, eram nove ou dez órgãos subordinados. O mesmo se dá no Departamento de Produção e Obras, no Departamento de Ensino... Então, cada departamento tem as suas diretorias.

A.C. - Eu pergunto isso porque, quando conversamos sobre o Ministério da Guerra na época do Canrobert, havia uma série de funções ligadas ao problema de transferências...

A.M. - Exato, e eu me ligava a essas diretorias, porque eu era o encarregado do pessoal.

A.C. - Então, qual a ligação entre o Departamento Geral do Pessoal e o Ministério da Guerra?

A.M. - O Departamento Geral do Pessoal é subordinado ao Ministério da Guerra. O oficial-de-gabinete encarregado faz a ligação por baixo, aquela ligação que muitas vezes o ministro precisa fazer, um contato ligeiro, essas coisas de preparação, de estudos, para evitar que a toda hora o chefe do Estado-Maior e o ministro precisem estar juntos. Às vezes, há coisas que os oficiais subordinados a um e a outro podem ir preparando com o conhecimento de ambos os chefes.

A.C. - Quer dizer que tudo é ligado ao Ministério da Guerra, menos a Escola Superior de Guerra?

A.M. - A Escola Superior de Guerra é subordinada ao EMFA.

A.C. - Quer dizer que dentro dessas funções de general de quatro estrelas só a Escola Superior de Guerra e o EMFA...

A.M. - ... é que estão fora, não estão subordinadas ao ministro do Exército.

A.C. - Daí aquele problema com o Mamede?

A.M. - Exatamente. Essa é que foi a causa que serviu de pivô ao problema do 11 de Novembro.

A.C. - O senhor promovido...

A.M. - Automaticamente tinha que ter uma função de quatro estrelas: ou seria comando do Exército ou seria chefia de departamento. Seria o normal. Eu fui para uma chefia de departamento. O Departamento do Pessoal é muito trabalhoso... Depois, assunto de pessoal é uma coisa que cansa. Eu já tinha estado no gabinete do Canrobert tratando desse assunto. Eu ainda fui dizer ao Ademar: "Tem tanta coisa..." Ele disse: "Alguém tem que sofrer... você é quem vai para lá."

A.C. - E o senhor estava realmente muito bem preparado para essa função.

A.M. - No tempo do Canrobert eu tinha estado ligado ao assunto de pessoal. E mais: como comandante de Artilharia divisionária, de divisão, de região, eu tinha muito contato com esse problema de pessoal e realmente estava trazendo uma experiência que valeu muito para o exercício da minha função. Por exemplo: quando houve a guerra, nós tivemos que trabalhar junto com o Exército americano e utilizar certas coisas dele. O americano precisava especializar muito os oficiais e os sargentos, porque ele precisava transformar um civil num militar e então tinha que dar funções bem precisas. Como isso, criaram-se no Exército americano e depois no Exército brasileiro as qualificações militares para sargento: o sargento burocrata, o sargento de motor... Mas no fim viu-se que havia especialização excessiva. Quem estava na tropa sentia que o transplante das qualificações militares para o Exército brasileiro deu um excesso de compartimentação. E havia coisas assim: o sargento de artilharia de costa era só para artilharia de costa, o sargento de artilharia antiaérea era só para artilharia antiaérea; no entanto, há uma porção de funções que podem ser executadas por um sargento de artilharia, na costa, na campanha, na antiaérea etc. Então, esta foi uma das coisas que fiz quando fui para o Departamento de Pessoal: provoquei a organização de uma comissão do Departamento do Pessoal do Estado-Maior do Exército - porque era ele o órgão encarregado de levar a proposta ao ministro - com mais outros elementos de alguns órgãos subordinados, para reexaminar a questão das qualificações militares, ou seja, as QMG e as QMP (qualificação militar geral e qualificação militar particular). Comecei este trabalho no Departamento do Pessoal e completei-o quando fui para o Estado-Maior, porque aí eu é que teria que levá-lo para o ministro. E, realmente, as mais de 140 qualificações militares foram reduzidas para 31 ou 32. Ainda à última hora, quando o então coronel Coelho Neto, que hoje está comandando Minas e que era chefe da minha 3ª. seção,

me levou o projeto, eu disse: "Coelho Neto, corta mais esta e esta." Ainda na última hora cortei duas qualificações.

I.F. - General, durante a guerra houve necessidade de uma série de modificações no Exército. E essas modificações não voltaram atrás, terminada a guerra? Continuaram?

A.M. - Muitas continuaram.

I.F. - Parece que o Exército americano inovou, mas voltou atrás, terminada a guerra.

A.M. - Em algumas coisas sim, em outras não. Nós aproveitamos o que o Exército americano fez e muita coisa perdura até hoje.

I.F. - Em momentos de crise, vem a necessidade. Mas depois, voltando ao normal...

A.M. - É a célebre Lei de Parkinson: a gente cria os órgãos e depois vai deixando... Então, há uma macrocefalia, de que eu já falei. Tudo isso também aconteceu e ainda acontece no Exército brasileiro. Ainda há uma porção de órgãos que foram criados durante a guerra, que ainda existem e que podem ser cortados. Eu disse isso em carta ao chefe do Estado-Maior, quando ele era o general Samuel e eu já estava na reserva. O general Samuel teve a idéia de aproveitar a experiência dos ex-chefes de Estado-Maior e então pediu a opinião de todos nós que estávamos na reserva. E entre as coisas que eu mencionei está este excesso de órgãos que deixaram de ter um valor efetivo. Dois ou três órgãos, por exemplo, podem ser reunidos num só. Isso perdura e é um vício de toda a administração brasileira, não só no Exército. É também no Exército.

A.C. - A situação paradoxal é esta: nos EUA, esta especialização excessiva foi um fator de êxito, na Segunda Guerra, mas depois talvez tenha sido um fator de fracasso na guerra do Vietnã, por exemplo.

A.M. - Não!... Isso é outra coisa! Não, não, não! Uma coisa não tem nada com a outra. O problema do americano é que depois do fim da guerra, ele desmobilizou a sua tropa. Na desmobilização, naturalmente, foram eliminados os órgãos que deixaram de ser necessários. Mas o Exército americano passou de duzentos mil para setecentos mil homens. Depois passou para seis milhões de homens. Então, quando a guerra acabou e veio a desmobilização, ele teve que mandar gente embora. E nós praticamente fizemos a remessa da FEB sem aumento do efetivo. O aumento de efetivo foi mínimo. Então, não se sentiu essa necessidade eliminar órgãos que tinham sido criados. São condições diferentes.

O Exército americano, no início da guerra, em 1939, tinha de duzentos mil a trezentos mil homens.

A.C. - Quantos temos agora?

A.M. - Não chegam a duzentos mil. Mas o Exército americano foi aumentando progressivamente e passou de trezentos mil homens para seis milhões. Isso é algo

fenomenal, organizar um Exército com esse efetivo, com a eficiência que os americanos tiveram. Isso aconteceu porque havia um núcleo central no Exército americano, no qual fazia parte aquele homem que eu sempre exaltei, o Trusdel, na Escola de Leavenworth. Esse núcleo contava com homens que tinham grande visão e puderam estruturar o Exército de maneira que ele cresceu sem se transformar numa coisa amorfa, e sim numa força disciplinada, capaz de enfrentar os exércitos alemães, que eram os melhores do mundo. Isso é uma coisa extraordinária. A mobilização americana é uma coisa que honra os Estados Unidos em matéria de organização.

A.C. - Não sei se nós podemos passar a conversar um pouco sobre o governo Castelo Branco. O senhor mostrou com muita clareza, ao falar da Revolução de 64, que essa experiência consolidou nos militares a convicção de que era preciso mudar a organização política do país, que era preciso que os militares assumissem o controle político, até que a longo prazo a ordem política se estabilizasse em outros moldes, diferentes daqueles que tinham...

A.M. - Então veio o desejo de que os militares assumissem a responsabilidade, para evitar a volta permanente aos problemas que aconteciam quando os políticos retomavam o poder.

A.C. - Essa visão que o senhor nos mostrou é majoritária no Exército, talvez?

A.M. - A grande maioria dos chefes militares tinha. Os chefes militares de maior responsabilidade tinham... Não me recordo, mas talvez uns dois ou três mais intransigentes queriam fazer propriamente uma ditadura, como queria o Carlos Lacerda, como queriam outros políticos. Mas a maioria não queria e por isso é que deixaram o Congresso e as válvulas necessárias: a Justiça funcionando... Fez-se um governo forte, sem ser ditatorial. Foi um governo forte. Chegou, devido às circunstâncias, a ter em certas áreas uma atividade excessiva do ponto de vista democrático, mas suficiente para poder evitar os excessos de uma ditadura. E o general Castelo, que era profundamente democrático, procurava controlar os companheiros. Tinha muita força moral e procurou evitar os radicais. Há aquela frase célebre, que todo mundo conhece: sem os radicais não se faz a revolução, mas com os radicais não se pode construir uma democracia. E é verdade: há sempre os radicais. E mais tarde vamos ver isso nos problemas do AI-5 e da doença do Costa e Silva: são os radicais que surgem e que vêm até hoje.

A.C. - Exatamente. Isso dá a impressão de que a Revolução de 64 teve dois componentes, três talvez. Um era esse que o senhor citou há pouco, os radicais que queriam um ditadura...

A.M. - Mas entre os elementos de responsabilidade, os mais graduados, esses radicais eram em número limitado.

A.C. - Mas eu acho que mesmo aí havia uma certa divisão, que foi se aprofundando. Outro componente era daqueles como o general Castelo, que eram civilistas, no sentido de pensar em devolver o poder aos civis...

A.M. - Mas a maioria pensava assim. Mas havia também os que...

[FINAL DA FITA 46-A]

A.M. - ... queriam o governo radical: o Afonso Albuquerque Lima, que morreu agora; o Augusto César Aragão; outros que estão na reserva; o grupo dos radicais, ligados a mim, inclusive. Aqueles homens com quem eu vim falar naquela ocasião em que houve o choque do Castelo com o Costa e Silva eram todos radicais.

A.C. - Eles estavam em posição de comando importantes?

A.M. - Não. Não estavam e por isso mesmo não puderam impor as suas idéias. Mas deram problemas internos no Exército. Depois vamos ver principalmente na questão da doença do Costa e Silva.

A.C. - O general Castelo teve uma posição que parecia ser contra a corrente. De início, o próprio Ato Institucional nº. 1 previa cassações até junho de 1964. Então, havia nitidamente uma intenção de sanear aqueles quistos janguistas etc. e, uma vez resolvido esse problema, devolver o poder aos civis...

A.M. - Era a idéia.

A.C. - Mas isso não foi possível. Eu acho que o general Castelo Branco foi percebendo isso muito devagar.

A.M. - Porque o problema da eliminação das cassações é muito delicado. Eu fiz parte do Conselho de Segurança. Surgem os casos mais diferentes, às vezes criando dificuldades futuras. Por exemplo, durante o período em que fiz parte do Conselho de Segurança e em que houve algumas sessões de cassação, para cada caso era apresentado um dossiê a respeito da proposta. Esse dossiê variava desde o problema subversivo ou anti-revolucionário, digamos assim, até os problemas de ordem moral. O Conselho de Segurança tem todos esses dossiês. Eles não surgiram agora. Na questão da anistia, não foram apresentados os motivos da cassação. Houve muita gritaria: "Ah, porque foram cassados sem razão, sem..." Não. Para todos havia uma base. Mas até era melhor para os anistiados que não tivessem os motivos publicados, porque para muitos eram questões políticas, mas para outros não eram questões políticas, eram questões morais e até de honradez pessoal, corrupção. Esta era a maior classe.

A.C. - Quer dizer que essas cassações foram realmente coordenadas e decididas pelo Conselho de Segurança Nacional?

A.M. - O conselho é que estudava. Os casos eram levados ao conselho. Naturalmente, eram os órgãos de informação que reuniam os elementos. Fazia-se uma sindicância para cada

caso e um dossiê era entregue ao conselho, que examinava e propunha a medida ao presidente que, depois de examinar o caso, propunha a medida ao Conselho de Segurança.

A.C. - E quem é que encaminhava o caso ao presidente?

A.M. - A própria secretaria do conselho, cujo chefe era o chefe da Casa Militar.

A.C. - E esses casos eram levados ao conselho pelos órgãos de informação recém criados...

A.M. - Pelos órgãos de informação, naturalmente como resultado de informações de toda as áreas, das áreas civis e militares e de diferentes lugares do Brasil.

A.C. - Não era o Ministério da Guerra que encaminhava.

A.M. - Não... Eram todas as áreas, não só dos ministérios militares como dos ministérios civis e mesmo das entidades particulares. Vinha denúncia de todo jeito. A chuva de denúncias... uma barbaridade! Discernir no meio de um cipóal o que há de verdade e o que há de intriga...

A.C. - Houve muita vingança pessoal, não foi?

A.M. - Muita! Então, procurar separar o joio de trigo era um trabalho imenso. Essas coisas é que obrigaram a prolongar as cassações, que o Castelo desejava terminar cedo e viu que não podia, porque os casos surgiam em todo o Brasil. As denúncias vinham e era preciso apurá-las. Mas lá para o conselho, só subiam os casos que, pelo parecer dos órgãos de informação e do conselho, eram provados.

A.C. - E paralelamente a isso funcionavam as comissões de inquérito.

A.M. - As comissões de inquérito foram morrendo aos poucos. Nos inquéritos também havia muita denúncia falsa... Com os resultados das comissões de inquérito eu não tive contato. Eu estava nessa ocasião lá no Recife e não tive maior informação sobre o aproveitamento ou não desses resultados pelo governo.

A.C. - A impressão que se tem é que foi muito pequeno. O que se chegou a provar realmente foi muito pouco.

A.M. - Não... Muito. E o que se provou foi depois submetido ao Conselho de Segurança. É o que eu digo: naquela massa de acusações, um mínimo ficou comprovado e esse mínimo subiu até o conselho, para fazer as cassações.

A.C. - Quer dizer, no fundo, o Conselho de Segurança absorveu...

A.M. - Absorveu para poder fazer uma filtragem, para deixar passar com seriedade os casos que eram julgados na área propriamente política de subversão, na área de corrupção ou na área moral, por que havia muitos casos morais. Muitos.

A.C. - Isso também não foi uma maneira de absorver os coronéis? Esses coronéis das comissões de inquérito muitas vezes ficaram com poderes muito grandes.

A.M. - Não, não. Isso dependia muito dos chefes em cada área. Quando o chefe tinha uma atuação mais forte, ele continha os excessos de baixo. Quando não tinha, os excessos de baixo subiam e o ultrapassavam. Isso é normal em qualquer lugar. Os órgãos de segurança, dada a natureza do seu serviço, adquirem muita força e tendem a fazer um certo excesso. Então, é preciso ter muita atenção, porque às vezes eles fogem da mão e é preciso segurar, evitar os excessos. Este é o trabalho maior, que até hoje ainda se nota que é preciso fazer.

A.C. - Quer dizer que, no fundo, essa tentativa de alijar os civis, porque eles eram incompetentes, naquele momento, para gerir aquela passagem de uma ordem populista para uma ordem mais estável, se resolveu o problema por um lado, criou outro problema por outro, na medida em que se politizou o Exército e isso gerou uma série de problemas.

A.M. - Não, não. O Exército, com a revolução, naturalmente se politizou. Não é este o fato. Para se fazer uma revolução, é preciso dar uma consciência aos militares, aos oficiais, aos sargentos, aos soldados: dar a consciência de que é preciso mudar o quadro político. Então, é preciso esclarecer. Mas não é fácil fazer as forças armadas voltarem aos poucos às suas funções, para que fiquem novamente imunes à política. Agora é que está se começando a fazer isso e ainda de vez em quando há um ou outro que se excede.

A.C. - E o senhor acha que o caminho natural seria esse? O refluir dessas coisas?

A.M. - Em toda parte. Agora mesmo nós estamos vendo o caso da Espanha, onde houve aquela tentativa de golpe. É assim em toda parte onde há uma modificação, uma revolução. Durante algum tempo os elementos que fizeram a revolução se julgam um pouco responsáveis, um pouco donos da revolução e querem continuar a atuar nesse sentido. E este é o trabalho da liderança, da chefia: depois ir colocando cada um, pouco a pouco, no seu lugar. Não se podem criar problemas, porque aí as questões geram situações imprevisíveis. Nós vamos sentir isso na doença do Costa e Silva.

A.C. - Mas antes disso, eu acho que ficou bem claro que na alta liderança militar havia duas posições quanto à maneira de conduzir, pelo menos tentar conduzir, essa transição. Uma seria a do Castelo Branco, que imediatamente declarou querer respeitar o prazo de cassações em junho de 1964 e defender eleições diretas à presidência da República e aos governos dos estados. Nenhuma dessas duas coisas foi possível, a médio prazo.

A.M. - E aí sempre há divergências. Eu acho, por exemplo, que naquele momento - como ainda hoje - o problema da eleição direta para presidente é um perigo no Brasil. Em toda a minha vida não vi uma eleição direta de presidente que não trouxesse conturbação no Brasil. Eu assisti o Bernardes, o Washington Luiz, as outras eleições, o problema do Juscelino... Tudo isso trouxe perturbações e, principalmente, ameaças de revolução, de choques, algumas vezes até trouxe revoluções. Então, eu acho que a forma, que é democrática, de eleição indireta do presidente da república é muito melhor para o país. Que

seja com um colégio eleitoral assim ou assado, isso é outro problema. Há uma porção de soluções: se é pelo Congresso, se é por um quadro especial, isso aí não quer dizer nada. O que eu acho é que não se pode fazer a eleição direta para presidente, porque cada eleição dessas são meses, para não dizer anos, de subversão.

A.C. - É um trauma político.

A.M. - Brutal!

A.C. - E nesse caso, o parlamentarismo como prega o ministro Afonso Arinos seria uma solução?

A.M. - Eu não tenho experiência, e a que houve não foi válida, pelas circunstâncias. Então o parlamentarismo pode ser uma solução, mas eu tenho dúvidas. Nós temos uma orientação presidencialista, uma tradição presidencialista. O próprio Império era um parlamentarismo, mas um parlamentarismo pelas circunstâncias. Não era arraigado no espírito do povo brasileiro.

A.C. - Porque tinha um imperador.

A.M. - Eu não sou pelo parlamentarismo nem pelo presidencialismo. Não sei o que será melhor, mas uma coisa eu garanto: é que a eleição direta para presidente normalmente, no Brasil, leva a uma situação que pára o país inteiro... leva para a luta. E com uns certos aspectos... Meus filhos são jovens, não têm experiência e então começam a discutir comigo. Eu digo: "Uma coisa eu pergunto a você: você diz que escolhe diretamente um presidente. Não. Você escolhe entre dois ou três nomes que os partidos escolheram. Você não pode botar um homem qualquer. E também um homem qualquer não pode se apresentar como candidato. Ele é candidato de um partido e cada partido faz a sua fofoca, estuda os seus interesses e nomeia, indica um, de acordo com os interesses do grupo. Então, cada partido apresenta um nome e você não tem liberdade, a não ser a de escolher entre A e B, indicado pelos partidos. E você pode não gostar nem de um nem de outro." É o caso daquela eleição lá no Recife, na qual eu disse que votei em branco, primeira e única vez na minha vida. Era entre um homem tido como comunista, o Arrais, e o outro tido como corrupto, o Antônio Pereira. Então eu escolhi um ou outro? O povo de Pernambuco escolheu um ou outro? Não. Os partidos escolheram um e outro pelos interesses eleitorais, pela sua capacidade de vencer. Porque tem mais isso. O homem é escolhido não pelas suas qualidades, mas pelo seu poder de voto. E o poder de voto nem sempre é conseguido de uma maneira...

A.C. - O senhor quer dizer que não há uma democracia interna.

A.M. - Não, perfeita não há.

A.C. - Nos Estados Unidos, embora não se possa dizer que seja uma democracia perfeita, há um pouco dessa tentativa, fazendo-se as prévias etc.

A.M. - Também não há, e a prévia é uma eleição indireta. É para que dentro do partido se escolham dois ou três nomes. Mas como é que se escolhe? Por exemplo, agora, havia o Reagan de um lado e o Carter do outro. Se um terceiro quisesse aparecer, não poderia. Então, é essa coisa que eu digo: pensar que o povo escolhe... O povo escolhe entre os homens que foram escolhidos. É diferente. Eu escolho o homem. O homem que no Brasil é o melhor é o professor fulano de tal. Então eu vou votar nele. Mas não é assim porque se o professor não for do partido e não for escolhido pelo partido para ser o candidato do partido, ele não pode ser escolhido por mim.

A.C. - O senhor tem toda a razão! Eu acho que realmente existe esse problema. Mas transferindo para a ótica militar, o problema também fica no nível do alto comando. Quem é que escolhe?

A.M. - Eu não quero que seja o alto comando que escolha.

A.C. - Digamos agora, por exemplo, que existe toda essa discussão - por incrível que pareça - da sucessão. Quem é que se vai escolher?

A.M. - Eu acho que deve haver um colégio eleitoral, que eu não sei qual é. Uma coisa eu garanto: tem que ser um colégio eleitoral representativo da sociedade brasileira e não dos partidos brasileiros. Os partidos são facciosos. Ponha a sociedade, ponha as entidades de classe representativas, ponha as entidades culturais. É preciso que o Brasil esteja representado nesse colégio, mas representado fortemente em todos os setores da vida brasileira, e não apenas da vida política. Este é que é o problema. Eu acho que a eleição para presidente da República pode ser...

A.C. - O senhor recupera um pouco aquela idéia corporativa dos anos 30, que já foi uma tentativa de resolver os problemas depois da revolução de 30.

A.M. - Mas ali foi diferente também. Aquele corporativismo já foi tendendo ao socialismo. Já foi diferente. Agora, não. O que eu acho é que o colégio eleitoral, qualquer que ele seja, deve ser representativo da sociedade que vai ser dirigida pelo presidente, e não apenas dos partidos políticos. Os partidos políticos devem ter um peso forte, porque eles são os defensores de ideologias, de idéias políticas. Pelo menos deviam ser, na realidade não são. Excepcionalmente, o Partido Comunista é, o partido não-sei-que é. Mas o resto são partidos que se formam em torno de homens. No Brasil o PDS se formou em torno da figura do presidente da República; o PMDB se formou em torno da oposição ao governo da revolução, o PP se formou em torno da figura do Magalhães Pinto e do Tancredo Neves, O PDT em torno da figura de Brizola... Assim, os partidos brasileiros são de base personalista. Tudo isso está errado. Como mudar? Só lentamente. Primeiro, com honestidade, jogando as ambições fora, fazendo lutar pelas aspirações legítimas. Mas isso não existe, não é fácil.

Então, não tenho paixão por nenhuma fórmula. Acho que toda fórmula de escolha tem seus pontos fracos e seus pontos fortes. Na minha opinião, o presidente da República no Brasil, na forma como o país está estruturado neste século, deve ser escolhido em uma eleição indireta. E deve ser uma eleição indireta porque, neste século - e estamos em 1981 -, em

toda eleição, vi choques e, pelo menos, tentativas de convulsões e de golpes. Não vi uma eleição tranqüila.

A.C. - Naquele período logo depois da revolução, os civis que participaram desse consenso de libertar o país do populismo, mas que esperavam competir no processo eleitoral para presidente da República, imediatamente ficaram muito decepcionados, como foi o caso do Lacerda, etc.

A.M. - Ficaram porque eles se julgavam herdeiros. E não foram herdeiros.

A.C. - Os militares não queriam arriscar mais um confronto.

A.M. - Não era só arriscar. Nenhum homem reúne as simpatias gerais, sempre tem grupos a favor e grupos contra. E assim, todos eles tinham um grupo. Entre os chefes civis da revolução, havia aqueles que eram favoráveis e aqueles que eram contra. Não há nunca unanimidade em torno dos homens. Havia os favoráveis e os contra o Castelo. Em torno do Costa e Silva havia os favoráveis e os contra, e assim em torno de Magalhães Pinto, de Carlos Lacerda, e... para falar nos dois...

A.C. - Digamos que as três lideranças civis da revolução, que eram os governadores Lacerda, Magalhães e Ademar, foram... prejudicadas.

A.M. - Mas o Ademar era acusado de um porção de coisas. Uma porção de gente dizia: "Para fazer a revolução, o Ademar serve, mas para construir, não serve." Havia acusações muito sérias: aquela tremenda campanha anterior do "rouba mas faz". Isso tudo pesa na escolha dos nomes. O problema político é muito difícil. E quando eu vejo um indivíduo se extremar, radicalizar, eu digo: não pode... vamos procurar a melhor solução dentro das possíveis, porque perfeitas não há. Aliás, não há em coisa nenhuma, principalmente nos problemas sociológicos. O problema sociológico não tem solução perfeita.

A.C. - Como foi a crise do AI-2? Essa realmente dividiu o Exército.

A.M. - Dividiu. Era ainda a luta dos radicais e dos não-radicais. Havia o choque dos elementos que queriam prorrogar a revolução e dos que achavam que a revolução devia logo ser substituída. Havia aqueles que achavam que o Castelo devia terminar os dois anos e ir embora, mas a maioria sentia que o Castelo precisava continuar para poder estruturar o Brasil e que não havia tempo ainda, em dois anos isso não tinha sido possível.

A.C. - Aliás, era um ano, não era, general? Porque 1965...

A.M. - Mas um era começo e o outro era fim do ano. Eram quase dois anos. Tudo isso gerava uma situação de radicalização. Mas os radicais estavam querendo continuar a revolução, apesar de tudo. Naquela ocasião, por exemplo, houve a questão da eleição do Negrão de Lima aqui, do Israel lá em Minas. E havia uma campanha do pessoal

normalmente ligado ao Lacerda, que era um radical. Então o pessoal queria impedir de qualquer maneira as posses do Negrão e do Israel.

A.C. - O Lacerda ficou nessa posição de querer uma eleição direta para presidente em 1965, mas não querer consagrar os nomes dos partidos em 1964.

A.M. - Porque ele era principalmente ambicioso. No Brasil formou-se essa vontade e isso criou raízes dentro do Exército. Havia e há ainda gente radical dentro do Exército. Então, criou-se um clima. Eu não tenho conhecimento de causa, porque eu estava no Nordeste. Lembro-me de ter vindo - já contei isso - aqui conversar com esses meus amigos radicais.

A.C. - Quem eram eles?

A.M. - Eram esses que vieram conversar comigo - O Caracas Linhares, o Hélio Mendes, naquela ocasião direta ou indiretamente o Chico Boaventura, o Barbosa de Moraes, a quem eu quero muito bem -, esse pessoal que tinha mais liberdade comigo e que representava a ligação com o meio radical.

A.C. - Todos gerais?

A.M. - Não. Eram coronéis, que estavam recebendo influência e querendo fazer... E eu mostrava que não podia ser assim, que eles tinham que ter paciência. Eu dizia: "Mas tudo tem o seu momento. Tem o momento de fazer e tem o momento em que a gente tem que se modificar. É preciso entender." Realmente, senti que havia uma radicalização muito grande. O Costa e Silva, com quem eu conversei numa das vindas, justamente logo depois daquele discurso na Vila Militar, me disse: "Muricy, aquele meu discurso evitou que houvesse uma reação dentro do Exército." Eu não tenho como comprovar isso. Quando eu vinha ao Rio, eu ia sempre ao ministério conversar com o Costa e Silva e ao Laranjeiras conversar com o Castelo e seus auxiliares diretos, que eram o Ernesto Geisel e o Golberi. E lá no Laranjeiras, não havia essa impressão de um movimento que estivesse para eclodir. Já dentro do ministério, a opinião era de que havia uma situação para eclodir num movimento de reação, se não fosse feito um prorrogamento, uma nova ação.

A.C. - Tentava-se evitar esse confronto em 1965.

A.M. - Havia o desejo, aí sim, indiscutível. Porque esses meus auxiliares, que eram homens ligados a mim e que confiavam em mim, vieram falar comigo. Vieram traduzir o ponto de vista de um grupo do Exército ao qual eles estavam ligados. Então, realmente existia esse pensamento, mas isso seria suficiente para provocar um movimento? É a interrogação que eu ponho e que não sei como responder, porque eu estava fora.

A.C. - É impressionante também essa questão geográfica. Essas pessoas que tinham influência, que demonstravam seu descontentamento, estavam sediadas no Rio.

A.M. - Porque eram pessoas que estavam mais perto das duas autoridades.

A.C. - Quer dizer, o senhor, tendo sido uma autoridade militar destacadíssima no movimento de 1964, pelo fato de estar em Pernambuco se mantinha à margem?

A.M. - Eu só sabia dos fatos porque me informavam, mas eu não podia entrar na ação a não ser vindo ao Rio, como eu fazia. Quando eu sentia que o problema estava tomando um certo vulto, eu vinha ao Rio. Nunca fui de grupos e me dava com todas as áreas. Eu reunia o pessoal, falava com um, com outro, dizia claramente meu ponto de vista e mais: claramente informava ao Castelo e ao Costa e Silva.

A.C. - E o senhor ouviu de outras amizades suas a posição favorável a eleições etc?

A.M. - Todo mundo, todo o pessoal mais ligado à democracia, ao grupo do Castelo... Porque aí estavam formados os dois grupos. O grupo do Costa e Silva era muito mais radical. Complicava o Costa e Silva, embora tivesse também gente - inclusive ele, pessoalmente - que não fosse radical. O Costa e Silva não era um radical, absolutamente. Mas junto do seu gabinete havia muita gente radical. Eu sabia disso porque aquele major Pais já tinha sido chamado para o gabinete do Costa e Silva. E ele era um homem chegado a mim, se abria comigo e contava as coisas.

Uma coisa eu garanto: é que eu torci pelo AI-2, pela necessidade de dar mais tempo para o Castelo fazer alguma coisa. Eu sentia que o Castelo era o chefe militar capaz de consolidar a democracia e não via nos elementos militares de prestígio capacidade para isso. Embora tivesse vontade, não tinha a força. Quisessem ou não, naquele momento, apenas dois chefes militares podiam ter atuação: Castelo e o Costa e Silva.

A.C. - Estas foram as lideranças naturais.

A.M. - Foram as lideranças que surgiram depois da revolução e que permaneceram até a eleição do Costa e Silva. Isso aí é uma coisa que a gente tem que reconhecer: não havia outra saída. O Costa e Silva - um homem de trato mais simples do que o Castelo, que não era um homem fácil -, fazia com que o pessoal radical se juntasse mais ao Costa e Silva. Já o Castelo, com um temperamento mais forte e com convicções democráticas muito claras, anteriormente bem expressas, impedia e lutava. Daí a luta de *entourages*.

A.C. - Afinal, o Castelo foi vencedor, no sentido de que deu posse aos governadores eleitos por voto direto.

A.M. - Mas para isso ele teve que ceder em outras áreas, inclusive dando o AI-2, o que foi uma quebra. Mas eu torci que houvesse, naquela ocasião. Embora eu seja um homem de convicções democráticas, naquele momento eu achei que era uma necessidade.

A.C. - Fechava-se uma válvula e abria-se outra...

A.M. - É por isso que eu digo: a gente pode ter idéias,...

[FINAL DA FITA 46-B]

A.M. - ... mas tem que ter o sentimento do momento, e o momento exigia. No momento, se isso não fosse feito, o Brasil poderia entrar em convulsão e, entre uma convulsão e uma forma conciliatória, eu preferi essa forma conciliatória. É toma lá dá cá, mas não cria o caos. O importante era evitar o caos.

A.C. - O AI-2 teve conseqüências muito sérias na área política, sobretudo na área da UDN.

A.M. - Houve o problema com o Milton Campos, que era um homem sério, de convicções democráticas imensas, mas também sem visão real. O Milton Campos era um sonhador. Os sonhadores são muito bons para lançar teorias, mas não para dirigir. O Milton Campos teve erros muito grandes do ponto de vista pragmático, de vida, de ministério...

A.C. - Como o senhor vê esses erros?

A.M. - Eu não me recordo em detalhe, mas me lembro que muitos de seus atos foram de sonho, de utopia. Ele estava num mundo diferente do Brasil. Ele estava num Brasil diferente daquele que existia. Este é que é o problema do Milton Campos. Eu tenho uma admiração imensa por ele! Mas ele não vivia a realidade brasileira.

A.C. - Mas esse não era o problema, em geral, da UDN?

A.M. - Não. Havia na UDN desde os sonhadores até os pragmáticos em excesso como o Carlos Lacerda.

A.C. - Quando fala nos sonhadores, o senhor pensa naqueles constitucionistas, naqueles que prezavam a lei acima de tudo?

A.M. - Exato. Há homens que são sonhadores, continuam sonhadores e morrem sonhadores. Não vêem a realidade. O político, na verdadeira acepção, compreendendo a política como a arte do possível, é um homem que tem que conhecer a realidade, para ser o possível. Se a política é a arte do possível o indivíduo tem que sentir até onde o que quer é possível. E depois transigir sem ultrapassar o ponto que leve ao caos. O político não deve nunca criar o caos, porque depois não se sabe como sair dele.

A.C. - Essa arte do possível obriga muito a concessões.

A.M. - Daí se dizer que a arte da política é difícil. É preciso um homem bem-informado. Só os bem informados podem agir nessa arte. Daí a necessidade dos políticos terem contatos com gregos e troianos e de todas as áreas.

A.C. - Para um homem como o senhor, que tem muito arraigado na sua formação militar a idéia de legalismo, de autonomia do Exército em relação à política, foi uma aprendizagem muito dura chegar a esta constatação?

A.M. - Foi, mas aos poucos a gente vai chegando, sem saber como. E chega um momento em que a gente toma uma decisão. Na hora que toma a decisão, aí tudo fica fácil. O difícil é decidir, é duro. Sair da lei é uma decisão duríssima para um militar.

A.C. - E depois que sai... as decisões são mais difíceis ainda.

A.M. - Sentir que é a hora de voltar atrás também... porque encontra-se reação do próprio meio onde o indivíduo está agindo, porque agir fora da lei vicia.

A.C. - A sua experiência leva o senhor a achar que essa tarefa de reordenamento da sociedade brasileira, da ordem política, está cumprida ou não?

A.M. - Nunca está cumprida. Nunca os fatos sociais são perfeitos. São sempre incompletos. O que se pode dizer é que analisando friamente este século, o Brasil já melhorou muito. É porque cada um olha o quadro, não olha o cinema. Vá para o cinema. Quando meus filhos começam a discutir comigo - e eu gosto de discutir com eles - eu sempre digo: "Meus filhos, vocês estão vivendo este momento. É preciso comparar este Brasil com outro Brasil." Então eu começo a contar o que eu vi. Hoje eu comparo o Brasil com o Brasil que era. Há muita coisa para fazer, muita coisa errada, mas já mudou muito!

A.C. - Seus filhos rebatem?

A.M. - Meus filhos estão sempre contra mim.

A.C. - Como sempre... os filhos estão sempre contra.

A.M. - Sempre... em matéria política, então, os mais velhos estão sempre... Há uma greve de professores, estão sempre do lado do professor. Há uma greve no ABC, estão sempre do lado dos grevistas, e eu estou sempre contra os grevistas. Eu digo: "Não posso compreender greves em serviços essenciais. Não posso entender que um sacerdote, que é o professor, possa fazer greve. O que eles querem? Não querem nada", então temos discussões homéricas.

I.F. - A candidatura Costa e Silva também foi um momento delicado, não foi?

A.M. - Esse foi um problema que surgiu naturalmente. Teria que surgir. Eu já contei a passagem do Cordeiro lá pelo Recife, a carta que eu escrevi para o Ernesto e o Golberri, a reação dos dois contra o Costa e Silva, que não gostava deles. Eu já contei que o Costa e Silva disse: "Não é tanto o Ernesto, mas é aquele seu amigo Golberri..."

A.C. - Mas foi uma candidatura que um ano antes, em janeiro de 1966, já estava perfeitamente firmada.

A.M. - É como agora. Não se está pensando já na sucessão de Figueiredo? Figueiredo ainda tem três anos e tanto pela frente. Já estão pensando, porque sempre estão jogando para o futuro.

A.C. - Porque as regras do jogo não estão bem definidas e isso dá um medo generalizado. Então, as pessoas acham que resolveu com os nomes.

A.M. - Não, não acredito que seja medo generalizado. É ambição generalizada. Basta ver, nesse momento, que se estão fazendo candidaturas aos governos dos estados, o número e a qualidade dos candidatos que estão surgindo. Um estado como São Paulo tem, pelo menos, uns seis candidatos. Na minha terra, no Paraná, há pelo menos uns cinco. Aqui no Rio já aparecem dois ou três. E dentro de cada partido há dois ou três candidatos - em cada partido.

A.C. - Mas o senhor não acha que há uma falta de liderança civil nesse país hoje? Como o senhor diz, de qualidade de liderança.

A.M. - Líder é uma coisa muito difícil de se achar. Eu considero que líderes há muito poucos. O líder tem que reunir um grande número de condições. E realmente ainda se sente falta de homens que possam transmitir confiança a seus concidadãos. A característica principal do líder é a confiabilidade na sua ação e, principalmente, nas suas qualidades. É aquela condição que o indivíduo aceita, mas aceita porque é preciso. Mesmo com os defeitos, é preciso fazer. Esse é o líder, este é o chefe? É aquele homem que merece o apoio, apesar de errar? Esse é líder?

A.C. - O seu depoimento foi um grande ensinamento como é que se formam as lideranças militares. Todas as passagens, todo o aprendizado longuíssimo, que vem desde praticamente a formatura, passando pelas funções de tenente, de capitão... A liderança é um exercício contínuo. Na ordem civil esse processo também não seria longo e difícil?

A.M. - Na realidade isso, teoricamente, deve surgir nas câmaras de vereadores, passando pelas assembleias estaduais, depois pelo Congresso, pelo exercício de cargos públicos. Esta também é uma formação no meio civil. No meio civil, o indivíduo que exerce uma função hoje de prefeito, de vereador, amanhã vai ser secretário municipal ou estadual. Então, ele vai alargando a sua experiência e vai se impondo aos subordinados. Há elementos civis que se impõem, porque exercem a função irradiando confiança. Ainda não puderam transmitir completamente ao país essa condição, e às vezes até tem qualidades de liderança. Mas o líder não é só o homem que tem condições, é aquele que tem capacidade de influir no meio. É preciso que as circunstâncias também façam com que ele possa surgir.

A.C. - E essa indefinição da ordem política deve ser um fator perturbador da formação de líderes, porque não há regras. Não se sabe se as eleições vão existir ou não vão...

A.M. - Uma coisa é: não há líderes? Não, há. O que há é que não há líderes ainda em condições de galvanizar a opinião pública. Ainda não surgiram. Amanhã, um desses homens que estão sendo falados para isso e para aquilo podem se desenvolver e aparecer.

A.C. - Não sei se o senhor concorda comigo, mas eu tenho a impressão de que as pessoas mais capazes, as mais brilhantes, as mais inteligentes não se interessam muito por fazer política, porque é um jogo muito difícil, atualmente.

A.M. - Porque a política no Brasil é malsinada. E é malsinada porque os próprios políticos permitem. O político brasileiro pensa em voto. Muda de partido porque esse partido não tem a votação necessária para ser eleito. Há falta de convicção. Esse homem, para poder se firmar, não está jogando idéias, está jogando a capacidade de influir nas massas. É o tal negócio, a gente vê os homens que estão fazendo barretadas para os operários. A gente vê coisas absurdas.

Vou contar um fato real. Eu ainda estava na Escola Superior de Guerra, na altura dos anos 1953, 1954, e houve uma conferência a respeito dos problemas da orla marítima. Ficou evidenciado o caos no problema trabalhista, devido à demagogia do governo getulista: os favores dados à estiva, ao pessoal que trabalhava no porto, aos marítimos e por aí fora. Esses problemas foram apresentados e, já naquela ocasião, a escola detectou uma área de grande sensibilidade e de grande número de erros. Passaram-se os anos e eu estava no Nordeste comandando a região. Como eu disse, todo mundo vinha a mim. E o representante do Lloyd Brasileiro lá no Nordeste veio pedir a minha intervenção junto ao governo brasileiro, sabendo que eu era amigo do presidente, porque os problemas da orla marítima ainda eram os mesmos que tinham sido apresentados na Escola Superior de Guerra.

Os tempos passaram, fui para a reserva. Existe a Companhia Docas de Imbituba, da qual sou presidente. Há no Nordeste uma salineira que é usuária de transporte marítimo, e eu verifico estarrecido que tudo continua da mesma maneira. Então, há o seguinte episódio real: o Brasil acaba de criar *roll-on/roll-off*: embarque de caminhões nos navios para fazer um misto de transporte aquaviário e rodoviário. A estiva está lutando e vai ganhar, para ver o camarada botar o caminhão dentro do navio. Mais nada. A estiva quer que o homem do caminhão seja dela e os donos da carga não querem, porque os homens da estiva não sabem manobrar aqueles grandes caminhões, com 30 t, e botá-los lá num canto do navio. É um absurdo o camarada chegar no porto, entregar o caminhão para um homem que não sabe manobrar, que vai arrebentar o caminhão e que não vai sofrer nenhuma penalidade porque arrebentou o caminhão. Tudo isso é uma luta. E a estiva ganhou, isto é, os homens da estiva ganham para olhar.

Existe na área portuária da estiva os consertadores de carga. No tempo em que se transportavam as cargas em sacos, havia sacos que furavam, e os consertadores eram encarregados de costurar os sacos. Hoje o trigo, a soja, o milho, o carvão etc., são carregados a granel, por esteira, jogados dentro do navio e o achego, ou o rechego, como eles chamam, é feito. Pois bem: a estiva ganha por um consertador de carga. A demagogia é tão grande que ninguém conseguiu mudar isso até agora.

Ainda hoje, existe um caso grave: as horas extras. Isso é de ontem. As horas extras dos estivadores são pagas em dobro: 100%. Então, o indivíduo retarda as oito horas

regulamentares para poder pegar mais uma ou duas horas que paguem duas ou quatro. É isso que acontece no cais. Além disso, há os bagrinhos. E sabem o que são os bagrinhos? O estivador sindicalizado tem direito ao trabalho, mas se ele não comparece, pode indicar alguém para fazer o serviço. Então, os estivadores não comparecem, botam o pessoal que faz efetivamente o serviço e recebem uma gratificação por não fazerem nada. E mais: eles não podem ser demitidos, a não ser que faltem trinta dias seguidos. Eles faltam 29 dias, no trigésimo comparecem.

Foi feito um expediente para modificar esta situação. O ministro da Marinha apoia esse expediente, através da sua Diretoria de Portos e Costa, mas o Ministério do Trabalho é contra. Isso acontece agora, com o atual ministro da revolução, Murilo Macedo. Eu ponho logo nome nos dois bois, porque é uma vergonha. Murilo Macedo quer ser governador de São Paulo, quer voto. É a tal coisa do voto. É onde eu digo: não é possível. Onde se pensa em pegar voto de qualquer maneira... A área marítima é assim. Havia há pouco tempo o vexame. Sabem o que era? Era um estivador carregar um vaso sanitário. Como ele passava na orla do cais com um vaso sanitário na cabeça, recebia o extra pelo vexame. Esta é a orla marítima. E como estas, há uma porção de coisas, que a demagogia não permite que se movam. E mais: nesse momento ninguém tem força.

Não há uma reunião anual da Associação de Portos em que eu não diga textualmente: "Enquanto houver consertador que não conserta, houver não sei-o-quê que não faz, enquanto for necessário manter guarnições duplas nos navios brasileiros, não há possibilidade de termos navegação de cabotagem."

A.C. - O senhor está ligado a isso?

A.M. - Estou. Na minha empresa eu tenho: primeiro, um porto, onde os problemas surgem; segundo, sal para embarcar. E então, estou ligado às empresas de transporte.

A.C. - Qual é sua empresa?

A.M. - Sou presidente do conselho da Nora-Laje. É uma empresa que tem forjaria, águas sanitárias, produtos químicos, sal; fora disso, paralelamente, fora a Nora-Laje, mas dentro do grupo Francisco Catão, há o porto de Imbituba, o problema de terras em Santa Catarina e aqui no estado do Rio...

A.C. - Catão é uma família do Paraná?

A.M. - De Santa Catarina, de Imbituba. Era a antiga organização Laje, do Henrique Laje.

A.C. - É um grupo que exporta muito?

A.M. - Não, nós exportamos, com dificuldade, o sal. O sal brasileiro que nós produzimos quase não pode ser exportado porque o preço brasileiro de transporte é tão alto que tira a competitividade internacional. O preço do transporte marítimo é tão alto que o caminhão traz o sal de Mossoró e Macau e vem vender aqui competindo com o navio.

A.C. - E isso tudo por problemas da estiva?

A.M. - Não, não é só da estiva. Há os problemas da estiva, das vantagens dos marítimos e mais ainda dos impostos que surgem pelo caminho. Então o caminhão vem vender no Rio de Janeiro o sal mais barato do que o transportado por navio. E mais: as condições atuais estão indo de tal maneira que se espera que logo o caminhão possa chegar ao Rio Grande do Sul.

A.C. - Com todo o preço da gasolina, mesmo assim...

A.M. - Ainda é vantagem trazer o caminhão de sal do que embarcar o sal no navio. Estas são as distorções na orla marítima, que são detectadas, conhecidas e que ninguém resolveu. Estas coisas estão aí penduradas e dentro do quadro político não se resolverão. Só com ação de força. E para ação de força, no momento, não há capacidade. Não se fez anteriormente, não se faz mais.

I.F. - O senhor acha que dentro de um regime mais aberto esses problemas se agravam?

A.M. - Só se agravam. Porque existe o problema demagógico do voto. É onde eu digo: o mal do político não é a sua capacidade, é o desejo de ter votos. E este desejo faz com que os políticos não queiram perder os votos da área trabalhadora. Então começam a cercar os trabalhadores. Mas isso aí é um desabafo, que precisava...

I.F. - O senhor estava falando ainda há pouco da questão de liderança. O senhor não acha que, num momento de crise como nós atravessamos agora, corre-se um sério risco de aparecer um líder desconhecido, que ninguém sabe como é?

A.M. - Sempre há esse perigo. Em todo período de agitação, há o perigo, principalmente nos períodos de caos. E justamente por isso é que eu sempre lutei contra o caos. Em toda a minha atuação na revolução fui contra o caos. Eu apoiei o AI-2 porque era preciso evitar o caos. Apoiei o AI-5 porque era preciso evitar o caos. Lutei a favor do Médici, na doença do Costa e Silva, porque era preciso evitar o caos. Todo o problema no Brasil é evitar que haja o caos. Se na hora do caos surgir um líder carismático, de qualidades violentas, um radical, ele leva o Brasil à desgraça. Isso é o que leva aos Mussolinis e aos Hitlers. São os líderes radicais nos momentos de crise. Hitler surge na Alemanha depois da República de Weimar, quando há o caos na Alemanha. É preciso um homem, e o homem que surge é Hitler. Na Itália, surge Mussolini. E assim a gente vê que todos esses períodos de caos geram líderes extremados. É sempre um perigo.

I.F. - E há a possibilidade dos velhos líderes também. Jânio Quadros, por exemplo...

A.M. - Não terá mais expressão, porque... Agita, mas não terá mais condições.

A.C. - Por que o senhor acha que ele não tem mais condições?

A.M. - Porque há o descrédito. É um homem que perdeu... Há muita gente que ainda quer o quanto pior melhor. Para essas pessoas, a volta do Jânio será boa. Mas os homens de critério, de equilíbrio, não querem mais voltar a ter um chefe que não tem formação moral, porque o que ele fez com o Brasil não é admissível em um chefe.

I.F. - E o Jânio já é conhecido. O pior é se vem um completamente desconhecido.

A.M. - Isso é um perigo.

I.F. - O senhor acha que nós estamos atravessando uma fase em que pode surgir uma situação assim?

A.M. - Acho que não. Ainda não sinto isto. A agitação brasileira atual é muito pequena. Cada um sente mais o problema que está próximo. E eu gosto muito de olhar os problemas que já passaram, os que eu vi. Eu assisti a muita agitação no Brasil. Acompanhei a agitação dos anos 20 para cá. Isso que está hoje aí é remanso. Não vejo. Há discussão, falação, mas não vejo isso, absolutamente. Procurem abrir as páginas do jornal de outras épocas. Aí, sim, vejam o que estava acontecendo no Brasil. Nesse momento há uma porção de coisas e tal...

I.F. - Se pensarmos que estamos com uma inflação de 130%, acho que a calma é enorme... Em outras condições isso já tinha explodido.

A.M. - Não acredito em explosão, mas estaríamos pelo menos numa agitação imensa.

A.C. - Com uma inflação de 90%, o Jango não se agüentou.

A.M. - Mas com o Jango não foi só isso. Foi também a inoperância e a agitação esquerdista crescente no seu governo. Ele era um homem despreparado, não tinha condições de governar. Inclusive, os homens que ele levou, ele mesmo os derrubou. Ele não teve condições de manter os homens de valor. Esses homens quiseram consertar, mas o *entourage* dele era tão fraco e tão capcioso que fez com que ele tirasse os homens de bem. Ele teve alguns homens de bem, de grande capacidade no ministério. E derrubou esses homens pela pressão. Esta é que é a verdade.

A.C. - Eu queria voltar aos ensinamentos de 1961. O senhor nos mostrou que um dos resultados da crise foi convencer as pessoas mais lúcidas de que era preciso um trabalho junto à opinião pública, uma operação, digamos, psicológica. A esquerda trabalhava com esse tipo de coisa, os comunistas sabiam muito bem como fazer isso e era preciso que o outro lado também aprendesse como conquistar as mentes. Eu fico pensando se o saldo negativo desses anos de revolução não terá sido essa incapacidade de vencer as eleições. No fundo, é isso que nos está impedindo de ir para o caminho da institucionalização, da política com mais segurança, mais tranqüilidade. Cada vez em que se coloca o problema de uma eleição, há um impasse, como o senhor diz. A busca do voto, o desejo do voto, leva a caminhos que não são os desejáveis. No fundo, isso foi uma derrota da revolução: sua incapacidade de conquistar as pessoas, a opinião pública, digamos.

A.M. - O problema é difícil. Realmente, a revolução não fez um trabalho perfeito de conquista da opinião pública. E não fez, primeiro, porque não se estruturou para fazê-lo. O Castelo tinha pavor a propaganda. Getúlio criou um Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que funcionou realmente como um meio de divulgação de sua pessoa e de seu governo. Castelo não organizou. Quando se criou o SNI, todo mundo falou que era um novo DIP. Não foi um novo DIP. E quando, dentro do Planalto, se organizou o Serviço de Imprensa, o cuidado dos chefes da revolução, dos presidentes da República, foi evitar a formação de um novo DIP. E agora mesmo, a Secretaria de Comunicação acabou de ser extinta pelo presidente Figueiredo, porque a nós, militares, repugna um DIP. Nós não temos...

[FINAL DA FITA 47-A]

A.M. - Ao mesmo tempo, a imprensa brasileira não sabe fazer um trabalho de divulgação tranquilo. É o que eu digo: erros há; mas saldos positivos, na minha opinião, há, e em maior quantidade. Então, um trabalho bem feito mostra o que há de errado, o de certo e o saldo. Isso não é feito. E, como sempre os saldos negativos são mais gritantes, é muito mais fácil falar mal da inflação do que dizer que o Brasil exportou vinte bilhões de dólares. É muito fácil explorar os fatos quando há um aumento de preços e a inflação leva a dona-de-casa a cortar gêneros, a deixar de comprar aquelas pequenas coisas supérfluas, gostosas - é um doce para o filho, é uma fruta - e a ficar com o arroz, o feijão e a carne, e às vezes até a cortar a carne para ir para outra coisa. Isso muito mais fácil.

E o governo realmente não tem a propaganda. Mas eu digo: prefiro que seja assim, apesar de tudo. O governo em si não deve ter uma preocupação eleitoral. Os homens do governo podem ter e devem, porque são também políticos. Eles têm que viver a realidade brasileira, e têm que lutar, porque é uma eleição que está sendo feita nos diversos estados. Mas o governo central tem que evitar transformar-se exclusivamente em cabo eleitoral da revolução, pensando já no futuro. Essa coisa é difícil. Realmente, eu não sei dizer. Prefiro que seja assim, apesar das dificuldades. Inclusive, eu acho que, no meio de tudo isso, ainda se sente que há saldos positivos.

A.C. - Eu me lembro que houve uma tentativa de operar com a opinião pública, acho que no governo Médici, com o Otávio Costa: propaganda na televisão...

A.M. - O Otávio Costa procurou fazer isso - e fez muito bem - para exaltar a revolução. Ele fez um trabalho muito bom. O encarregado disso era o Otávio, um homem inteligente e que conhece o assunto. Então, sem haver um órgão específico, ele atuava. É a tal atuação indireta, que pode ser feita e que cria uma imagem melhor do governo. Entretanto a situação econômica e financeira era outra. Permitia fazer isso. Neste momento, não há como fugir aos fatos de que existe uma inflação de 120% e de que todo mês a coisa se agrava.

E mais, neste momento em que há um aumento salarial semestral, nós estamos começando a fazer uma análise profunda das empresas do nosso grupo para vermos quais são os elementos que podem ser eliminados da estrutura para economizarmos pessoal. Então, dentro em breve, vamos começar a reduzir os quadros, porque não podemos pagar periodicamente aumentos sempre muito elevados para um número muito elevado de funcionários. Vamos procurar reduzir o número de funcionários para o estritamente necessário, evitando o mal de Parkinson, que existe também em todas as empresas.

A.C. - E o acréscimo no preço do produto não compensa esse acréscimo da mão-de-obra?

A.M. - Se eu aumento a mão-de-obra em 40 ou 50%, se os insumos básicos são aumentados em 40 ou 50%, o produto final deve ter um aumento de custo da ordem de 30 a 40%. O pessoal entra mais ou menos em 30% - às vezes vai a 60% e às vezes a 80%, conforme o tipo de produto. Esse aumento nem sempre é absorvível pela população. Temos que fazer um aumento progressivo e há o controle de preços pelo governo. Então há casos como este que vou relatar. Nós temos uma indústria de água sanitária. A água sanitária é embalada em frascos de polietileno. O polietileno começou a subir, subir, e a água sanitária estava tabelada pelo CIP. Chegou um momento em que o custo ultrapassou o preço de venda. Agora conseguimos tirar a água sanitária do CIP. Mas não podemos pegar o preço... Temos que diluí-lo pelo tempo. Então, fizemos um preço que vai permitir que estejamos zerados no começo do ano que vem, talvez em janeiro de 1982, para começarmos a ter lucro a partir dali. Então vamos tapar o buraco que ficou por causa da CIP. Esses são os problemas que temos na empresa.

A.C. - Mas se houver a realocação de recursos, a mudança do formato da garrafa, isso aí muda a qualidade também, não é?

A.M. - Nós tentamos tudo, mas se diminuirmos a quantidade de polietileno na garrafa, ela fica mole, começa a vazar, arrebenta a caixa. Então temos um prejuízo maior. Há uma espessura mínima que não se pode mudar. É uma barbaridade. Os problemas que a indústria tem, no Brasil são brutais. Nós estamos com um prejuízo, por causa desse descompasso. Agora não, já estamos recuperando.

I.F. - O Senhor concorda com os que dizem que a indústria está muito mal, mas que os banqueiros estão bem?

A.M. - Eu acho, porque o banqueiro trabalha sempre com uma mesma margem . O banqueiro consegue o dinheiro a um preço x e empresta a um preço x mais qualquer coisa. Então ele está sempre com uma margem, qualquer que seja o preço do dinheiro. Se ele obtém o dinheiro a 4%, empresta a 6% e ganha 2%. Se o dinheiro for caro, ele empresta mais caro; se for mais barato, ele empresta mais barato, mas sempre com uma margem, e a indústria não tem como. A indústria tem que comprar, não pode fechar, aumentar seus preços indiscriminadamente e se fizer isso, entra na falência. Se o empresário quiser vender não tem quem compre. O banqueiro, eu acho, tem muito mais margem para se defender. Não é que não haja também alguns bancos que estejam mal, mas os bancos é que são mal-

administrados. Os bem-administrados estão ganhando dinheiro. Todo mundo quer ser banqueiro, eu também quero.

L.H. - Voltando ao governo Castelo, ainda gostaria de conversar com o senhor sobre a transição Castelo-Costa e Silva. No fundo, houve alguns civis, talvez aqueles que se consideravam presidenciáveis, que ficaram hostis à continuidade da revolução. Mas houve uma parte da classe política que apoiou o general Costa e Silva, como o Daniel Krieger, que tinha uma posição importante no Congresso. Como foi esse apoio da área civil? O senhor acompanhou?

A.M. - Pouco. Como em todas as áreas, nunca há unanimidade de pontos de vista. De uma maneira geral, a grande massa de políticos sentiu que ainda não havia margem para um civil na presidência da República. Havia os que queriam um civil e ainda há hoje, mas a revolução ainda estava numa fase muito conturbada, como se verificou em 1969, na doença do Costa e Silva...

Na transição para o Costa e Silva, a área militar ainda estava muito instável e realmente não havia condições para um civil ser o presidente da República. Ele não teria poder sobre as forças armadas. Esse foi meu ponto de vista, que eu escrevi e disse ao Cordeiro quando ele passou por lá. Havia, naturalmente, o grupo de civis que estava interessado na continuidade da revolução, através de um militar, pela necessidade de tranquilidade. Não que eles não desejassem um civil. É que sentiam também a impossibilidade momentânea de botar um civil.

Neste momento nós estamos discutindo se o sucessor de Figueiredo será um militar ou um civil. Na minha opinião, já pode ser um civil. Haverá condições no momento para indicar um civil? Não sei. Na minha opinião já pode ser um civil, porque já existe uma maturação capaz de permitir isso.

A.C. - Como o senhor mede essa maturação?

A.M. - Há um pouco de *feeling*. É mais sentimento do que outra coisa, não há como medir. Não se tem como meter os dados num computador e tirar do outro lado um resultado. Meu *feeling* é que já existe nas forças armadas a consciência de que a abertura é para valer. E isso já não é de hoje. No governo Geisel já se vinha sentindo isso... E quem atuou muito nesse assunto foi o próprio Cordeiro, que estava sempre em ligação com o governo. Nós sentíamos que a abertura era uma necessidade, a redemocratização, a modificação do quadro da revolução tinha que vir. A questão das eleições, paulatinamente, tinha que ser implantada. Essa consciência, que vem se refletindo em todo o país, também ocorre nas forças armadas. O que não quer dizer que não haja oficiais de postos menores que digam: "General, tudo isso é prematuro! Devia levar mais dez anos."

A.C. - Mas esse número não é mais representativo?

A.M. - Não é mais representativo nem é mais nos órgãos de ação. Mas há companheiros que às vezes dizem: "General, nós fizemos a revolução e, no entanto, estão acabando com ela." Vêm me dizer isso todo dia.

A.C. - E o senhor ouve opiniões opostas?

A.M. - A maioria está apoiando o presidente, que conta com o apoio total - 90 ou 99% - das forças armadas para a democratização. Não tenha dúvida nenhuma. Querer fazer agitação, como têm pretendido alguns políticos, inculcar... Houve um período aí em que a oposição começou a fazer contatos com capitães, majores e tenentes, para poder fomentar...

A.C. - Mas isso no nível mais baixo da oficialidade?

A.M. - Sim... procuraram fazer. Depois viram que não adiantava, houve denúncias nos jornais e a coisa foi desaparecendo.

A.C. - Eu vi mais na área dos comandos.

A.M. - Não... lá embaixo.

A.C. - Nessa época, justamente, o Cordeiro estava na lista dos presidenciáveis e ele se recusou a ver o nome encaminhado à Arena, porque achava que havia certa manipulação dos políticos nesse processo.

A.M. - Eu não teria condições. O Cordeiro, apesar de toda a amizade que eu tinha por ele, não tinha condições para polarizar um apoio forte dentro das forças armadas. Não tinha. Nessas coisas a gente tem que ser realista.

A.C. - Ele já era um político com um passado muito grande, o que talvez o afastasse um pouco...

A.M. - Ele era o que foi até o fim: um grande assessor, um grande conselheiro, um homem de visão, capaz de dizer às autoridades o que pensava e o que pensava ter peso. Mas para atuação, não tinha mais condições: é a realidade.

A.C. - Uma última palavra sobre o governo Castelo Branco, sobre a política externa. Houve muitas críticas ao governo Castelo Branco, no que se refere à política de alinhamento com os Estados Unidos. Já tinha havido a política do Jânio, uma política externa independente, que foi retomada recentemente, a parte de Costa e Silva. Mas esse interregno castelista é visto como de um alinhamento excessivo com os EUA, inclusive com o envio de tropas à República Dominicana. Como o senhor viu isso?

A.M. - O Brasil tomou, na Revolução de 64, uma posição nitidamente anticomunista, uma posição internacional de prestígio na luta contra a ideologia de extrema-esquerda. Foi a primeira vez, no mundo, em que uma revolução comunista pronta a ser deflagrada foi contida e reduzida. Em todos os outros países, ela explodiu e dominou. Isso colocou o Brasil numa linha de frente. E o Brasil atuando como atuava na América, com uma posição muito definida na OEA, teve que mandar tropas para São Domingos, para equilibrar, para

evitar o prosseguimento do desenvolvimento comunista na América Central. Já tinha havido o domínio de Cuba. Depois seria São Domingos, depois a Jamaica, depois... Isso iria crescendo, e o Brasil aceitou a opinião de botar uma força de paz em São Domingos. Não era uma força destinada a uma ação, mas a uma contenção, da mesma maneira como o Brasil tinha tomado uma posição lá no Oriente Médio, quando mandou a força para Gaza. Naturalmente, isso levou ao desejo internacional, principalmente americano, de que o Brasil também tivesse uma força na Coréia, mas o Brasil não mandou. Houve desejo de que o Brasil tivesse uma participação maior no problema do Vietnã, os americanos tiveram interesse de internacionalizar a luta e o Brasil se negou. Eu falo da revolução, porque este foi um pensamento generalizado em todos os governos da revolução, não foi propriamente do Castelo: uma certa independência na ação internacional. O Brasil não pôde fugir de mandar a tropa para São Domingos, mas evitou a remessa... Inclusive, foi uma brigada colombiana lá para a Coréia. Da mesma maneira, a política propriamente com os americanos continuou mais ou menos amistosa, só veio a se agravar no período do Geisel, quando houve pressão. Então houve o cancelamento daqueles tratados, mas no governo Geisel.

A.C. - O general Costa e Silva assumiu a presidência mais ou menos na mesma época de sua vinda para o Rio?

A.M. - Vim um pouco antes, em setembro/outubro de 1966 e ele assumiu em março de 1967. Eu já estava lá no departamento. Cheguei ao Rio em outubro e em fins de novembro começo de dezembro fui promovido e designado para o Departamento do Pessoal. Antes, tinha passado três ou quatro meses no comando da região. Nesse período em que estive na região, houve o episódio do Guedes, em relação à sua indicação para o DGP e depois a anulação desse ato. O Guedes conta isso em seu livro, naturalmente puxando a observação para o seu ponto de vista. O Guedes ficou frustrado porque não chegou nem a quatro-estrelas. Ele foi designado para o DGP. No dia em que deveria assumir interinamente, ainda como general-de-divisão - ele era mais antigo do que eu, mas, como general-de-divisão, deveria assumir o DGP - ele chegou com mais de meia hora de atraso. Então, não ficou efetivado no DGP.

A.C. - Por conta dessa meia hora de atraso?

A.M. - Chegar atrasado na própria posse, sem ter razão... É displicência absoluta. Isso criou um mal-estar imenso contra ele. Ele sempre foi displicentes, mas estava numa posição de chefia, tinha que dar o exemplo aos seus subordinados. Era a primeira chefia de grande âmbito, porque o Guedes sempre teve comandos muito limitados, ações muito limitadas, nunca teve o comando de uma grande área, com grandes contatos. Era a primeira vez em que ele iria ter um contato com o Exército, digamos assim. E ele.. todas as autoridades esperando o "seu Guedes, general-de-divisão, havia uma porção de quatro-estrelas, e o ministro do Exército presente... aquilo foi de tal jeito... Em consequência disso, fui para o DGP logo que fui promovido, em lugar do Guedes. O Guedes é que deveria ir para o DGP, era a previsão. Mais tarde deu-se o episódio da casa dele, que ele também conta no livro. Ele pediu um apartamento com características tais e quais e o Conselho do Fundo do

Exército se recusou a dar, nas condições em que ele estava propondo. Então houve aí uma porção de coisas e ele acabou indo para a reserva. Esse é o episódio do Guedes e daí a raiva que ele tem contra todos que não foram para reserva e contra o Ademar de Queirós, que era o ministro.

A.C. - Isso faz parte daqueles problemas que nós discutimos da última vez, não é? essa passagem de uma categoria a outra sempre implica uma seleção, há um estreitamento nesse funil. E isso leva a muitos problemas.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - Sendo o funil estreito, a competição é muito violenta.

A.M. - Muito violenta. Mas a minha vinda para o Rio decorreu normalmente, eu tive pouco tempo na região, procurei fazer o que podia, dentro do período, e em novembro fui promovido a quatro-estrelas e designado para o departamento.

No Departamento de Pessoal eu fiquei dois anos e meio. Foram dois anos de muito trabalho com o pessoal, procurando ajustar a legislação para a realidade brasileira. Eu tinha vivido muito o problema do nosso pessoal nas diversas guarnições. Tomei algumas iniciativas que deram resultados e também aborrecimentos. Mas isso é assim mesmo, não se faz omelete sem quebrar os ovos. No departamento o essencial foi a questão de regularizar a lei, sempre procurando tratar excepcionalmente os casos excepcionais. E no mais, era fechar os olhos e aplicar a lei. Esvaziei o mais possível os quadros burocráticos das repartições, em benefício da tropa e das escolas. Tudo isso criou problemas. Era o chefe que vinha reclamar porque ficou sem gente, mas como a colcha era curta, eu tinha que dar uma prioridade. Dei a prioridade e cumpri aquilo com o maior rigor. Esse período do departamento foi cheio de lutas internas de estrutura. E durante o período que eu estive lá, dois fatos ocorreram.

Um, foi a morte do Castelo. Eu estava no departamento quando recebi a notícia do desastre. Naturalmente, me choquei muito, eu era muito amigo dele. Procurei tomar informações. O Ademar e, se não me engano, o Cordeiro já tinha pegado o avião e ido imediatamente lá para o Ceará. Eu não pude seguir logo e fiquei aguardando, tomando providências. Nesse meio tempo, o Lyra, que era o ministro, falou comigo: "Muricy, você vai falar em nome do Exército." E depois as outras forças também disseram que eu seria o representante para falar no cemitério em nome do Exército. E eu tive então esta oportunidade de saudar um amigo numa hora triste.

Mais tarde eu tive uma satisfação na vida, relativamente ao Castelo. Eu estava em minha casa, com minha mulher, quando entraram o Paulo, a Nena, e a Nieta, me trazendo uma lembrança do Castelo. Entre as muitas coisas que o Castelo recebeu de presente quando estava na presidência, ele recebeu do generalíssimo Franco um conjunto de louça dourada a fogo - as quatro estações - que foi trazido pela irmã do Franco quando veio em visita ao Brasil. E esse jogo de porcelana me foi entregue pelos filhos do Castelo, como uma recordação do amigo. Eles deram a cada amigo uma lembrança, e eu tenho isso com um

carinho enorme, porque, além do valor material, tem esse valor sentimental que nada paga. Esse é o episódio da morte do Castelo. Eu queria muito bem a ele.

A.C. - O senhor acha que a morte dele teve um impacto político no Exército? Mudou um pouco a...

A.M. - Teve... Agora, eu não sei... Ele procurou se isolar. Logo que ele saiu da presidência, o Castelo procurou se isolar completamente dos assuntos do governo, como, aliás, têm feito o Médici e o Ernesto. Eles procuram na interferir. E havia então mais dificuldade, porque ali havia o problema do Costa e Silva. Mas o Castelo procurou se isolar completamente. Iam, naturalmente, procurá-lo, mas ele evitava tocar em assuntos governamentais. Dizia: "Não, agora vou arrumar a minha biblioteca, o meu arquivo, vou fazer ..." Ainda a última vez em que eu estive em sua casa, ele estava arrumando a biblioteca.

A.C. - O senhor acha, pelo que conhecia do Exército e dele, que se ele estivesse vivo na morte do Costa e Silva,...

[FINAL DA FITA 47-B]

A.C. - ...isso poderia ter tido alguma influência?

A.M. - O Castelo teria influência, porque seria, pelo menos, conselheiro: não um conselheiro ostensivo, mas nós, que estávamos com a condução dos problemas, teríamos ido naturalmente conversar com ele, trocar impressões, porque ele era um homem confiável. Então, embora ele não quisesse, ele teria interferido, indiretamente. Eu, pelo menos, iria conversar com ele, porque eu achava que o Castelo era um homem de bom conselho. Conversei com todos os outros chefes. Não acredito que ele tivesse tido a menor intervenção direta, porque se recusaria a isto, pelo seu feitio.

O outro episódio foi do AI-5. Eu estava ainda no DGP. Todos se recordam da situação no período Costa e Silva, daqueles problemas dos deputados e da lei que o Costa e Silva... Não me lembro como foi que começou o caso do Marcito.

A.C. - Do Márcio Moreira Alves.

A.M. - Ele vinha atacando o governo e a revolução há muito tempo, mas criou um problema, tendo sido pedido o seu julgamento e punição. E vem o problema da imunidade, que, na realidade, tem sido a impunidade parlamentar. Acho que em matéria de delito político, o deputado e o senador tem que ter a maior liberdade. Fora disso, nos ataques pessoais, eles devem ser punidos como qualquer cidadão, porque eles não são diferentes dos demais. Este é o meu ponto de vista, mas isso aí não pesa na balança. O que importa é que o governo pediu a punição do Márcio. O pedido foi encaminhado ao Congresso. Aí, entram as notícias - que eu não posso confirmar - de que não teria sido dito claramente que o Exército se julgava ofendido, que ele estava numa excitação muito grande e que qualquer

ação liberando o Márcio de julgamento criaria um impasse dentro do Exército, o que seria muito perigoso. E os mais íntimos procuraram alertar o palácio. O Lira conversou com o Costa e Silva e eu mesmo tive oportunidade de falar com alguns elementos que freqüentavam mais o palácio, para dizer que era preciso dar uma satisfação, julgar, punir o elemento que tinha ofendido o Exército. O Exército não se conformaria em ver isso passar em brancas nuvens. Quando chegou o dia 12 ou 13 de dezembro - não me lembro mais do dia... Me lembro de dezembro, por causa do Dia do Marinheiro -, veio a notícia. Eu estava trabalhando no DGP quando um auxiliar me disse: "O Congresso não concedeu a licença para o julgamento do Márcio." Eu disse: "Vai haver problema já!" Dali a pouco chegou um coronel e me disse: "General, todo o quartel-general está em reboleto, por causa da notícia que chegou."

Comecei a tomar informações. Imediatamente mandei chamar os generais subordinados a mim, para saber a impressão em cada área. Eu tinha seis generais ali perto, fora os que estavam mais longe. Eles vieram, me expuseram os problemas e contaram da fermentação... E veio a notícia da situação na Vila Militar, nos corpos de tropa... Começou-se a criar um problema. Colhi todos os dados e me dirigi para o gabinete do Lira. Já deviam ser cinco para seis horas da tarde. Quando eu cheguei ao gabinete do Lira, outros generais chefes estavam chegando, cada um comunicando ao ministro qual era a situação em sua área. E em todas as áreas a situação era a mesma: uma revolta contra a decisão do Congresso e um pedido insistente para que os chefes levassem ao ministro o ponto de vista de que era preciso tomar uma posição, porque todo mundo estava querendo uma ação que pudesse resolver aquele impasse. No fim de algum tempo, essa reunião no gabinete do Lira - que aliás, não foi no gabinete, foi no décimo andar, num gabinete maior - tornou-se muito violenta, com uma declaração do Muniz de Aragão, que era do Departamento de Ensino, de que era preciso acabar com tudo e recomeçar depois: fechar o Congresso e começar a revolução de novo. Outros que foram lá tinham o mesmo ponto de vista inclusive propondo um fechamento de tudo e até a possibilidade de ir contra a presidência se ele não tomasse uma atitude.

Depois de toda aquela agitação, o Lira disse: "Não estarei de acordo com qualquer medida nesse sentido. Não serei mais ministro porque sou contra." Eu disse: "E eu estarei do lado do ministro, porque eu também sou contra. Acho que nós não podemos fazer isso." Houve aquela discussão, o ambiente de agitação foi se acalmando e em vista disso a situação foi... Mas, de qualquer maneira, havia a necessidade de uma decisão. Realmente, se não tomasse uma posição, não se saberia se era possível conter a oficialidade. Não que não se pudesse depois botar ordem, mas haveria manifestações que levariam a situações desagradáveis e até a levantes.

A.C. - O senhor acha que haveria seqüelas?

A.M. - Ah! E sérias!

A.C. - Seria possível manter a disciplina na hora, mas...

A.M. - Mas logo em seguida haveria a reação, não tenha a menor dúvida. A exaltação dos meus subordinados, a exaltação nas diferentes áreas dos generais que lá estavam e as declarações dos próprios generais que lá estavam...

A.C. - Quer dizer: era o comando, a coluna vertebral do Exército que estava atingida...

A.M. - Ah! Todo mundo estava numa situação... Eu mesmo ficaria ao lado do presidente e do ministro, mas eu também estava indignado de ver o Márcio liberto de uma ação judicial. Nós não íamos julgar, mas queríamos que a Justiça o julgasse. O indivíduo é responsável pelos seus atos, ele vai responder perante a Justiça, isso é que é o certo. Quando falam aí no problema de imunidades, de parlamento, eu digo: "Não é possível que um homem vá para uma tribuna e ofenda um outro e que eu não possa nem reagir! Então, só há um meio: vou lá e dou um tiro nele. Isto é possível? Não, isto é o caos, a desordem, não é possível num país civilizado." Parece que agora querem considerar os crimes de ofensa pessoal. Tudo, no fim, vai se harmonizando, vai-se ajustando. É preciso reagir, a impunidade não pode existir.

A.C. - Além do Muniz de Aragão, quais eram os outros que o senhor viu muito... revoltados com a situação?

A.M. - O Mamede estava firme. Ele é um homem muito equilibrado, ficou do lado da ordem e do equilíbrio. Havia outros generais, mas não me recordo mais. Lembro que o mais excitado era o Muniz de Aragão. Como ele tem condições de liderança e liderava um grupo realmente grande de generais, ele falava por esse grupo.

A.C. - Ele tinha liderança?

A.M. - Indiscutível. O Afonso e o Aragão tinham liderança absoluta.

A.C. - E ele era considerado, dentro dos critérios da época, como linha-dura?

A.M. - Duríssima! Ele e o Afonso, todos os dois! Mas o Lira conseguiu acalmar, com essa declaração. Apenas mandou que o Siseno, muito chegado ao Costa e Silva, fosse procurar o Costa e Silva e dissesse...

A.C. - O Siseno estava lá também?

A.M. - Estava. E o Siseno estava também desejoso de que houvesse uma solução, mas não a ponto de fazer uma subversão. O Lira então determinou ao Siseno que fosse procurar o Costa e Silva para expor a posição que ele tinha visto lá no Exército para mostrar que era necessário tomar uma posição a respeito. O ambiente no Exército estava muito quente, e se não houvesse uma decisão, poderia acontecer alguma coisa. Ao mesmo tempo, o Lira determinou que eu fosse procurar os ministros da Marinha e da Aeronáutica, não só para expor o que tinha havido no Exército como também saber do ambiente na Marinha e na Aeronáutica, a fim de que houvesse uma ligação, não houvesse uma coisa isolada. Eu, imediatamente, peguei o carro e resolvi ir ao Ministério da Marinha. O ministro era o

Rademaker. Cheguei no ministério e dali a pouco chegou o ministro da Aeronáutica, o Márcio. O ambiente, tanto na Marinha quanto na Aeronáutica, pela informação dos dois ministros, também era de grande agitação, principalmente na Aeronáutica. Depois chegou o Gama e Silva, que era o ministro da Justiça. Ele queria saber como é que estava o ambiente. Eu disse: "Gama, a situação está assim, e eu penso que vai-se partir para uma decisão. Você vai pensando no problema, para ajudar o presidente, porque vai-se tomar uma decisão. Como está não pode ficar."

Nesse meio tempo recebi o primeiro telefonema do Ministério do Exército, de um companheiro dizendo que o ambiente na vila tinha piorado tremendamente e que o pessoal da tropa estava pronto para levantar, caso não fosse tomada uma providência. Eu aí bati o telefone para o Portela - chefe da Casa Militar - e relatei o fato! "Portela, está-se dando isso, transmita ao presidente." Ele disse: "O presidente se recolheu, não quer que ninguém fale com ele. O próprio Siseno, que está aqui, não foi atendido. O presidente não recebeu e disse que não recebe ninguém." Eu disse: "Mas você então fique sabendo que a situação é esta. Se o presidente não tomar uma posição, eu não sei o que pode acontecer. Temos que nos preparar para tudo, para enfrentar qualquer coisa." Nisto, veio um segundo telefonema. Eu voltei a telefonar para o Portela, que me disse: "General Muricy, eu procurei, ainda... o presidente manda dizer que amanhã tomará uma decisão."

Em vista disso, pensei: "Conheço o Costa e Silva e sei do ambiente. O Costa e Silva vai baixar um ato. Não tenha dúvida." Disse para o Gama e Silva: "Vá pensando na possibilidade de se baixar um ato. Você, como ministro da Justiça, vai ter que cooperar." Realmente, mais tarde eu soube que ele tinha apresentado um ato, que depois não foi aceito. Fizeram muita campanha contra o Gama e Silva, porque ele se adiantou ao presidente. Mas foi resultado dessa conversa, ele não agiu de má fé. Ele agiu pela informação que lhe foi dada, dentro do gabinete do ministro da Marinha, de que o ambiente era realmente muito complexo e que era necessário tomar uma posição. Essa noite, então, passou-se numa tensão muito grande. O ministro Lira, principalmente com os comandos de tropa, procurou segurar a oficialidade. Dentro do Quartel-general não havia muita gente. No dia seguinte, houve a cerimônia na Escola Naval. Eu fui.

A.C. - Com quem o Costa e Silva esteve neste momento?

A.M. - Não sei.

A.C. - Mas foi difícil chegar a ele?

A.M. - Ah! Ele não recebeu o Siseno, que foi falar com ele, em nome do Lira. Quando eu, que quis mandar um recado ao presidente através do Portela, o Portela me informou que o Costa e Silva tinha se recolhido com ordem de ninguém incomodá-lo.

A.C. - Não pode ter sido um recurso do general Portela, para barrar?

A.M. - Não, porque eu estava falando em nome do ministro. E ele não faria isso. Foi o Costa e Silva mesmo.

A.C. - O ministro não teve acesso a ele?

A.M. - Não teve, que eu me lembre. Pode ser que tenha tido, eu não juro, porque eu fui lá para o Ministério da Marinha e fiquei a noite inteira, até 11 e tanto da noite. Eu saí do Ministério do Exército às sete da noite, diretamente para o Ministério da Marinha, e fiquei lá até 11 horas. Quando vi o presidente recolhido, o ambiente seguro dentro do Exército, eu disse: "Bom, amanhã há a cerimônia na Escola Naval." Fui para casa e no outro dia de manhã estava lá. Na cerimônia, eu vi o Costa e Silva com a fisionomia fechada, todo mundo com a fisionomia preocupada: os ministros militares, os generais, os almirantes. Ainda me lembro de ter falado com alguém que me disse: "O presidente vai tomar uma posição hoje." Nós ficamos, então, aguardando. Acabada a cerimônia, saímos de lá e, apesar de ser feriado - era Dia do Marinheiro - fomos para o quartel-general, para ver se havia alguma coisa. Não havia. Mais tarde, veio o AI-5. Aí é que nós tomamos conhecimento - pelo menos eu - do AI-5.

A.C. - Houve uma visível preocupação do general Costa e Silva em tomar uma decisão isolada.

A.M. - Completa. Aliás, é o que mais ou menos conta o Portela no seu livro. Eu estou dizendo o que eu vi. O fato é que veio o AI-5: Com a retomada das cassações e, principalmente, com o fechamento do Congresso, acalmou imediatamente a área militar, que se julgava ofendida pelo Congresso, que tinha negado o julgamento do Márcio e, dessa forma, concedido-lhe a liberdade! Tudo isso criou tranqüilidade, mas trouxe as conseqüências que todos conhecemos, referentes ao AI-5. O AI-5 correspondeu a uma necessidade. Não vamos malsiná-lo sem um exame da situação. Ele trouxe problemas, mas trouxe a tranqüilidade na área militar, evitando um movimento que poderia levar ao caos e principalmente, afastando a possibilidade dos excessivos fazerem muita coisa dentro do Exército, o que iria prejudicar brutalmente o país, que estava caminhando pouco a pouco para um regime de legalidade. É preciso não esquecer que o Castelo, no último ano de seu governo, tinha baixado uma série de atos tendentes a modificar a estrutura da administração brasileira e a permitir uma modificação em vários códigos. Mas ele não modificou a Constituição. Já no governo Costa e Silva, havia o sentido de fazer uma modificação na Constituição.

A.C. - O Castelo não modificou, ele criou uma Constituição que foi aprovada em janeiro de 1967, antes do Costa e Silva tomar posse. Foi um legado da revolução: uma Constituição mais centralista, mais ágil.

A.M. - Mas, mesmo assim, com os defeitos naturais de uma Constituição outorgada. Toda e qualquer lei precisa ser muito bem debatida. Por mais que se faça uma lei procurando generalizá-la, sempre surgem problemas. Quatro olhos vêem mais do que dois. Eu acho que essas grandes modificações têm que ser feitas ouvindo os outros. O Castelo baixou uma Constituição porque ele queria deixar a revolução perfeitamente institucionalizada.

Naturalmente, quando veio o período Costa e Silva, começaram as reações à Constituição de 1967. Isso provocou no Costa e Silva o desejo de ajustar à revolução a Constituição de

Castelo. E ele começou a fazer um estudo de uma nova constituição. No governo Costa e Silva deu-se a passagem do Adalberto do Estado-Maior do Exército para o Supremo Tribunal Militar. E eu fui nomeado chefe do Estado-Maior. Nessa ocasião, a nova Constituição já estava sendo trabalhada. O Costa e Silva resolveu colocar os membros do Conselho de Segurança ao par dos pontos principais da reforma. Nós tivemos que opinar - inclusive eu, lá no Estado-Maior do Exército - sobre determinados artigos da futura Constituição que estava sendo estudada e que depois foi aprovada pelo Conselho de Segurança.

Aí começou a primeira situação referentes ao Pedro Aleixo. O Costa e Silva atribuiu ao Pedro Aleixo a presidência de uma comissão de redação final da Constituição, para aproveitar e dar unidade aos trabalhos que vinham sendo feitos nas diferentes áreas. Acontece que nessa ocasião chegou a notícia - em parte é verdadeira - de que, ao fazer a redação, o Pedro Aleixo modificou o espírito de certos artigos, amenizando algumas formas meio rígidas. Isso criou uma reação muito grande das áreas revolucionárias contra o Pedro Aleixo. Ele passou a não ter mais confiança do pessoal ligado à revolução. Além disso, na reunião do Conselho de Segurança que votou o AI-5 - da qual eu não fiz parte, porque ainda estava no DGP - Pedro Aleixo votou contra o ato. Nesse momento, embora ligado à revolução, embora um homem de bem que todos reconheciam, o Pedro Aleixo não ficou mais entrosado com a revolução. Já não era um homem em quem se acreditasse, principalmente nos escalões intermediários do Exército, porque era acusado de ter defendido o Marcito.

A.C. - O que o senhor está-nos mostrando é que realmente, nesse momento, os escalões intermediários estavam muito efervescentes, não havia mais a ordem, a hierarquia.

A.M. - Havia, mas ainda com interferência. Desde 1964, os escalões intermediários vinham efervescentes. Era natural, porque eles é que foram os homens de ação. Os outros foram da direção, mas eles foram da ação. Então eles se julgavam co-responsáveis pela revolução e isso fez com que quisessem ser colaboradores no prosseguimento da revolução. Eles queriam ser ouvidos, e isso vamos ver mais tarde.

Chamo a atenção para o fato de que o episódio do AI-5 trouxe no meio de tudo isso, o desprestígio do Pedro Aleixo na área da revolução. O Pedro Aleixo, nesse momento, deixou de ter a confiança da área revolucionária. Isso teve grande importância na crise que veio logo em seguida. Isso é o que eu posso dizer a respeito do AI-5, do que vi e do que eu pude presenciar.

A.C. - Ao relatar o episódio do AI-5, o senhor deixa algumas dúvidas. Por que este pronunciamento do Márcio Moreira Alves, que não era uma pessoa de expressão dentro dos partidos da época? Parece que o pronunciamento foi feito no meio da tarde, com a Câmara vazia etc. Então, por que gerou tanta reação? Eu me pergunto se teria sido por conta do que eu criticava e não do que ele disse. Porque - o senhor lembrou aí - ele estava criticando alguma medida em favor do Exército.

A.M. - O Márcio sempre foi contra a revolução. O pai dele, um homem rico, inclusive ligado ao próprio Castelo, era respeitado e é até hoje. A mãe dele, Branca Alves, era ligada

à área esquerdista da Igreja. Todo mundo já sabia que era de esquerda. O Márcio procurava atacar a revolução sempre que podia. E ele foi ao Recife, naquele episódio...

[FINAL DA FITA 48-A]

A.M. - ... da ida do Ernesto Geisel por causa das prisões e das torturas. Fez artigos e um livro. Aliás, eu sou bem tratado por ele. Não tenho, pessoalmente, nenhuma queixa.

A.C. - O livro é *A velha classe*.

A.M. - Não me lembro. Eu li, mas não tenho mais esse livro. O Márcio procura atacar e ele já vinha sendo marcado pelo Exército como um elemento que enfrentava a revolução. Num pinga-fogo em que ele falou sobre o Exército - eu não me recordo mais quais foram as palavras -, ele fez uma acusação. Foi um caso parecidíssimo com o desse rapaz, o João Cunha, agora. Ele fez uma porção de declarações contra os chefes militares e contra o Exército. Os jornais publicaram, o que gerou a reação. Se os jornais não tivessem publicado, pouca gente ou quase ninguém teria tomado conhecimento... a coisa teria passado. Mas a exploração da imprensa gerou a reação. A imprensa põe, às vezes, um vidro de aumento sobre fatos secundários e esquece de apresentar fatos de real importância. Neste caso, ela botou um vidro de aumento em cima do que o Márcio disse e isso criou - por uma dessas circunstâncias que a gente não sabe explicar como - uma reação generalizada.

A.C. - A impressão que se tem é de que o Brasil tinha passado, naquele ano, por um momento muito difícil: as passeatas estudantis, aquela mobilização toda...

A.M. - Estava começando.

A.C. - Não, já tinha acabado, porque nesse segundo semestre de 1968 houve um refluxo. Foi depois da morte daquele estudante...

A.M. - Não. Nós estamos falando de 1968.

A.C. - No primeiro semestre de 1968, houve uma agitação muito grande - passeatas, a morte daquele estudante no Calabouço -, mas depois o nível...

A.M. - E que não era estudante...

A.C. - ... desceu brutalmente.

A.M. - Mas nessa hora em que houve uma diminuição, mas ainda havia o ânimo de enfrentar, é que o Márcio veio. Então tudo voltou. Vocês já leram *A psicologia das multidões*? Então... Não preciso dizer. Ela se deixa levar, às vezes, por uma palavra e se torna incontrolável.

A.C. - A impressão que o senhor dá é de que o Exército estava muito traumatizado, muito sensível.

A.M. - Estava extraordinariamente sensível.

A.C. - Eu me lembro de uma declaração recente do Prestes sobre o general Valter Pires, de que ele estaria doente da cabeça e não do coração. Ela me parece inusitada, mas não gerou reação alguma.

A.M. - Porque o ambiente é outro! Quando o indivíduo está com os problemas à flor da pele, qualquer coisa o irrita. Era o que havia. Tínhamos passado por um período muito intenso, em que nós sentíamos que os extremistas de esquerda estavam colocando em ação a técnica da guerrilha urbana. Estavam fazendo experimentações no mundo inteiro; isso tinha vindo da França, do Cohn-Bendit, e por aí afora, e tinha ingressado no Brasil. O país inteiro estava reagindo contra aquelas agitações estudantis, vendo as explorações que se faziam, sentindo que aquele era um problema dentro do quadro de guerra revolucionária e que iria trazer outras complicações. Todo mundo estava olhando esses problemas. Quando a coisa melhorou, veio o caso do Márcio. Todo mundo estava com os nervos à flor da pele.

A.C. - A experiência de guerrilha ainda não tinha começado.

A.M. - Mas havia a guerrilha urbana...

A.C. - Já? Houve aquilo dos Guararapes e depois a coisa parou.

A.M. - Não... houve aqueles problemas de massa na rua, apareciam aqueles grupos que paravam o trânsito ali na Cinelândia, havia aqueles comícios-relâmpagos... tudo isso já estava aí. Depois serenou um pouco e voltou de novo.

A.C. - E também não havia um certo temor no Exército de que o general Costa e Silva estava assumindo uma posição excessivamente legalista?

A.M. - Não quero entrar nisso, porque vai ser a conversa da próxima reunião, que é sobre o problema da doença do Costa e Silva, e os prolegômenos.

A.C. - Exatamente. Ele que era um representante de certas tendências de linha dura, mas na verdade, ao assumir a presidência, tomou uma atitude muito moderada.

A.M. - Agora eu vou entrar nesse problema, porque ele teve grande influência na condução da substituição do Costa e Silva, quando ele ficou doente. Como é um problema muito longo, fica para outra oportunidade.

A.C. - Nós hoje estamos passando do DGP para o Estado-Maior do Exército, e eu gostaria que o senhor começasse a nossa conversa.

A.M. - Antes, acho que seria interessante contar a minha passagem pelo DGP. Ela durou dois anos. Eu tive vários auxiliares de grande valor. Tive, na principal diretoria do DGP, que é a de Movimentação, o general Manoel Mendes Pereira e depois o general Dale Coutinho, que mais tarde foi ministro do Exército. Tive como chefe de gabinete - fui buscá-lo - o que já era meu chefe de estado-maior na região e que hoje é ministro do Exército, naquele tempo coronel Valter Pires de Albuquerque. Como eu disse ele é meu primo. Tive subordinado a mim o general de engenharia Nogueira Pais. Esses eram os mais chegados. Ali no DGP havia um problema muito difícil, que era o de prioridades para atendimento das faltas. O número de oficiais era insuficiente para os cargos previstos. A Lei de Parkinson funcionava no Exército e para uma porção de cargos começava a haver deficiências.

Ainda ontem, numa reunião em que eu estive, encontrei o general Santa Cruz, que me lembrou um episódio, em que ele foi lá me pedir para dotar os pára-quedistas dos oficiais necessários.

A.C. - O senhor está se referindo às bodas de ouro do general Médici?

A.M. - Ontem, nas bodas de ouro do general Médici. Aliás foi uma grande festa de confraternização de três governos: homens de três administrações, todos unidos, num ambiente de camaradagem como raramente eu vi. E tive a oportunidade, ontem, de rever talvez uns oitenta ou cem amigos que eu não via há muito tempo. Cansei de falar.

A.C. - Falou-se muito no atentado?

A.M. - Não. Recordamos coisas do passado.

A.C. - A informação da televisão, ontem, foi de que se falou muito sobre o atentado do Riocentro, no sentido de combate, de...

A.M. - Não... o que se falou... Eu, pelo menos, o que eu falei foi sobre o que já foi e que não volta. O caso do Riocentro está sob investigações. É aguardar o resultado, antes de ter qualquer impressão. Nessas coisas eu prefiro não ser precipitado. Não criar hipóteses. Ou melhor, as hipóteses existem. Então, é esperar que elas se verifiquem, e não tomar posições *a priori*. Sempre foi o meu modo de ser. Considero um caso sério, grave, mas é preciso esperar os resultados.

A.C. - O senhor acha que seria precipitado achar que esses dois militares estavam ligados a alguma forma de terrorismo?

A.M. - Ah, acho. Ainda ontem, apesar de eu não ter falado, me contaram um episódio que, a ser verdadeiro, é muito grave contra a imprensa. É que apareceu a fotografia de duas bombas que diziam estar dentro... mas era uma bomba que estava no cinto do guarda. Duas

bombas de gás lacrimogêneo estavam no cinto do guarda que foi atender ao acidente. Não havia nada dentro do carro. Levantou-se a celeuma se havia outras bombas ou não, e isso foi fotografado...

A.C. - Estariam na parte de trás do carro.

A.M. - A informação que me deram é que essa fotografia não era de dentro do carro, era do cinto do guarda. Então a minha opinião foi tranqüila: "Mostrem isso ao público. A mentira é o maior fator de boataria. A gente deve sempre dizer a verdade. Mesmo dura, ela é melhor do que qualquer boato." Esse foi o meu ponto de vista. Não levei o assunto a fundo, mesmo porque não se sabe nada ainda. Está correndo um inquérito. Se eu não tenho conhecimento, não discuto. É o meu velho hábito. Espero que tudo se esclareça, faço votos que se esclareça e que os culpados, sejam quais forem, sejam punidos e que outros culpados também surjam.

A.C. - Ia ser um desastre! Uma coisa...

A.M. - O que não é possível é deixar soltos criminosos dessa natureza. Considero o terrorista o mais perigoso de todos os indivíduos, porque é um indivíduo que mata sadicamente, pelo prazer de matar. Ele não sabe quem vai matar. Mas isso agora é um problema cuja solução temos que esperar.

No Estado-Maior,...

A.C. - O senhor foi muito ligado ao Valter Pires? Suas relações com ele são muito íntimas?

A.M. - Desde menino. Ele é 9 ou 10 anos mais moço do que eu. No que eu pude, sempre vim ajudando-o na carreira e orientando-o sobre o caminho a tomar, para não se atrasar na formação militar.

A.C. - Ele foi um bom discípulo?

A.M. - Foi bom aluno, foi também instrutor na Escola de Estado-Maior e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.

A.C. - No fundo, ele exerceu várias funções que o senhor tinha exercido.

A.M. - Sim, cada um a seu tempo. Comigo, ele trabalhou três vezes. Uma foi na revolução, como meu chefe de estado-maior no Destacamento Tiradentes. Mais tarde, ele foi para o Rio Grande, fazer a arregimentação. Depois eu o trouxe como meu chefe de estado-maior na 1ª. Região Militar e o levei para o DGP, como meu chefe-de-gabinete. Mais tarde, cada um seguiu seu caminho. Fui para o Estado-Maior e ele para outras comissões. A vida militar é essa, de encontros, reencontros e desencontros.

A.C. - Acho muito curioso é que ele seguiu vários passos que o senhor seguiu também.

A.M. - Há certos padrões. Quase todos os grandes chefes do Exército foram, a seu tempo, instrutores. O fato de ser instrutor já é uma seleção natural. Os instrumentos são escolhidos entre aqueles que se destacaram. O Castelo foi instrutor a vida inteira, em todas as escolas, depois foi para o Departamento de Ensino e assim por diante. Os grandes chefes foram instrutores: o Orlando Geisel, o Ernesto por menos tempo. É o caminho natural. Mas em abril de 1969...

A.C. - 11 de abril, mais exatamente...

A.M. - É. Em abril de 1969, foi que saiu o ato. Antes disso, numa conversa, o ministro, que era então o Lira, me disse: "Muricy, o Adalberto vai sair e o presidente já escolheu você para ser o futuro chefe do Estado-Maior." Depois, numa reunião de alto comando que se realizou em Petrópolis, durante as férias, o presidente Costa e Silva me disse pessoalmente: "Muricy, você vai ser o futuro chefe do Estado-Maior."

A.C. - Por que o Adalberto saiu?

A.M. - O Adalberto foi para o Superior Tribunal Militar, na vaga do Peri Beviláqua. Nessa situação, então, fui-me preparando espiritualmente para a função que eu iria exercer com grande satisfação. O chefe do Estado-Maior exerce a maior das funções, a mais alta, estritamente militar, dentro do Exército. É o segundo homem do ministério do Exército. Ele tem precedência sobre todos os outros generais. Ele só é subordinado ao ministro. E é o substituto do ministro nos impedimentos. O chefe do Estado-Maior tem ascendência sobre todas as áreas, embora não tenha uma ação direta de comando. Todos os grandes atos do Exército, venham de que área vierem, são estudados e têm sua redação final no Estado-Maior. O Estado-Maior do Exército necessita estar inteiramente entrosado com o ministro, fazendo com ele um trabalho conjunto. Ao mesmo tempo, o Estado-Maior do Exército é um repositório de todos os estudos que foram feitos, tenham ou não sido efetivados. No Estado-Maior há estudos de toda natureza. Quando cheguei lá, por exemplo, peguei estudos que ainda vinham do tempo do Castelo como chefe do Estado-Maior. E, pegando novos elementos, fiz estudos para a reformulação da doutrina de reestruturação, do Exército, bem como para a sua redistribuição e rearmamento. Disso tudo, eu deixei as bases para que se fizesse uma modificação, que em parte foi realizada e em parte ainda está por realizar. O Estado-Maior é um grande órgão e o oficial que vai servir lá já é um selecionado entre os selecionados.

Eu tive no Estado-Maior dois grandes auxiliares, entre outros. Um foi o Gastão Guimarães de Almeida, que tinha sido meu padrinho de casamento lá em Washington. Era subchefe do Estado-Maior. O outro foi o Reinaldo Almeida, que tinha vindo da Escola de Estado-Maior, onde tinha sido comandante. Tive, como chefe-de-gabinete, o Calderari, que tinha vindo do gabinete do ministro. Saiu do gabinete do Lira para ser meu chefe-de-gabinete.

A.C. - Logo em abril?

A.M. - Ou um pouco depois. Depois passei o Gastão para uma das subchefias e botei o Calderi. O Bina Machado era outro vice-chefe.

A.C. - Há quantos vice-chefes?

A.M. - Há um vice-chefe. Primeiro, foi o Breno Borges Fortes e depois o Bina Machado. E havia três sub-chefes: O Gastão, o Reinaldo e o Bina Machado, que depois foi substituído por... Não me recordo quem foi. O Bina passou para vice-chefe no lugar do Breno.

A.C. - Qual é o posto do subchefe, normalmente?

A.M. - O posto de subchefe é de general-de-brigada. O vice-chefe é general-de-divisão.

A.C. - Esse é que substitui eventualmente.

A.M. - É. Exato. Além disso, há as chefias de seção, que, no momento em que eu estava lá, eram oito. Havia a primeira, de pessoal; a segunda - que é a clássica - de Informações; a terceira, de Operações; a quarta, de Logística; a quinta, de Relações Públicas e de Guerra Psicológica; a sexta... já não me recordo mais. Cada uma tem sua tarefa. Cada assunto que chega é encaminhado a uma seção, entre a um oficial.

A.C. - Quem estava nas seções de Informação e de Operações?

A.M. - No momento não me lembro, tive vários oficiais.

A.C. - A rotatividade também é grande?

A.M. - Muito. De qualquer maneira, diariamente, ao chegar ao Estado-Maior, geralmente às oito horas da manhã, eu já encontrava uma síntese de informações. Os chefes de 2ª. seção vinham me relatar tudo o que tinha acontecido, no Exército e fora do Exército, para que eu estivesse ao par dos acontecimentos. O mesmo se dava no gabinete do ministro. Quando o ministro chegava...

A.C. - Quer dizer que a seção de informações é importantíssima.

A.M. - Só se comanda informado. Se você não estiver informado, comanda mal. Se uma dona-de-casa não sabe o que a cozinheira ou o empregado ou os filhos estão fazendo, ela não dirige a casa.

A.C. - No cotidiano, a seção de Informações pesa mais do a de Operações?

A.M. - Pesa, porque é o elemento básico para... A informação é permanente, tem-se que estar informado do que acontece. A coisa é de tal maneira que eu me habituei a ler jornal. Eu sou um devorador. A primeira coisa que eu faço de manhã é pegar jornal e ler rapidamente todas as notícias para estar informado. Até hoje procuro estar informado, através da leitura do jornal. Há os que caçoam, que dizem que os serviços de informação fazem recortes. Mas sabe que através dos recortes conhece-se muita coisa?

A.C. - E o senhor acha que deve esse hábito...

A.M. - Eu devo esse hábito à vida militar e à necessidade de estar informado.

A.C. - Desde sempre, general?

A.M. - Toda a vida, desde que eu me dei por gente dentro do Exército. Sou um homem que procura saber o que acontece, e a primeira coisa é ler o jornal.

A.C. - Que jornal o senhor lê?

A.M. - Eu leio o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, e o *Estado de São Paulo* esporadicamente; por dever de ofício, leio a *Gazeta Mercantil*, agora que estou na firma. É a mesma coisa. Lá na firma, diariamente eu leio o *Boletim Comercial*, o *BC*, e a *Gazeta Mercantil*, para poder saber o que está acontecendo no mundo financeiro. Só assim a gente pode viver no mundo financeiro. Quem está desinformado não faz nada certo. Ao mesmo tempo, quando há notícia de uma lei, de um dispositivo, eu procuro saber. Mesmo que não a aplique, mas eu sei que existe em tal lugar uma lei que regula isso, um aviso que regula aquilo, ou que no momento não se pode mandar divisas para compras sem fazer... Tudo isso se precisa, pelo menos, saber onde está. Posso não saber a fundo, mas sei que se procurar vou encontrar.

Eu tive um chefe que era muito interessante. Levava-se um projeto a ele e se dizia: "Porque o regulamento..." E ele: "Onde está escrito? Me traga." E a gente tinha que levar a lei, o regulamento ou a portaria onde aquilo estava escrito. Ele não aceitava o auxiliar dizer: "A lei manda isso." A sua frase corrente era: "Onde está escrito?" Então, a gente já ia onde estava escrito. Isso é muito útil.

A.C. - O senhor faz leitura dinâmica?

A.M. - Não, infelizmente. Leio rápido, mas assim, não.

A.C. - Dizem que o general Geisel faz.

A.M. - O Ernesto e o Golberri é que fazem. São os dois homens que eu vi lerem mais rápido. Eu não faço, não tive paciência. Depois de velho fui ficando impaciente, já não tenho mais a mesma coragem que tinha para começar muitas coisas. Às vezes começo, mas já não tenho persistência. Estou ficando é velho mesmo.

A.C. - Ninguém diria!

A.M. - Este era o Estado-Maior. Todo dia o chefe da 2ª. seção me trazia informações. Depois meus chefes-de-gabinete me traziam os problemas relativos ao gabinete.

A.C. - Era a parte mais burocrática?

A.M. - A vida interna do Estado-Maior fica com a chefia-de-gabinete. Depois, vinham os subchefes e o vice-chefe, trazendo problemas em estudo, mostrando em que pé estavam os problemas.

A.C. - O senhor distribuía esses problemas...

A.M. - Esse problema depois cristalizou-se numa comissão que eu organizei para poder tocar o negócio para frente. Chegou um momento em que eu tive necessidade de organizar um grupo de trabalho, reunindo, permanentemente, elementos de diversas seções. Houve tal necessidade de entrosamento e de ritmo de trabalho que eu tive que, sob a orientação do Gastão e do Reinaldo (mais, sob certos aspectos, do Gastão), organizar um grupo, com elementos da 2ª., da 3ª. e da 4ª. seções, para poder trabalhar nesses diferentes setores. Geralmente tinha uma folga, eu ia lá, discutir com o grupo. E quando era a hora da discussão, eu não era o chefe do Estado-Maior, era um oficial do Estado-Maior discutindo com os membros do grupo. E discutia cerrado, com a maior liberdade. Eles podiam se opor a mim, não tinha importância. Até a hora de eu decidir, eu dava liberdade de discussão. Ali eu não era o chefe do Estado-Maior. Quando eu ia lá, ia para discutir os assuntos.

A.C. - Então, nessa rotina, o senhor recebia o chefe de...

A.M. - Na rotina, eu recebia os subchefes, o vice-chefe e, além disso, todos os chefes de departamentos que vinham constantemente trazer os problemas que estavam interessando aos seus departamentos e sobre os quais o Estado-Maior tinha que opinar. Nesses casos, eu primeiro fazia uma discussão, depois mandava que os chefes de departamentos encaminhassem os oficiais que deveriam trabalhar com os meus oficiais. Eu sempre procurei fazer o Estado-Maior trabalhar junto com as demais áreas. Com o gabinete do ministro, por exemplo: eu tinha oficiais do gabinete do ministro que viviam dentro do Estado-Maior. Um deles foi general Brum Negreiro, que foi depois chefe-de-gabinete e naquele tempo era coronel. Outro foi o general, naquele tempo coronel, Ivan de Souza Mendes. O coronel Pais, que era o homem das informações, vivia no gabinete. Eles eram oficiais do gabinete do ministro, mas eu trabalhava cerrado com eles. Eles exerciam funções de assessoramento direto ao ministro, nos setores em que eu estava trabalhando.

A.C. - Com o coronel Pais o senhor tinha uma ligação pessoal.

A.M. - Tinha. E com os outros também. Mas a ligação com o coronel Pais já vinha desde o Recife, já era de mais tempo. Esses homens trabalhavam no gabinete do ministro e mantinham-no informado sobre os assuntos em que eu estava trabalhando, relativos à reorganização, ao armamento e à reestruturação do Exército...

[FINAL DA FITA 48-B]

A.M. - ...Eu procurei sempre fazer do Estado-Maior um órgão inteiramente em contato com os comandos subordinados. E isso vai aparecer depois. Além dos órgãos do Estado-Maior, eu tinha subordinado a mim outros departamentos. O Departamento de Ensino, Diretoria de Ensino naquele tempo, era subordinado ao Estado-Maior. Depois, ele se desmembrou, sendo criado o Departamento de Ensino e Pesquisa. Houve discussões, inclusive. E mais tarde, quando o Departamento de Ensino estava entregue ao Muniz de Aragão, houve divergências com o Estado-Maior na questão da pesquisa. O problema ficou meio difícil, mas aí já era com o general Orlando Geisel, mais adiante. Chegou um momento em que o Orlando disse: "Muricy, pode brigar comigo, mas não briga com o Aragão, porque eu preciso é de paz." Essas coisas, a gente vai conciliando. De qualquer maneira, este era o trabalho que eu fazia com todos os órgãos, todos os...

A.C. - Como era essa questão da disputa sobre o Departamento de Ensino e Pesquisa?

A.M. - Eu achava que o Departamento de Pesquisa que não devia ficar subordinado - questão de discussão de serviço - ao Departamento de Ensino: ensino era uma coisa, a pesquisa outra. Eu queria subordinar a pesquisa, principalmente a tecnológica, ao Departamento de Produção e Obras, e o Aragão queria trazê-la para a parte de ensino. Eu dizia: "Mas tem muito mais afinidade com o Departamento de Produção e Obras."

A.C. - Quais eram os argumentos dele?

A.M. - Não me recordo mais. Ele dizia que o pessoal mais categorizado estava na parte de ensino, então lá é que se iriam buscar elementos. E eu dizia: "Mas a parte técnica foge inteiramente... A Escola Técnica do Exército não tem uma ligação direta (como não tinha, agora é que é diretamente subordinada ao Departamento de Ensino, mas então era mais subordinada ao Departamento de Produção e Obras, porque era um órgão mais técnico)..." Eram essas coisas de serviço, como eu chamo. As discussões de serviço não fazem mal a ninguém. Acabadas, acabado está o problema. Sobre isso houve muita discussão.

A.C. - No mais, o senhor continuava muito próximo ao Muniz de Aragão? O senhor havia tido uma ligação muito grande com ele.

A.M. - Durante toda a vida. Eu sempre fui muito próximo a ele, desde menino. Somos parentes e companheiros de infância. Ainda ontem estive com ele, conversamos muito sobre uma porção de coisas. Como eu contei, a mulher dele e dona Argentina ficaram com a minha mulher, lá no Recife, quando nasceu uma das minhas filhas, de maneira que essa amizade é acima de qualquer divergência que possa ocorrer.

Eu procurei imprimir um ritmo mais intenso à instrução do Exército. Particularmente, introduzi no Exército a obrigatoriedade da marcha de 56 km, para todos os oficiais. Eu dizia sempre: "O que ganha as batalhas é a perna do soldado." Mesmo quando ele é transportado de carro, no final ele tem que saltar e marchar. O soldado que não sabe marchar não é soldado. Então, há a obrigatoriedade de se fazer, pelo menos todo ano, uma marcha de 56 km. Naturalmente que isso é feito com repouso. Dá um dia e meio, mais ou menos, de marcha.

A.C. - E esse tipo de decisão é de esfera do Estado-Maior?

A.M. - Há assuntos em que o Estado-Maior não age diretamente. Ele prepara, leva para o ministro e o ministro baixa os avisos, as portarias. Outros atos são específicos do Estado-Maior, como o programa de instrução para os exércitos. Aí é que ele tem uma atuação direta. Da mesma maneira, nesse período até eu voltei ao meu sentimentalismo. Fui tenente de artilharia montada, ouvindo o toque de clarim, e houve um período em que o clarim foi proibido no Exército, sob alegação de que forçava muito a respiração e prejudicava a saúde dos soldados corneteiros. Eu achei que tudo isso era balela e fui ao ministro, fiz uma proposta e voltou o toque de clarim nas armas montadas ou de origem montada. Eu pude ter essa satisfação.

A.C. - E, mesmo, não se tocava tanto clarim assim a ponto de prejudicar a saúde. Não se tocava clarim o dia inteiro...

A.M. - Não... Eu fui tenente com uma porção de clarins, homens de grande saúde e excelentes rapazes! Eu contei aqui o caso do clarim Honorato, que era o homem de confiança do velho Apolônio e que fechou um jogo de futebol porque falaram mal da mulher de um companheiro. Ele morreu de velhice. Era um homem maravilhoso, o velho Honorato.

Assim eu consegui restabelecer no Exército o lado sentimental do toque de clarim. E, na primeira visita que eu fiz a uma unidade de artilharia ex-montada, fui recebido com o toque de clarim. Aquilo me emocionou, porque eu voltei a minha juventude. Mas isso são divertimentos dentro do grande problema do Exército.

O Exército, naquela ocasião, estava sentindo a necessidade de modificar sua estrutura. Ele estava com uma organização que tinha sido elaborada ao tempo dos franceses, em que havia um certo número de regiões militares e um certo número de divisões de infantaria. A divisão de infantaria era do tipo ternário: três regimentos de infantaria, três grupos de artilharia, um de apoio direto e um de ação de conjunto. Esse tipo de divisão era o clássico. A evolução dos acontecimentos mundiais estava mostrando que era preciso implantar no Brasil a figura - que já tinha havido no passado - das brigadas. Esses estudos já estavam sendo feitos na Escola de Estado-Maior, que é o grande laboratório do Estado-Maior do Exército.

Aliás, um dos problemas das minhas discussões com o Aragão foi a subordinação da Escola de Estado-Maior, que devia ficar ligada ao Estado-Maior, segundo eu dizia, porque era o laboratório daquilo que o Estado-Maior quer experimentar. Quando havia alguma idéia nova, ela era estudada na Escola de Estado-Maior, que, depois, apresentava os resultados ao Estado-Maior, que, por sua vez, modificava ou mantinha o *status quo*. Já o Aragão queria levar a escola para a Diretoria de Ensino e levou. Eu fui vencido, não convencido. Mas, para não criar problemas - e a minha posição era apoiar o ministro - deixei ficar assim.

Mas, como eu disse, a Escola de Estado-Maior estava estudando o problema das brigadas. Eu mandei fazer um estudo de redistribuição do Exército e de reorganização das brigadas, independentes das brigadas reunidas em divisões, não mais de infantaria, mas de Exército.

Cada brigada é um elemento que pode fazer o combate isoladamente das demais. Cria-se para cada brigada o que se chama de batalhão logístico, que é de apoio, além da parte operacional. Esse estudo, naturalmente, tinha que trazer grandes modificações e grandes discussões. Uns estavam pensando, outros estavam vivendo na tropa. Era preciso sentir perfeitamente as repercussões nos diferentes meios.

Ao mesmo tempo, havia necessidade de reestudar o planejamento de defesa do Brasil na parte terrestre, em face da evolução da conjuntura mundial e sul-americana. Também comecei a fazer isso, com elementos que já encontrei no Estado-Maior e com estudos, alguns feitos na Escola de Estado-Maior. No caso, usei principalmente elementos que encontrei ainda do tempo do Castelo e de outros chefes militares. Foi um outro grande estudo.

Finalmente, havia a necessidade de manutenção do potencial, do poder militar. O Exército estava atrasado na parte de material. Num país com poucos recursos, a parte de armamento vai ficando para depois, porque armamento é caro, e sem dinheiro não se compra armamento. Não fabricávamos quase nada. Hoje já se fabrica um pouco, mas ainda há muito que fabricar. Também comecei a estudar esse problema dentro do Estado-Maior. Depois de fazer um primeiro estudo - que o ministro estava acompanhando, inicialmente o Lira, depois o Orlando Geisel -, fiz uma viagem, correndo todos os comandos militares do Brasil, para expor as conclusões a que tinha chegado o Estado-Maior.

A.C. - A que o senhor se refere quando fala em comandos militares?

A.M. - Comandos do Exército, aos quais se subordinavam outros comandos. Por exemplo, fui ao Recife, mas não trabalhei só com os oficiais do IV Exército. Trabalhei com os do IV Exército e da 6ª, 7ª e 10ª Região Militares. Eles vieram ao Recife, eu e a minha equipe, cada um num setor, apresentamos os estudos que estávamos fazendo e recebemos as observações. Tivemos três, quatro dias só de apresentação dos problemas, e cada setor tomava notas das observações feitas. Também fomos a Belém, onde inicialmente era o Comando Militar da Amazônia. Estava lá o Rodrigo Otávio, que nesse momento apresentou um grande estudo sobre uma reformulação do problema militar amazônico e cujo principal ponto era a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus. O estudo foi muito bem apresentado, eu o levei ao ministro e foi feita, então, a transferência do comando.

O estudo do Rodrigo e de seus auxiliares lá na Amazônia foi muito bem feito.

A.C. - Era ligado à sua proposta?

A.M. - Não. Ele aproveitou a minha ida e fez a apresentação do problema da Amazônia: como ele o via, vivendo lá. Eu achei que era muito interessante, mandei estudar e mais tarde foi feita a criação da 12ª Região Militar - Amazonas, Roraima e Bela Vista - e o Comando Militar da Amazônia foi transferido de Belém para Manaus, que é o centro da Amazônia.

A.C. - Uma coisa impressionante é que até essa época não havia uma região militar na Amazônia!

A.M. - Havia uma só, juntando Pará e Amazonas numa coisa só.

A.C. - E continua uma só, só que em Manaus?

A.M. - Não. Uma reúne o Pará e Amapá, e a outra Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. Separaram-se, fez-se a transferência e eu procurei dar o maior apoio possível ao Rodrigo. Nessa ocasião, o Rodrigo tinha o sonho de fazer o V Exército, e tivemos discussões... Eu dizia: "Não posso fazer, ainda não tenho condições, isso é para o futuro." E não fiz.

A.C. - Eu estou achando isso interessante, porque nessa mesma época o Albuquerque Lima, no Ministério do Interior, fez muitas propostas, ativou muito esse problema da Amazônia. A discussão toda vem desde a ESG?

A.M. - Foi principalmente por causa do Rodrigo. O Albuquerque Lima era muito amigo do Rodrigo e o Rodrigo era apaixonado pela Amazônia. Ele realmente estudou profundamente a Amazônia e o sonho dele era fazer um V Exército na Amazônia.

A.C. - Inclusive, foi nessa época que se criou a Zona Franca?

A.M. - Estava começando a Zona Franca.

A.C. - Tudo estava ligado a esse problema da ocupação da Amazônia.

A.M. - Depois desci, fui à Amazônia, para ver certos problemas que a gente tem que conhecer. Fui a Porto Velho, ver os problemas que estavam se desenvolvendo na ocupação. Aí surgiram as primeiras idéias de, em lugar de ter um batalhão de infantaria, ter os batalhões de selva. O Centro de Instrução de Guerra na Selva foi criado pelo atual governador de Rondônia, que é um excelente oficial, grande organizador. Ele, depois de reformado, foi um grande prefeito de Manaus e está sendo um grande governador.

Depois fui a Brasília, onde estivemos estudando os problemas do interior do Brasil. Depois fomos ao Rio Grande do Sul. Fizemos esse circuito. No ano seguinte, depois de reunir todas as impressões, reformulamos todo o trabalho, já trazendo as idéias dos subordinados que reagiram sobre as nossas idéias, e levamos o problema ao ministro.

A.C. - Quer dizer: foi um trabalho de consulta às bases.

A.M. - Não fazíamos coisas utópicas, consultamos para fazer a coisa mais possível. O ministro aprovou certas coisas dessa reestruturação, mas ainda achou que era prematuro baixar uma reorganização em caráter definitivo. Então, fizeram-se instruções provisórias, assinadas por mim. Como era um documento secreto, eu assinei página por página, os tantos exemplares que foram distribuídos na outra viagem. Um ano depois, já esses estudos completados, fiz uma nova viagem, retornando aos mesmos lugares e ampliando um pouco mais, para ver certas coisas locais. Já então o Comando Militar da Amazônia estava em

Belém. Já havia um comando de região e um comando da Amazônia. Eu corri toda essa área, levando um estudo bem adiantado de um plano de carreira.

O plano de carreira é uma coisa difícil de ser organizada. É preciso assegurar o acesso, mas é preciso que não se cresça demais a cabeça, deve-se evitar a macrocefalia. Ao mesmo tempo, é preciso que os bons elementos durem no Exército. Então, há esta dificuldade: como fazer um ritmo de promoções... E começam os limites: tantos anos num posto... mas quem é que vai para fora... pela idade, pelo valor... São problemas difíceis...

A.C. - Essas medidas de limite de tempo no generalato que provocaram uma rotatividade muito grande, ao final, são benéficas ou são malélicas?

A.M. - Na minha opinião, são benéficas. Mas acho que, de outro lado, têm aspectos negativos. Os chefes, quando muito bons, não têm tempo de se firmar como antigamente. Apesar disso, é preciso ver que tudo depende de circunstâncias e da conjuntura. Eu, por exemplo, só levei dez anos como general. E nesses dez anos fiz coisa em quantidade! Outras vezes o indivíduo leva 12, 13 - hoje não pode ficar mais de 12 - sem ter oportunidade de fazer alguma coisa. É uma questão de oportunidade, de vontade de fazer e de encontrar os meios para fazer.

A.C. - Há o problema do limite de idade e de tempo de generalato. São duas coisas que coexistem. A idade é de 65 anos?

A.M. - A idade é 66 para general-de-exército, 64 para divisão e 62 para brigada. Ou então quatro anos no último posto é o limite máximo - ou 12 anos no conjunto do generalato.

A.C. - Tudo isso entra em conta? Só com um computador para resolver o problema, não é?

A.M. - Não. Resolve-se, há gente estudando. Esta é uma das coisas que eu fiz no DGP. Não entendo de computação de dados, mas acho que ela é necessária. Hoje ninguém pode trabalhar sem ter computação de dados. Eu encontrei um centro de processamento de dados no Exército, chamei os rapazes, conversei muito com eles quando eu estava no DGP, apoiei-os. Eles eram subordinados a mim. Apoiei-os de todo jeito e criei o grande cadastramento dos oficiais e sargentos. Houve uma reação enorme, porque realmente a implantação disso dá trabalho. Mas hoje, o Almanaque do Exército é feito por processamento de dados. Ganha-se muito tempo. Mas a implantação do cadastro dos oficiais, para utilização pelos diferentes órgãos do Exército, começou na minha ocasião, lá no DGP.

A.C. - As promoções são, para o ministro do Exército, uma função muito delicada, porque ele tem que levar em conta todos esses fatores!

A.M. - Depois vou falar sobre isto porque esta é uma das maiores responsabilidades do Estado-Maior.

A.C. - O senhor está falando sobre o projeto de carreira, não é?

A.M. - O chefe do Estado-Maior é o presidente da Comissão de Promoções do Exército. No ano seguinte, eu fiz uma nova viagem, reunindo os mesmos oficiais e apresentando...

A.C. - Quais as idéias básicas desse plano de carreira?

A.M. - Eu não me recordo agora. Mas havia a necessidade dos oficiais fazerem determinados cursos para terem a promoção. Era uma auto-seleção através da carreira. O problema de idade entrava, o de saúde, o... mas pesavam principalmente os cursos, o valor dos cursos, o conceito que o oficial merecia dos seus pares e dos superiores. Havia uma série de fatores, como carreiras anexas. Como há uma falta de tenentes, o plano previa o aproveitamento dos tenentes chamados R2, esses que vem do CPOR, que podem ir até capitão.

A.C. - Havia falta de tenente?

A.M. - E há até hoje. Nós temos muitos oficiais R2, oficiais oriundos do CPOR, em serviço na tropa.

A.C. - É um fenômeno interessante, porque na década de 20, justamente nesse período áureo do tenentismo, os tenentes eram maioria.

A.M. - Mas o Exército mudou muito. Há uma modificação completa. A célebre pirâmide é uma das coisas mais complicadas de serem organizadas.

A.C. - Diminuiu a base da pirâmide.

A.M. - Diminuiu a base, ficou um cilindro.

A.C. - O que significa isso, do ponto de vista da corporação?

A.M. - Há um déficit nos pequenos postos, que são os de execução. Os pequenos postos, os pelotões, as companhias, as seções, os pequenos departamentos, todos esses estão sendo mobilizados por oficiais que não têm a preparação militar completa, sejam oriundos do CPOR, sejam do quadro de sargentos para as funções burocráticas.

I.F. - Mas isso é porque os rapazes estão procurando menos a carreira militar, não é?

A.M. - Não. É uma questão de dinheiro, de despesa.

A.C. - O senhor está falando de despesa. De fato, se a base da pirâmide diminui, o topo se alarga e os salários são muito mais altos em cima, isso também cria um problema de despesas.

A.M. - Está é uma das razões por que eu lutei contra a macrocefalia. Um dos pontos do meu estudo da reestruturação do Exército era a eliminação de muitas coisas que poderiam reverter em benefício da instrução e dos pequenos postos. Realmente, há um excesso nos altos postos. Eu já disse isso por escrito. A Lei de Parkinson funciona no Exército, como funciona em todo o Brasil.

A.C. - Isso tem repercussões de toda ordem, inclusive políticas.

A.M. - Inclusive políticas. Eu já falei sobre isso e volto a dizer: o problema da Lei de Parkinson é muito grave no mundo inteiro, não é só no Brasil. O nome da lei, inclusive, é inglês.

I.F. - Mas general, entra um determinado número de rapazes para a Escola Militar e esses rapazes saem, automaticamente, em um determinado ponto como tenentes. Além de ambicionar subir na carreira, o tenente ganha muito pouco. Se houvesse uma modificação nessa parte, um maior apoio aos tenentes, não haveria possibilidade de aumentar o tempo nesses postos mais baixos?

A.M. - Esses problemas existem, mas há um aspecto muito interessante: é que o mercado de trabalho civil é que comanda o espetáculo. Há ocasiões em que o mercado de trabalho civil está desequilibrado em relação ao militar, pagando muito mais. Então, há uma fuga das escolas militares. Nós tivemos o caso da queda do nível social dos alunos da Escola Militar. Houve problemas muito sérios. Há também o reverso da medalha. Quando, como hoje, o indivíduo sai das universidades e não tem emprego, começa uma corrida e nesse momento há um excesso de candidatos para as escolas militares. O mercado de trabalho para médicos, engenheiros e advogados está tão ruim que eles estão exercendo funções burocráticas, de qualidade inferior, em toda parte.

I.F. - Até há bem pouco tempo havia muitos rapazes que saíam do Exército como capitães, com o seu curso muito bom, dado pelo Exército, para continuar na vida civil, perdendo, inclusive, o soldo militar.

A.M. - Este é um fenômeno que também tem havido. É um problema difícil de resolver. A vida militar tem suas limitações, principalmente sua dureza, obrigando o indivíduo a ganhar, normalmente, abaixo dos companheiros civis. Às vezes é melhor como acontece agora, no início da carreira. Mas do meio da carreira em diante, a vantagem é para o meio civil. Havendo, como há, a obrigatoriedade de transferência, o indivíduo não tem nunca o seu pouso certo. Ao mesmo tempo, o indivíduo não tem hora para o trabalho. A gente sai de casa, recebe uma ordem de prontidão, uma ordem para embarcar e embarca mesmo, não vai nem em casa para dizer que vai embarcar, avisa que está embarcando. Essas coisas fazem com que o indivíduo procure um caminho fora do Exército. Sempre houve a tendência de oficiais estudarem em cursos civis. Alguns estudam, fazem cursos civis, e geralmente os cursos preferidos são os de engenharia e medicina...

[FINAL DA FITA 49-A]

A.M. - ... pela base matemática que os alunos têm na Escola Militar. Engraçado, há muitos oficiais formados em medicina. Naturalmente, quando eles têm oportunidade, se afastam, pedem transferência para a reserva, evitando as agruras de uma vida militar intensa em que o indivíduo não se comanda. Absolutamente. Esse é um fenômeno que sempre existiu. Em certas épocas aumenta, em outras diminui. Houve períodos em que eu procurei dificultar a ida de oficiais para as escolas civis. Houve períodos em que eu senti o problema com menos tensão, então fui mais tolerante. Mas, de uma maneira geral, sempre lutei para que o militar fosse militar até o fim. Eu acho que o verdadeiro militar não pensa muito em si. Pensa o mínimo em si, porque também não é possível o indivíduo constituir uma família e abandoná-la.

Para vocês sentirem o problema da vida do militar, basta dizer que na minha vida militar, até o posto de general de quatro estrelas, o dinheiro do meu soldo entrava, chegava apertado ou não chegava até o fim do mês. Só fui ter folga depois que fui para a reserva e fui trabalhar no meio civil. Hoje, eu não tenho problema. Naturalmente, há ocasiões em que os vencimentos militares são acrescidos. Mas quando a gente aumenta para um, multiplica isso por mil e dá um volume. Até onde que o governo pode ir? São coisas difíceis. É o caso do funcionalismo civil. É o caso das grandes organizações. Em toda parte o problema existe. É um problema muito grave, que não tem solução perfeita. A gente tem que aceitar a solução que parece melhor, a que menos dificuldades leva ao conjunto.

A.C. - Mas sempre houve, pelo menos nos governos da revolução, uma preocupação em manter salários condignos, altos.

A.M. - Certo.

A.C. - Nesse sentido, o Exército foi protegido.

A.M. - Até certo ponto, sim; até certo ponto, não. Eu já contei que eu, comandante de um grupo de artilharia em Cachoeira, não tinha onde morar.

I.F. - Eu ia perguntar sobre isso também. Uma coisa que me impressiona muito é o problema de moradia dos oficiais. A Aeronáutica e a Marinha têm um apoio de moradia muito melhor do que o Exército.

A.M. - O Exército melhorou, depois da revolução. Nas grandes cidades não existe o problema de atendimento de residência como existe nas pequenas, o que é natural. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, encontram-se casas para alugar. Agora, quando a gente vai lá para o interior, Garanhuns... não encontra. Se não fizer casa, não tem onde botar os oficiais.

I.F. - Não precisa nem ser Caranhuns. Blumenau, que é uma cidade com muito conforto, os oficiais têm a maior dificuldade. E aqui no Rio, para um capitão pegar um aluguel de apartamento não está fácil.

A.M. - Desequilibra completamente o orçamento. O Exército procura minorar esses problemas. Existe uma ajuda mas é muito pequena, nos grandes centros. Não chega a compensar o valor do aluguel. Além dos vencimentos propriamente - soldo e gratificação - existe uma série de complementos para atender a esses casos. Mas são insuficientes. Daí a grande satisfação que eu tive, na 7ª. Região, de ter construído mais de cem casas para oficiais, o que veio melhorar muito a situação. E fiz uma porção de moradias para sargentos. O sargento tem mais estabilidade, não necessita tanto quanto o oficial.

Mas, voltando ao problema no Estado-Maior, eu fiz uma segunda viagem, no ano seguinte, expondo o plano e deixando um documento, chamado o "verdinho", em que todos esses estudos ficaram consignados. Depois esse plano foi posto em execução. Naturalmente, não foi plenamente aceito, e nem era possível. Não há decisões importantes que reúnem unanimidade. Houve muita gente que reagiu às inovações. Quebrar uma rotina é uma das coisas mais difíceis.

A.C. - O senhor poderia sintetizar o que havia de polêmico e difícil?

A.M. - Por exemplo: acabar com uma divisão de infantaria, criar brigadas e botar uma brigada, com um general, em Cascavel; botar uma brigada na selva e um general lá em Marabá. Eu não ponho só um general, eu ponho lá um general, um coronel, um capitão ou dois, um sargento e as famílias. Este é o problema.

A.C. - O que era exatamente a brigada?

A.M. - Um conjunto de unidades de diferentes tipos, sob o comando de um general e que tem uma certa independência de ação. Pode atuar isoladamente. Geralmente, uma brigada tem o valor de dois, três batalhões de infantaria. Uma brigada de infantaria tem um grupo de artilharia, um elemento de reconhecimento e um batalhão de apoio logístico. Já uma brigada blindada tem um ou dois batalhões de carros blindados, um batalhão de infantaria mecanizada... Conforme a estrutura, conforme a finalidade que se queira. E isso é colocado dentro do território nacional de maneira a atender a uma necessidade de segurança ou de possibilidade de ação estratégica externa.

A.C. - Nesse caso, o senhor pensava em dar maior agilidade ao Exército nessas áreas que estavam a descoberto?

A.M. - Muito mais. Um dos estudos que eu fiz criava unidades de dois tipos: a unidade operacional - uma unidade forte - e a unidade que chamaríamos de ocupacional, de presença. Por exemplo: em todas as capitais de estado, quando não há um batalhão de infantaria, os governadores se sentem desprestigiados. Não têm tropa federal. Então, havia uma série de batalhões, ao longo dos estados, que não tinham uma finalidade estratégica, mas de presença, do governo federal estar representado pela força militar. Eram também um elemento de segurança na área.

A.C. - Mais de segurança política, propriamente, do que de segurança militar.

A.M. - Mais política do que militar, digamos assim. Além desse aspecto, tem que ser atendido o aspecto operacional. Tudo isso gerava as divergências, as discordâncias. Botam-se um ou dois batalhões em Roraima? Precisa-se disso ou não se precisa? Diminui-se o batalhão de engenharia?...

A.C. - É por casualidade ou há um sentido nesses exemplos que o senhor está dando, que são muito ligados à Amazônia.

A.M. - Mas o problema aqui no Sul... O célebre TPS - Tronco Principal Sul - foi feito com unidades de Rui Negro, um batalhão ferroviário em Lajes; a estrada de ferro para São Borja foi feita pelo 1º. Batalhão Ferroviário, com sede em Santiago do Boqueirão, no Rio Grande, e assim em todo o Brasil.

A.C. - A sua preocupação era ocupar os espaços que estavam a descoberto?

A.M. - Exato. Isso é sempre uma tendência do Exército. Sempre existiu isso. Era uma questão de metodizar, vamos dizer, reorganizar de acordo com a evolução dos acontecimentos.

A.C. - Houve um tendência histórica, portanto, de expandir as tropas.

A.M. - Aí é que era a mágica: fazer o que nós chamamos de Lavoisier, eliminando uma porção de unidades para criar outras, e eliminando o máximo de macrocefalia. E contra isso é que havia grande resistência.

A.C. - O senhor encontrou resistência?

A.M. - Encontrei resistência e consegui muito pouco êxito. Eliminar uma subdiretoria, eliminar uma ou duas unidades, torná-las sem efetivo, para pegar aquele pessoal que já estava querenciado na área e botá-lo noutra guarnição são problemas que mexem com muita coisa.

A.C. - Mexem com muitos interesses.

A.M. - Esses problemas é que levavam a choques, a discussões. Mas eu só tinha um interesse, que era o conjunto, de maneira que não me incomodei.

A.C. - O senhor teve grandes aliados nessa luta?

A.M. - Tive. Aliás, quando terminei meu tempo no Estado-Maior e fui para a reserva, houve uma reação contra o trabalho que eu fiz. Aqueles que eram contra levaram o plano ao ministro, para fazer um reexame. E o encarregado desse estudo foi o general Samuel Correia, que está hoje no Iraque. O Samuel foi encarregado de examinar o plano, para modificá-lo. E eu tinha uma grande satisfação, porque ele trabalhou com a subchefia do

Estado-Maior e seis meses depois ele disse: "O estudo está perfeito, eu não tenho nada a modificar." Ele, que não conhecia o problema a fundo, penetrou, foi ver as raízes e o porquê das coisas, acabou concordando e levou o resultado ao então chefe do Estado-Maior, que, por sua vez, levou-o ao ministro. Então o "verdinho" ainda está...

A.C. - Ele é que ficou no Estado-Maior quando o senhor saiu?

A.M. - Não... Quem ficou foi o Malan. O Malan é que, por ordem do ministro, mandou reexaminar o plano.

A.C. - Foi mantido, como o senhor disse.

A.M. - O "verdinho" está mantido, mas certas coisas não foram implementadas, por que custa dinheiro instalar uma unidade, como o batalhão que instalei em Garanhuns. Eu tenho que comprar um terreno, construir um quartel e as casas. Tenho que aparelhar esse quartel interna e externamente e levar gente para lá. Quando eu levo um oficial ou um sargento para lá, eu pago ajuda de custo, tenho que preparar as condições de vida da família. Esta é uma das coisas com que eu sempre me preocupei nessas viagens. Eu não ia exclusivamente ao comando. Por exemplo, quando fui a Manaus, não fiquei só em Manaus, fui a Boa Vista, corri os pelotões de fronteira, fui a Tabatinga, voltei a Manaus, fui a Porto Velho. Dentro da Amazônia, eu corria tudo isso e levava a minha "relações públicas", a minha mulher. Minha mulher tinha contato com as senhoras dos oficiais. Ela, muito mais moça, muito dada, ia conversar com a mulher do coronel, do capitão, do major, ia sentir as condições de vida nessas lonjuras e depois me informava. O militar sempre tem o instinto de marcha. Para ele o militar é superior ao tempo. Não é não.

A.C. - O senhor, ao falar da construção de quartéis etc., me fez pensar por que o marechal Hermes foi tão prestigiado e querido no Exército. Foi porque ele construiu uma quantidade...

A.M. - E o Calógeras fez uma quantidade de quartéis.

I.F. - General, uma curiosidade: o Exército tem necessidade do serviço militar obrigatório, para rapaziada que serve de base para os soldados. Agora, eu ouvi dizer - queria só confirmar - que está havendo uma dificuldade muito grande com a modernização do Exército, com armas e aparelhos mais requintados, e que o nível cultural desse pessoal do interior não acompanha esse tipo de modernização. Em consequência, há muita dificuldade para adaptar o soldado a esse tipo de armamento. É verdade?

A.M. - Em parte é verdade e em parte não é. Realmente, na medida em que a guerra se torna mais especializada, ela utiliza aparelhagem que exige um certo nível. Então, antigamente, o recruta era analfabeto e nós nos quartéis tínhamos sempre as escolas regimentais. Eu mesmo fui, por muitos anos, como tenente, diretor de escola regimental. Junto com alguns sargentos, ajudei a dar aulas de beabá e aulas de primário aos recrutas que lá chegavam. Era alfabetização mesmo.

A.C. - É essa função educadora que as pessoas não percebem no Exército: ensinar também hábitos de limpeza, noções de...

A.M. - Além de alguns alunos já serem... O Exército era uma escola...

A.C. - Cívica!

A.M. - ... de civilização para muita gente. Depois, a população do Brasil começou a crescer e as "classes" - como são chamadas - começam a ficar muito acima das necessidades anuais. Hoje o Brasil tem classes da ordem de novecentos mil brasileiros que atingem os 18 anos. Mas só precisa de cem mil. Aí vem o grande problema: quem chamar? O ideal é que se pegue gente alfabetizada. Então, em princípio, hoje, o analfabeto não entra mais no Exército.

I.F. - E são os que mais querem.

A.M. - E geralmente são os que mais querem. Mas não se bota o analfabeto por causa da necessidade de um mínimo de cultura, para que se possa utilizar certos aparelhos. De outro lado, criam-se problemas quando se chama um menino que está finalizando o curso ginásial ou que está na universidade. Isso vai prejudicar os estudos. Nessa idade dos 18 anos, o menino está geralmente no 2^o. ciclo ou fazendo o vestibular. Então surgem problemas de toda natureza.

I.F. - Soube que há uns dois anos atrás, no Rio Grande, estava-se pegando meninos de faculdade e botando na tropa, por necessidade de um preparo maior.

A.M. - Isso é um excesso, porque não vejo a necessidade. Um aluno de ginásial já exerce praticamente todas as funções que podem ser exercidas por um soldado ou mesmo por um sargento. Não precisa mais do que um grau... nem é colegial, é ginásial.

I.F. - O namorado da minha sobrinha, que fazia duas faculdades em Porto Alegre, foi para a tropa, porque... chegaram uns armamentos mais requintados...

A.M. - São excessos, eu não vejo necessidade. Na minha opinião, para atender à grande maioria das funções militares, o conhecimento ginásial - nem colegial - é suficiente. Porque mesmo os aparelhos mais sofisticados, que são os radares, vão ser usados, mas não vão ser consertados. Às vezes até um homem de poucas luzes, mas hábil, é melhor. Mas eu não posso, por exemplo, numa seção de tiro, ter um rapaz que não tenha um mínimo de conhecimentos de matemática, senão ele não pode dirigir o tiro. Hoje, o que é preciso é que o indivíduo tenha noções de mecânica. Não posso pegar o homem do campo e jogar numa viatura ou num carro de combate. Ele precisa ter noção de mecânica. Mas o menino da cidade, este já nasce mexendo em motores. Tudo isso é que são os problemas. Onde está a verdade? Isso já está na Bíblia: "O que é a verdade?"

A.C. - O senhor falou que houve um momento, na história recente do Exército, em que baixou o nível dos oficiais, por questão de recrutamento.

A.M. - Foi pelo desequilíbrio do mercado de trabalho.

A.C. - Isso pode ser muito grave, não é? O nível dos generais pode, num futuro próximo... baixar.

A.M. - Esta foi uma das coisas que nos preocupou e nisso nós lutamos para levantar, equilibrar o problema dos vencimentos. Porque nós tivemos casos. Quando houve aquele temporal - em 1967, se não me engano -, um ônibus que ia cheio de cadetes foi atingido e todos morreram. Naquela ocasião, morreram talvez uns 12 cadetes. Desses, talvez a metade era de gente pobre, para não dizer miserável. Alguns eram de famílias faveladas, para mostrar como estava o nível social. Já estava saindo da classe média baixa para a classe pobre. Depois, naturalmente, houve uma remodelação.

No meu tempo, os alunos da Escola Militar eram filhos de militares, médicos, professores, advogados, engenheiros.

A.C. - Profissionais liberais.

A.M. - O número de filhos de profissionais liberais nas forças armadas era muito grande. Isso tudo são problemas que surgem...

A.C. - O senhor acha, então, que essa luta por salários dignos etc. era uma maneira de contornar esse problema?

A.M. - Uma delas, não a única.

A.C. - E, na verdade, ninguém percebe isso. Quando há uma grita geral, ninguém está sabendo que, no fundo...

A.M. - E há o seguinte: dentro da estrutura brasileira, o militar vai subindo de status à medida que sobe de posto, porque ele vai tendo necessidade de ir para o interior e lá começa a se destacar a figura do tenente, a do capitão, a do coronel. Ele passa a ser recebido na melhor sociedade e começa a ter repercussão social. Essa foi uma das causas de uma das primeiras medidas que tomei quando cheguei no Departamento do Pessoal. Baixei instruções sobre o critério de classificação para aspirantes saídos da Escola Militar. Só poderiam ir para guarnições de cidades grandes, com um meio social elevado, unidades bem comandadas e bem equipadas. A tendência desses ex-alunos aspirantes a oficiais será para o casamento num meio melhor. Tivemos companheiros que, jogados no interior, em localidades pequenas, fizeram casamentos tremendos. Tenho um companheiro de turma que se perdeu. Era muito bom, mas foi servir em Bela Vista, na fronteira de Mato Grosso, e se casou com uma paraguaia. Inutilizou-se. Com isso, o Jardim foi um homem perdido no Exército. Poderia ter sido um grande oficial.

A.C. - Quem era ele?

A.M. - José Trindade Jardim.

A.C. - E como se resolve esse problema? Alguém tem que ir para Bela Vista, tem que haver tenentes lá.

A.M. - Vai o tenente que já passou um, dois anos nessa guarnição. O tenente que sai da Escola Militar vai diretamente para as guarnições maiores: Rio, Porto Alegre, São Leopoldo, Bagé, cidades onde há unidades bem enquadradas, bem equipadas, com um ambiente social bom. O tenente, nesses dois primeiros anos, resolve seu problema matrimonial. Geralmente ele conhece uma menina e se casa lá, ou, se tem namorada aqui no Rio, ele vem se casar. Esse é o problema que a gente tem que olhar. Por exemplo, eu fui para Cachoeira e recebi uma turma de quatro aspirantes. Desses, o Melo, até amigo de família, já veio noivo. Foi o problema de manter o namoro e casar. Outro, o Wolf, casou-se com a filha de um grande plantador de arroz lá de Cachoeira. Outro namorou e se casou com a filha do gerente do Banco do Brasil de Cachoeira. É lá que eles vão constituir família, em grande parte. Então, eu tenho que ter cuidado. E isso foi uma das coisas que a minha experiência feliz no I RAM me ensinou. Já existia essa idéia. Eu somente reuni, concatenei e baixei a diretriz para a Escola Militar.

A.C. - O senhor aproveitou muito o que tinha observado ao longo da sua carreira.

A.M. - Mas esse é o nosso papel. Não é o meu, é o de todos. Todo oficial, todo chefe tem que aproveitar a sua experiência. Não sou só eu que penso ou que pensava assim. Dentro do Estado-Maior, todos esses problemas são agitados: o problema de instrução, de equipamento...

A.C. - O senhor presidiu outros tipos de estudos, além desse de carreira, de reestruturação?

A.M. - O problema de armamento... Havia necessidade de modificar a estrutura do Exército. Ele tinha que deixar de ser um exército a cavalo, para ser motorizado. Então, dentro dos estudos de criação das brigadas etc., havia a necessidade de criar a mentalidade blindada e mecanizada, que é a dos exércitos modernos. E havia um problema: com o dinheiro curto, qual a melhor maneira de agir? Houve divergências muito grandes. Havia aqueles que queriam que se comprasse material moderno. Mas material moderno é caro. Se é caro, com o dinheiro de que eu dispunha eu poderia comprar muito pouco. Teria uma ou duas unidades muito boas, num Exército mal armado.

Dentro desses estudos, eu cheguei, com os meus oficiais, a uma conclusão: de que era mais interessante dotar o Exército de maior quantidade de carros não tão atuais, mas...

[FINAL DA FITA 49-B]

A.M. - ... ainda utilizáveis numa guerra, quantidade suficiente para permitir a organização de um número maior de unidades e dar uma mentalidade motorizada e blindada. Isso fez com que eu fosse ao Panamá, para discutir o assunto com o general Mathers, que já tinha estado no Brasil e que era o comandante da área sul dos Estados Unidos. Eu conversei muito com o general Mathers e nós chegamos à conclusão de que para o Brasil seria mais interessante utilizar os carros de combate que ainda estavam sendo utilizados nas tropas não de choque, mas da Guarda Nacional dos Estados Unidos. Com isso, foi possível comprar oito ou 10 vezes mais carros do que se fossem comprados carros absolutamente modernos. O preço do material bélico é uma loucura! Um carro de combate, hoje, está acima de um milhão de dólares. Esses carros de combate leopardo, esses carros russos, os franceses, custam um milhão de dólares. Um carro de combate comum custa quatrocentos, quinhentos mil dólares. Não cheguei a comprar, mas preparei tudo. Comprei à base de sessenta mil dólares. Foi um acordo com o Exército americano. Mas o Exército comprou esse material, que está até hoje em uso e que permitiu a instrução dos quadros.

A minha teoria era a seguinte: eu não preciso do material *up-to-date*, do mais moderno do mundo, aqui no Brasil. Na América do Sul nós não temos problemas prementes e, numa eventualidade, esse tipo de carro, que ainda é bom, sem ser o melhor, permite as operações. E se o Brasil tiver que cooperar numa operação de guerra fora do continente, deve acontecer o mesmo que na Grande Guerra. Nós vamos utilizar o material mais moderno, que será fornecido por alguém. E esse material mais moderno só poderá ser justa ou perfeitamente empregado se a nossa oficialidade estiver treinada na mentalidade blindada ou mecanizada. Então a minha idéia era formar a mentalidade, dar a base, porque a questão de material nós aprenderíamos. Eu não entendo de televisão e a cada dia aparece uma televisão melhor. Mas desde que eu saiba ligar o televisor, eu assisto a um programa em branco-e-preto. Não é tão perfeito quanto em cores, mas satisfaz para certas coisas. Se eu quiser fazer com que todo mundo adquira o hábito de usar televisão e que isso se amplie, é melhor comprar cem televisores em branco-e-preto do que dez em cores. Todo mundo se habitua a ter televisão. Depois, vai passando à cor. Isso aí também deu margem a muita discussão.

A.C. - Houve quem achasse que devia comprar o carro de um milhão?

A.M. - Ah... dos melhores... era em menor número, mas aí o Brasil ficava... São os problemas que surgem.

I.F. - Houve até uma campanha dizendo que o americano estava passando restolho para o Brasil.

A.M. - Isso já é outra coisa, é fruto da guerra.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - A Inês lhe perguntava sobre o problema da qualidade. Isto foi criticado como uma tentativa dos americanos venderem material de má qualidade?

A.M. - Não, o americano é muito sério. Eu já tinha estado nos Estados Unidos, como adjunto de adido, como chefe da comissão militar brasileira e sempre considerei o americano um negociador honesto. Profundamente honesto! No comércio, nunca tive reclamações.

I.F. - Mas houve aqui no Brasil comentários nesse sentido, não houve?

A.M. - Há aqueles que são antiamericanos. O grupo de elementos que são contra os Estados Unidos é muito grande. Os EUA são um país de grande capacidade, de grandes qualidades e de péssimas condições de condução internacional. Assumi depois da guerra o caráter de líder do mundo e não estava preparado. Os seus homens de Estado não estavam à altura do papel. Então, o país cometeu muitas falhas no problema internacional. Inclusive conseguiu essa coisa extraordinária: ajudou a uma porção de gente e, na medida em que vai ajudando, vai criando inimigos na gente que ele ajuda.

I.F. - Diz o general Nelson de Melo que é inveja do primo rico...

A.M. - É... ele ajuda e o indivíduo fica seu inimigo. Há falta de habilidade internacional, diplomática.

A.C. - Houve muito essa coisa dos americanos cobrarem.

A.M. - O que eu posso garantir é o seguinte: o contato de Exército para Exército, americano e brasileiro, foi sempre o melhor possível e nunca tivemos problemas.

A.C. - A Comissão Mista se encarregava do problema do preço dos armamentos a que o senhor se referiu?

A.M. - Depois de assentadas as bases. E as bases foram assentadas no Panamá, por mim, como chefe do Estado-Maior, com o general Mathers, comandante da área sul dos Estados Unidos. Eu voltei para trazer o problema ao ministro e o Mathers levou o problema ao Pentágono. Depois, o circuito é fechado por outros caminhos.

A.C. - Pela Comissão Mista?

A.M. - Inclusive pela Comissão Mista. O essencial era chegar à forma inicial.

A.C. - O senhor falou ainda de um ponto que eu me lembro bem: o problema de doutrina, uma comissão para o estudo da doutrina.

A.M. - Esses estudos eram feitos por uma comissão que eu constituí, juntando elementos de várias seções, inclusive da Escola de Estado-Maior. Eu aproveitei os estudos que estavam no Estado-Maior do Exército. Essa comissão trabalhava e me trazia os problemas. Eu dava a última palavra, mas o estudo era esse conjunto. Era um grupo muito homogêneo, selecionado, que ficou trabalhando especificamente nisso.

I.F. - O senhor falou também em estudos de grupos que o senhor organizou lá. O senhor acha que teve influência do seu período na Escola Superior de Guerra?

A.M. - Não, não. Há um ditado popular, depreciativo: "Quem não quer fazer nomeia comissão." Mas aí não era o caso. Eu queria fazer e constituí a comissão para ganhar tempo.

I.F. - Era um método muito usado na Escola, não?

A.M. - Não era o mesmo tipo de trabalho da ESG. O que havia era a necessidade de eu juntar elementos de vários setores, que pudessem, juntos, chegar rápido a uma conclusão. Cada um representava um setor. Então esse elemento levava o problema para o seu setor e voltava de lá com uma conclusão. Era a mesma coisa que eu tinha com esses oficiais do gabinete do ministro que estavam sempre lá, me acompanhando, e levavam as informações ao ministro. Da mesma forma, eu mandava fazer a ligação com os órgãos de outros departamentos, para receber informações. Se eu tenho um elemento que estuda determinado assunto e lá no DPO existe alguém encarregado daquele assunto, é muito mais complicado esse meu elemento falar comigo, eu falar com o chefe do DPO e ele falar com o outro, do que eu conversar com o chefe do DPO, pegar os outros dois elementos e botá-los juntos, mantendo-me ao par do assunto. Então, estou ganhando tempo. Essa foi a finalidade maior.

A.C. - Mas a parte de doutrina... o senhor mencionou.

A.M. - A parte de doutrina, infelizmente, eu não posso estar relatando. Isso aí é a doutrina militar brasileira, que é um documento *top secret*. Então... Mas todo o problema da conjuntura brasileira, interna e externa, foi reexaminado. Esse era propriamente o problema do trabalho do Estado-Maior. Era o que eu tinha... Havia muitas outras coisas na rotina de trabalho do Estado-Maior, mas de que não vale a pena falar. São coisas sem expressão.

A.C. - A viagem ao Paraguai?

A.M. - A viagem ao Paraguai foi uma visita de inspeção à Comissão Militar Brasileira que trabalha lá. Ao mesmo tempo, foi uma oportunidade de aproximação com o governo do Paraguai, o que nos interessava muito. O general Stroessner é um grande amigo do Brasil. Por uma particularidade, ele estudou no Brasil. Como ele tinha dificuldades de língua e como a instrução no Paraguai era num nível mais baixo do que a nossa, ele se juntou a um grupo brasileiro do qual faziam parte dois oficiais: o Breno e o Amir Borges Fortes. Ele era tão amigo desses dois oficiais que, quando eu fui ao Paraguai, ele pediu que o Breno fizesse parte da minha comitiva: o Breno e a senhora dele, porque eu ia com a minha senhora.

A.C. - O Breno era seu vice-chefe?

A.M. - O Breno foi o meu vice-chefe. No momento em que eu fui ao Paraguai, ele já não era mais, já era o Bina. O Breno estava comandando o III Exército, em Porto Alegre. Mas, apesar disso, ele foi incluído na minha comitiva a pedido do Stroessner.

E lá no Paraguai o Amir Borges Fortes fez as primeiras negociações para a instalação de Itaipu, do que saiu o aproveitamento das Sete Quedas para a instalação da hidrelétrica. O Amir Borges Fortes foi companheiro e grande amigo do Stroessner.

A.C. - Ele era irmão do Breno?

A.M. - É primo do Breno. Ainda ontem estive com o Amir. Foi o dia dos encontros. O Amir era uma espécie de embaixador informal do Brasil, não junto ao governo paraguaio, mas junto ao Stroessner.

A.C. - E o senhor esteve com Stroessner?

A.M. - Nesse arquivo que eu dei à FGV há fotografias minhas com o Stroessner, com a senhora dele...

A.C. - Que impressão o senhor teve dele? Ele é uma figura politicamente malvista.

A.M. - Ele é um líder. Se ele não estivesse lá, o Paraguai seria o caos. E o Stroessner é um ditador mesmo, mas se o Paraguai não tivesse um ditador à frente, seria uma republiqueta de fancaria. O Paraguai está crescendo e tomando forma de nação na mão do Stroessner. O Stroessner, com todos os defeitos que tem e com todos os problemas que lá existem... Porque o problema de contrabando lá é um caso... É organizadíssimo... Cada um tem a sua área e ninguém se intromete.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Ao mesmo tempo, através da Comissão Militar Brasileira, pôs-se à disposição do governo paraguaio material de artilharia e engenharia para instrução. Na realidade, fez-se uma doação por portas transversas.

A.C. - Aí que eu não estou entendendo. Qual era o objetivo exato da viagem ao Paraguai?

A.M. - Estreitar os laços de amizade entre o Exército Brasileiro e o paraguaio. Há grande interesse. O Exército paraguaio é a grande força que mantém a ditadura no país. O Paraguai mandou uma porção de oficiais fazerem curso no Brasil. Eu mesmo, na Escola de Aperfeiçoamento e na de Estado-Maior, tive alunos paraguaios. O Stroessner fez o curso de aperfeiçoamento depois que eu saí, mas na turma seguinte ele foi aluno do Orlando Geisel. E tinha um respeito ao Orlando... A primeira coisa que ele me perguntou foi: "Como vai o general Orlando?" Ele tinha um respeito, um carinho pelo Orlando... uma coisa estupenda.

A.C. - Mas ele fez esse curso tarde, então...

A.M. - Ele fez o curso como capitão, em 1937, 1938.

O Paraguai está sob duas influências: Brasil e Argentina. Temos todo o interesse em ter o Paraguai como nosso amigo, para podermos ter facilidades, não só do ponto de vista estratégico, como comercial e de política externa. Daí o interesse na instrução.

Bom, então está terminada a parte do Estado-Maior. Vamos a outros assuntos.

Duas coisas: o problema do jovem no terror e a ligação com a Igreja. Não sei... É melhor começar com o jovem no terror.

Nessas viagens que eu fiz, eu procurava a situação em cada comando. E uma das coisas que me interessavam era a parte relativa à subversão. Eu queria ver o número de presos políticos e a natureza desses presos. E, ao examinar o problema, fui verificando que era muito grande o número de jovens de menos de 25 anos. Isso me preocupou. Eu sempre tive particular estima pelo jovem. Acho que o jovem é o futuro do país. Nós temos que ter o jovem, mesmo com os seus defeitos, orientando-o e valorizando suas qualidades.

Comecei então a procurar saber a causa desse número de jovens. Mandei fazer uma estatística e com isso tive dados muito interessantes. Quando terminei de colher esses dados, achei o assunto tão importante que resolvi dar uma entrevista. Está aí. Essa entrevista teve grande repercussão, porque abordava um problema que estava no pensamento de todo mundo. Tinha acabado ou estava terminando aquela agitação dos anos de 1968, 1969. O jovem estava inteiramente envolvido pelo problema mundial de contestação. E começavam a aumentar a cada dia os problemas do terror. Já tinha havido a doença do presidente Costa e Silva e o problema do rapto do embaixador Elbrick. Depois, houve o rapto do embaixador da Alemanha, depois mais outro. Todas essas coisas estavam mostrando que o jovem estava sendo cada vez mais envolvido. Eu procurei dar uma alerta. Essa entrevista teve grande repercussão, como eu disse, e depois alguns amigos educadores vieram me pedir que eu fizesse uma palestra, não mais uma entrevista, na Associação Brasileira de Educação. Eu já tinha ido para a reserva, foi no final do meu tempo no Estado-Maior que colhi esses dados.

Eu voltei ao Estado-Maior, aos órgãos de informação do Exército, procurei colher novos dados. Fiz uma nova análise e fiz uma palestra. Está publicada. Essa palestra está no meu arquivo. É realmente impressionante. Eu mesmo, quando vi os dados, fiquei chocado ao ver como se utiliza tudo para envolver o jovem, principalmente o lado afetivo das meninas e o lado de patriotismo dos rapazes.

A.C - Que tipo de dados eram esses?

A.M. - Primeiro, tantos jovens ouvidos. Natureza da formação cultural: com curso primário, secundário, terminando o superior... Quando começou o envolvimento: no curso secundário, na passagem para o vestibular, nos primeiros anos de universidade... Esse fim de vestibular, último ano secundário, ou o primeiro e o segundo ano da faculdade são os críticos. Do terceiro ano em diante, já não há quase subversivos. Mas o primeiro e o segundo ano são onde existem os subversivos dentro da universidade.

Depois, perguntamos o que desejariam fazer depois que fossem soltos. A maioria queria recomeçar a vida, sentia que estava errada. De não sei quantos ouvidos, apenas um, dois, ou três queriam continuar na luta.

A.C. - Como é que foi essa pesquisa?

A.M. - Eu fiz uma série de perguntas e mandei que os órgãos de informação ouvissem um a um, isoladamente, e me mandassem um apanhado. Eu fiz um levantamento dos que estavam presos. Examinei o imenso número de moças envolvidas, quase todas por causa do namorado.

Outra coisa: geralmente elementos estranhos à universidade ou aqueles alunos eternos, que repetem ano para ficar dentro da universidade para politizar os alunos novos, eram quem tinham induzido esses jovens.

E assim eu fiz essa conferência. Ela foi muito comentada, publicada e eu a repeti ainda no Colégio Pedro II e numa outra universidade. Com isso, eu procurei ajudar o jovem. Eu tenho uma pena de ver a mocidade completamente orientada no caminho falso! Isso me fez tocar esse projeto. A entrevista foi muito pouco, mas a conferência, principalmente os debates que depois eu tive a respeito da conferência, foi muito importante.

Agora, chegado a esse ponto, ficam em suspenso duas coisas: o problema com a Igreja e o da doença do Costa e Silva.

O problema da Igreja surge quando eu estava no Estado-Maior e continuou depois da minha transferência para a reserva. Eu estava no Estado-Maior, quando me telefonou o filho do Raimundo Padilha, professor Tarcísio Padilha, que era amigo do meu filho desde menino e que foi criado em minha casa. Ele me perguntou: "Compadre (eu sou seu padrinho de casamento e padrinho de batismo do filho dele), posso ir aí com o Cândido Mendes?" Eu disse: "Venha correndo." E ele: "Vou levando também um professor, o padre Franca." Eles me relataram aquele episódio da invasão do Instituto de Estudos... O padre Leonel Franca era o diretor. Depois, dom Aloísio foi preso. É um episódio que causou uma celeuma... Não me recordo mais dos pormenores, mas havia em Botafogo um instituto de estudos da Igreja, que era dirigido pelo padre Leonel Franca. Houve uma denúncia de que lá estavam-se processando aulas de comunização. Parece que alguém se refugiou lá e os órgãos de segurança entraram e prenderam todo mundo, inclusive o padre Franca. E dom Aloísio, que foi lá para atender, também foi preso. Ele era o presidente da CNBB na comissão.

Deu-se a situação e o Tarcísio correu lá em casa com o Cândido Mendes. Eu fiquei preocupado, porque não admitia essas coisas. Imediatamente liguei para o órgão de segurança. Não me lembro se era o DOPS. Liguei, tomei as providências, falei com o ministro, com o secretário de Segurança e no fim de um ou dois dias a situação estava regularizada. Mas criou-se... mais um choque entre o governo e a Igreja.

A.C. - Isso foi em que época?

A.M. - Foi em 1969, 1970.

A.C. - Com o Costa e Silva doente?

A.M. - Já nem era mais o Costa e Silva, era o Médici.

Consegui contornar a situação. Qualquer problema que aparecia, com um padre, um aluno, um seminarista, vinham a mim: "General, o senhor quer ajudar?" E eu ia ver como resolver.

Até que um dia, quando eu já estava na reserva, o Cândido Mendes me procurou: "General, não era possível fazer encontros periódicos entre elementos da Igreja, da CNBB e de outros órgãos, para a gente poder resolver isso de uma maneira mais eficiente?" Eu disse: "Vou conversar." Fui a Brasília, conversei com o Médici, expliquei o que eu poderia fazer com um grupo, mas disse que precisava ter credenciais. Ele autorizou. Disse: "Vá falar com o Fontoura" - que era o chefe do SNI - "e acerta com ele." Eu fui, acertei com o Fontoura e, do lado do governo, foi constituído um grupo que era presidido por mim e que tinha como auxiliares um general do Estado-Maior do Exército, o Paula Couto, que era o chefe da Seção de Guerra Psicológica.

[FINAL DA FITA 50-A]